



Configuração e Apropriação do Espaço Público.

Estudo de duas
Praças em Criciúma/SC



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO, HISTÓRIA E
ARQUITETURA DA CIDADE
PGAU - Cidade

**CONFIGURAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.
Estudo de Duas Praças em Criciúma/SC**

Eng. Agri. Ivanete de Mesquita Orsi Vieira
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Arq-Urb. Gilcélia Pesce do Amaral e Silva

Linha de Pesquisa: Arquitetura da Cidade

Florianópolis/SC
Setembro de 2010

A dissertação intitulada “**Configuração e Apropriação do Espaço Público. Estudo de Duas Praças em Criciúma/SC**” de autoria de **Ivanete de Mesquita Orsi Vieira**, foi submetida a processo de avaliação conduzido pela Banca Examinadora instituída pela Portaria nº 005/PGAU–Cidade/09, para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, tendo sido aprovada sua versão final em 28 de setembro de 2010, em cumprimento às normas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade – PGAU Cidade.

Profª Drª Maria Inês Sugai
Coordenadora do PGAU Cidade

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Gilcécia Pesce do Amaral e Silva
PGAU– Orientadora (Presidente)

Prof. Dr. Almir Francisco Reis
PGAU (membro)

Profª Drª Lisete Assen de Oliveira
PGAU (membro)

Profª Drª Lélia Mendes de Vasconcelos
UFF (membro externo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro, a prof^a Dr^a Gilcéia Pesce do Amaral e Silva, pela sua dedicação, paciência e carinho em me apresentar o universo da Arquitetura e Urbanismo, nem sempre compreendidos de forma imediata.

À coordenação, professores, funcionários e colegas do PGAU – Cidade, que me incluíram, um agradecimento já cheio de saudade.

Aos professores da banca de qualificação e defesa Dr. Almir Reis, Dr^a. Lisete Assen de Oliveira, Mst. Miguel Angel Pousadela e Dr^a Lélia Mendes de Vasconcelos minha admiração e agradecimento pelas orientações preciosas que me ajudaram no fechamento desta dissertação.

À Prefeitura Municipal de Criciúma, especialmente a Divisão de Planejamento Físico-Territorial, Departamento de Planejamento Urbano da Secretaria do Sistema Viário, Fundação Municipal de Cultura pelas informações prestadas. Ao Departamento de Cadastro e Cartografia o agradecimento a cada um dos seus funcionários que supriram minha falta no trabalho.

Ao Jorge, com quem compartilho o gosto pela cidade, agradeço pelas discussões, disponibilidade na leitura do trabalho e incentivo em todos os momentos.

A minha querida Natália por abrigar-me em sua casa e pelas entregas de documentos junto ao PGAU, nem sempre em dias e horários que a favoreciam. Ao querido João Vitor, a Lurdete e a Dona Arlete o agradecimento pelo suporte em casa, sem o qual esta empreitada não seria possível.

Por fim, a todos que citados ou não citados colaboraram de alguma forma, para que mais esta importante etapa da minha vida fosse concluída.

“A cidade é uma serpente se não falha o meu repente eu vou só
Toda a cidade é uma lenda, tendas de ferro e cristal
Ruas de luz e de penas, cenas de fogo e jornal (...)
As cidades são espelhos, tantos olhos, tantos olhos tão sós (...)
São atlântidas concretas baseadas na pobreza
Babilônias da desconstrução sob a lama dos meus pés
As cidades são cometas, vão embora porque somos tão sós.”

(Zé Ramalho - extraído da letra da música
Cidades e Lendas)

RESUMO

Esta investigação tem como foco a relação entre configuração urbana e apropriação do espaço público, com o estudo de caso de duas praças de Criciúma, cidade localizada ao Sul de Santa Catarina.

Acreditando que a grande maioria dos espaços públicos contemporâneos no Brasil tem origem no parcelamento do solo urbano, parte-se de uma reflexão sobre a sua proporção e localização, sob a ótica da legislação urbanística pertinente. Retomam-se os conceitos relativos à configuração dos mesmos e o seu papel na forma de estruturação das cidades.

Descreve-se a estruturação dos espaços públicos, a partir de um histórico sobre o processo de crescimento urbano de Criciúma. Faz-se uma análise da configuração de duas praças e de sua apropriação. Para tal, caracterizamos a configuração e identificamos a apropriação a partir dos usos, atividades, fluxos e da imagem das praças.

O estudo conclui que existe uma relação direta entre a configuração do espaço e sua apropriação, e que as formas potencializam o uso do espaço público. A investigação identifica atributos a serem considerados na proposição de novos espaços públicos ou na readequação dos já existentes.

Palavras-chave: espaço público, configuração, apropriação

ABSTRACT

This investigation focuses in the relationship between urban configuration and the appropriation of public spaces, with a case study of two squares in Criciúma, a city located in southern Santa Catarina, Brazil.

Believing that the vast majority of contemporary public spaces in Brazil originates in the process of parceling urban land, the research addresses their proportion and location, from the perspective of the relevant urban Law. It discusses their concepts, configuration, and role in the form and organization of cities.

The investigation describes the structure of public spaces, and, on the basis of the urban development process in Criciúma, analyses the configuration of two squares and their appropriation. Their settings and appropriation are then characterized according to the uses, activities, flows, and images identified in the squares.

The study concludes that there seems to be a direct relation between the configuration of such spaces and their appropriation, and that forms highly influence the use of public spaces. The research identifies attributes to be considered in proposals for new public spaces, or for the improvement of existing ones.

Key-words: public space, configuration, appropriation

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Localização da área da pesquisa	46
Figura 02	Reprodução do mapa colonial de Criciúma	50
Figura 03	Sobreposição da estrutura viária com a estrutura fundiária rural	51
Figura 04	Estação ferroviária de Criciúma na década de 1920	52
Figura 05	Parciais do centro da cidade, mostrando o processo de verticalização da área central de Criciúma	53
Figura 06	Vista parcial da Vila Operária da Próspera em 1940	54
Figura 07	Chaminé em construção da antiga usina de energia elétrica da Carbonífera Próspera	54
Figura 08	Açude anexo a usina de energia elétrica da Carbonífera Próspera	55
Figura 09	Alterações no sistema de vias ao longo de 4 décadas, com a demarcação dos principais elementos estruturadores do Centro e zona Leste de Criciúma	56
Figura 10	Loteamento Vila Operária da Carbonífera Próspera	58
Figura 11	Depósito de rejeito de carvão em Criciúma	59
Figura 12	Estrutura urbana atual de Criciúma	62
Figura 13	Leitura da Praça Nereu Ramos e Praça da Chaminé na estrutura da cidade	63
Figura 14	Bairros que compõem a área central e zona Leste com os principais referenciais da área de estudo	65
Figura 15	Praça Nereu Ramos, em 1950	66
Figura 16	Praça Nereu Ramos, atualmente	67
Figura 17	Configuração do entorno de vizinhança da Praça Nereu Ramos	68
Figura 18	Maquete eletrônica da Praça Nereu Ramos, cena 01	70
Figura 19	Maquete eletrônica da Praça Nereu Ramos, cena 02	70
Figura 20	Esquema das elevações, com a representação das portas presentes na Praça Nereu Ramos	72
Figura 21	Elementos de configuração da Praça Nereu Ramos,	

	com a distribuição do mobiliário urbano e edificações do entorno imediato	73
Figura 22	Fachada Sul da Praça Nereu Ramos	74
Figura 23	Entrada do Shopping Dellla Giustina	75
Figura 24	Uso do solo da área de entorno de vizinhança da Praça Nereu Ramos	76
Figura 25	Procissão de Corpus Chisti em junho de 2009 na Praça Nereu Ramos	78
Figura 26	Festa de São José em março de 2010, na Praça Nereu Ramos	78
Figura 27	Fluxo de pedestres na Praça Nereu Ramos em 2010	79
Figura 28	Feira de artesãos aos sábados pela manhã na Praça Nereu Ramos	79
Figura 29	Apropriação da Praça Nereu Ramos pelos idosos em 2009	80
Figura 30	Apropriação da Praça Nereu Ramos pelas mulheres em 2009	80
Figura 31	Demarcação da apropriação na Praça Nereu Ramos	82
Figura 32	Usuários da Praça Nereu Ramos sentados no monumento ao mineiro	81
Figura 33	Usuário da Praça Nereu Ramos sentado no meio-fio que delimita os canteiros da praça	81
Figura 34	Recorte da capa do jornal “A Tribuna” de 02/06/2009	83
Figura 35	Maquete da Praça da Chaminé	84
Figura 36	Praça da Chaminé, atualmente (2009)	85
Figura 37	Configuração do entorno de vizinhança na Praça da Chaminé	86
Figura 38	Maquete Eletrônica da Praça da Chaminé – cena 01	88
Figura 39	Maquete Eletrônica da Praça da Chaminé – cena 02	88
Figura 40	Esquema de elevações com a representação das portas presentes no entorno imediato da Praça da Chaminé	89
Figura 41	Elementos de configuração da Praça da Chaminé, com a distribuição do mobiliário urbano e edificações do entorno imediato	90

Figura 42	Edificações a Leste da Praça da Chaminé	91
Figura 43	Parcial do ginásio de esportes, presente na quadra da Praça da Chaminé	91
Figura 44	Uso do solo da área do entorno de vizinhança da Praça da Chaminé	93
Figura 45	Crianças utilizando o parque da Praça da Chaminé	94
Figura 46	Demarcação da apropriação na Praça da Chaminé	95
Figura 47	Foto defronte ao Posto de Saúde 24 horas do Bairro Próspera	96

SUMÁRIO

RESUMO

Abstract

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – ESPAÇOS PÚBLICOS: ORIGENS, CONFIGURAÇÃO E APROPRIAÇÃO	17
1.1– Espaço Público	17
1.1.1- Os Espaços Públicos no Brasil	18
1.1.2 - Relações Sociais no Espaço Público - a Interface Público x Privado	22
1.1.3 – Tipos de Espaços Públicos Brasileiros Contemporâneos	24
1.2 – O Sistema de Espaços Públicos na Estrutura da Cidade	32
1.3 – Configuração e Apropriação	34
1.3.1- Usos e Usuários	37
1.3.2 – Imagem e Identidade	38
1.3.3 – Elementos Formais Facilitadores de Apropriação	41
CAPÍTULO II – A PESQUISA	45
2.1- Procedimentos Metodológicos	45
2.2- Os Espaços Públicos na Estrutura Urbana de Criciúma	48
2.3- Configuração Espacial e Apropriação da Praça Nereu Ramos	66
2.3.1- Características de Configuração	66
2.3.2- Características de Apropriação	75
2.4 – Configuração Espacial e Apropriação da Praça da Chaminé	84

2.4.1 – Características de Configuração	84
2.4.2 – Características de Apropriação	92
2.5 - Análise das Características das Duas Praças Investigadas	97
CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

INTRODUÇÃO

As sociedades atuais vivem momento de grandes transformações, transformações estas que afetam diretamente as características dos espaços públicos. As pessoas se comunicam à distância, vivem de forma individualizada, e os espaços públicos vêm perdendo seu papel como local de convivência, concorrendo com *shopping centers*, clubes, condomínios e outros equipamentos privados.

O processo de mudança na morfologia das cidades contemporâneas tem sido uma preocupação constante de todos aqueles que acreditam que esta alteração tem efeito nos índices de violência, na degradação ambiental ou na segregação social e espacial. Neste contexto, o espaço público como *locus* das relações, dos contatos, de cidadania, perde relevância e se torna excludente. É sob a perspectiva de que alguns espaços contrariam estas afirmações, que nos propomos a investigar algumas configurações espaciais que qualificam a forma urbana e propiciam à apropriação.

A configuração dos espaços públicos no contexto da cidade de Criciúma, em geral, não considera fatores ambientais e físicos que visem a sua melhor adequação ao local e a sua proposição vem negligenciando a apropriação, podendo muitas vezes contribuir para um processo de esvaziamento dos mesmos.

Assim, o estudo pretendeu verificar, na prática, afirmações referentes ao processo de esvaziamento do espaço público, que se tornaram discursos correntes principalmente do poder público, e que se acredita, tenha a ver com uma forma de privatizá-los, esquivando-se da necessidade de manutenção dos mesmos.

Corroborado pela afirmação de Vaz *apud* Pimenta (2005, p.149) de que “a discussão acerca da insegurança e da deserção dos espaços públicos urbanos, (...), não deve ficar reduzida ao imediatismo, sendo possível o seu aprofundamento a partir da observação direta e criteriosa do uso atual desses espaços”. Refuta-se a idéia do espaço público como um espaço que sirva apenas à circulação de automóveis e de mercadorias, encarado como um espaço inseguro, um fardo para o

poder público. O que se está propondo é o reconhecimento do potencial do sistema de espaço público como matriz da estrutura urbana, surgido a partir do parcelamento da terra e que se modifica ao longo do processo de urbanização.

Por outro lado, se procura identificar formas urbanas capazes de imprimir qualidade ao espaço público, que possibilitem sua maior e melhor apropriação por todos, ou simplesmente atribuam à cidade, nas palavras de Lynch (1980, p.12 e p.18), maior “legibilidade, estrutura e identidade”.

As inquietações que nos levaram a esta pesquisa surgiram no exercício profissional junto ao setor de análise do parcelamento do solo urbano da Prefeitura Municipal de Criciúma, pela constatação de que os espaços públicos propostos dão ênfase ao sistema viário e ao aproveitamento máximo da terra para transformá-la em lotes para a especulação imobiliária, relegando a um segundo plano os espaços públicos destinados a praças, parques e largos. Assim, buscamos refletir sobre o papel destes espaços no processo de urbanização e as apropriações decorrentes da sua localização na estrutura da cidade.

No exercício profissional, percebíamos que a matriz urbana era definida pelos processos de parcelamento do solo urbano, e que, mesmo nos casos em que a legislação era cumprida em sua totalidade, não eram produzidos espaços públicos de qualidade. Em relação às praças, nossa reflexão nos indicava que não bastava garantir áreas para tal, era preciso que estes locais depois de urbanizados fossem apropriados pela população, e que a sua localização e a configuração de seu entorno eram aspectos importantes a serem investigados e comparados na busca de respostas para as diferentes apropriações; alta de alguns e baixa de outros.

A complexidade da cidade contemporânea tem suscitado sua investigação desde diversas áreas do conhecimento. Esta interdisciplinaridade resulta em metodologias de interpretação dos fenômenos urbanos que fazem conexões da arquitetura com a geografia, a matemática, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a engenharia, etc. Nesta interface é que a pesquisadora, com formação em Engenharia de Agrimensura, aproxima-se da Arquitetura da Cidade, linha de pesquisa deste trabalho.

O processo de industrialização foi certamente um grande marco de transformação na forma de espacialização das cidades, e origem de várias correntes de pensamento que iriam discutir temas relativos à arquitetura e ao urbanismo. Num primeiro momento, a prática do urbanismo se orientou nas idéias dos chamados utopistas, que acreditavam que a cidade poderia ser planejada e executada segundo um projeto total. Algumas destas experiências foram colocadas em prática e podem ser constatadas em algumas cidades ou em alguns de seus fragmentos, tais como a cidade-jardim de Letchworth – Inglaterra, o plano-piloto de Brasília – Brasil, a cidade-linear de Arturo Soria, nos arredores de Madrid - Espanha.

Estes modelos são objetos de discussões e críticas. Em “meados dos anos 60”, segundo Nesbitt (2006, p.15), surgem novos paradigmas “interdisciplinares” oriundos da psicologia, da sociologia, da antropologia, da fenomenologia, da economia, outros, que apresentam teorias capazes de acrescentar novas reflexões sobre como pensar a cidade.

Neste contexto, uma corrente de pensamento propõe a prática do urbanismo orientada para a leitura da forma urbana, apoiada em teorias que relacionam esta estrutura ao seu significado. Acreditando que a cidade precisa de estratégias que interfiram na definição de espaços públicos, que levem em consideração a forma em consonância com a apropriação, é que orientamos nossa pesquisa em autores como: Lynch, Rossi, Cullen, Aymonino, Jacobs, Panerai e Kohlsdorf.

Objetivamente, se pretende compreender as relações entre configuração e apropriação do espaço público urbano. Para tanto, se procura conceituar e caracterizar estes espaços quanto aos atributos da forma urbana que influenciam na apropriação. No ambiente urbano, diferentes formas de espaço público, sugerem diversas utilizações e apresentam diferentes características espaciais. Com base em um estudo de caso em Criciúma nos interessam analisar algumas destas características, confrontando-as com as teorias que tratam da relação entre morfologia urbana e apropriação do espaço público.

O recorte proposto para o estudo de caso é o do espaço público da cidade de Criciúma, localizada ao Sul de Santa Catarina, cidade com população de 185.506¹ habitantes, através da análise da configuração espacial da Praça Nereu Ramos, localizada na área central e da Praça da Chaminé, localizada na zona Leste, e de elementos facilitadores de apropriação.

Para o propósito deste trabalho, buscou-se:

- Entender as mudanças nas relações sociais no espaço público e privado que têm levado a mudanças de comportamento na apropriação dos espaços públicos;
- Identificar os diversos tipos de espaço público e compreender como a sua localização e articulação podem configurar um sistema capaz de contribuir na estruturação da cidade;
- Revisar os principais conceitos que relacionam as transformações das cidades e a forma urbana;
- Identificar e caracterizar a ocupação física, no entorno das áreas de estudo;
- Analisar relações entre configuração e apropriação nas praças estudadas.

A abordagem do estudo de caso centra-se na investigação das configurações das formas urbanas da Praça Nereu Ramos e Praça da Chaminé, compreendidos como importantes para a apropriação. Estas formas são descritas e analisadas a partir da caracterização da configuração espacial das duas praças, confrontando-os com suas formas de apropriação, seus usos, fluxos, atividades e imagem.

A dissertação se estrutura em três capítulos. O primeiro capítulo trata da apresentação de conceitos que deram suporte à pesquisa. Para tanto, se discute a problemática dos espaços públicos frente à legislação de parcelamento do solo, a origem dos mesmos, às relações sociais na interface entre o domínio público e privado, tipos dos espaços públicos no contexto brasileiro contemporâneo, o papel dos espaços públicos na estrutura da cidade e as abordagens dos pesquisadores a respeito de configuração e apropriação. Esta revisão conceitual procura indicar

¹ População estimada pelo IBGE, para o ano de 2007, a partir do censo do ano 2000.

sobre que eixo de pensamento está apoiado à análise desta pesquisa. Abordam-se conceitos relativos à configuração espacial, a apropriação pelos usuários do espaço público e as características identificadas por pesquisadores como facilitadora da apropriação.

O segundo capítulo é dedicado à pesquisa, iniciando com os procedimentos metodológicos e o resultado da pesquisa empírica. Nos procedimentos metodológicos se identificam os métodos e técnicas utilizados e se caracterizam as escalas adotadas para análise dos objetos de estudo. Na pesquisa empírica faz-se uma breve descrição histórica do processo de estruturação urbana de Criciúma, para em seguida, caracterizar os espaços públicos estudados através da sua configuração, dos seus usos, fluxos, atividades e imagem.

No terceiro capítulo das considerações finais, fazemos uma reflexão sobre os conceitos discutidos à luz dos resultados encontrados no decorrer da pesquisa e demonstramos que existe espaço para futuras pesquisas, no âmbito da configuração urbana e da apropriação.

CAPÍTULO I

ESPAÇOS PÚBLICOS: ORIGENS, CONFIGURAÇÃO E APROPRIAÇÃO

Este capítulo trata da origem do espaço público contemporâneo no Brasil, através de um sucinto histórico da legislação de parcelamento do solo urbano, principal responsável, na nossa ótica, pelo surgimento destes espaços. Na sequência são abordadas as relações sociais na interface entre os domínios públicos e privado, evidenciando suas interações. Posteriormente, trata-se dos tipos de espaços públicos brasileiros e o seu papel na estrutura da cidade, fechando o capítulo com alguns estudos que abordam a configuração urbana e a sua relação com a apropriação.

1.1- Espaço Público

A origem do termo espaço público da forma como é utilizado na contemporaneidade é resultado de um processo histórico, cujo sentido segundo Laval (2005) é definido na dicotomia entre os termos “público” e “privado”. O autor explicita o termo em três dimensões constitutivas, assim definidas: “Público *versus* privacidade, intimidade, ou sociabilidade primária; público *versus* propriedade ou interesse particular, e público *versus* não difundido, de conhecimento particular ou restrito”.

As diferentes acepções do termo englobam dimensões sociais, políticas e de comunicação e ampliam o debate do espaço público para além da sua configuração física e de apropriação social. Esta polissemia se percebe em diferentes nomes atribuídos ao espaço público no âmbito da legislação brasileira.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, não se refere especificamente ao termo espaço público, trata os espaços considerados de uso público como bens da união. O Código Civil Brasileiro, Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002, utiliza-se do termo “bens públicos”, definindo-os como: “Art. 99- São bens Públicos: I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;”.

Na legislação de parcelamento do solo Federal e Estadual, Lei nº 6766/79 e Lei nº 6063/1982, respectivamente, os espaços públicos são chamados de “sistema de circulação, equipamento urbano e comunitário e espaços livres de uso público”. A

legislação municipal, Lei nº 3901/99, utiliza os termos “área destinada ao sistema viário, área verde vegetação e área verde de lazer e/ou de utilidade pública”.

Esta diversidade de nomes demonstra que o espaço público é objeto de disputas sociais, e confirma a afirmação de Lavallo de que:

“A configuração do espaço público parece ser produzida na conjugação de capacidades e processos históricos em que coincidem e se descompassam a universalização institucional do Estado, a auto-organização da sociedade como determinação permanente da ordem pública e as formas de intermediação comunicativa com sentido público. No cerne de tais coincidências e descompassos cristaliza-se historicamente aquilo que sintetiza toda a relevância do espaço público: quem tem direito a ter direitos e como conquista, realiza e preserva esses direitos.” (LAVALLE, 2005, p. 41-42)

Neste sentido, torna-se importante identificar como vem se cristalizando o processo de configuração do espaço público nas cidades brasileiras.

1.1.1- Os Espaços Públicos no Brasil

Os primeiros espaços públicos brasileiros surgiram durante o período colonial, seguindo lógicas e determinações definidas ora pela igreja, ora pelo estado, num processo lento de laicização, que é apontado por Marx (1988, p.201) como um dos fatores de “descaso por parte de todos” pelo espaço público.

Na evolução deste processo, no Brasil independente, os espaços públicos passaram a resultar principalmente do parcelamento do solo, tendo como marco inicial à aprovação da Lei de Terras em 1850, que mudou a forma de apropriação de terras, passando de um sistema de concessões pela Coroa para um sistema de compra e venda, com demarcação e delimitação de frações, ainda sem distinção entre terras urbanas e rurais. Este sistema transformou a terra em mercadoria e permitiu o surgimento de várias colônias de imigrantes estrangeiros em todo o território nacional, inclusive aquela onde se localizou em 1880, o núcleo colonial que deu origem ao município de Criciúma.

As primeiras legislações brasileiras, que irão tratar especificamente do parcelamento do solo urbano são: “o Decreto-lei nº 58 de 10/12/1937, o Decreto nº 3079 de 15/9/1938, a Lei nº 4591 de 16/12/1964 (que trata especificamente sobre condomínios), o decreto nº 55815 de 8/3/1965 e o Decreto-lei 271 de 28/2/1967,

além de algumas leis e regulamentos relacionados à área rural e tratados pelo INCRA”. (FERRARI, 1982, p.355)

Estas legislações trataram basicamente do processo de aprovação do projeto de parcelamento junto à municipalidade e sua escrituração, sem tratar de questões relativas à definição de áreas para uso público. Em 1979, a Lei Federal 6766 de 19 de dezembro, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, passa a estabelecer algumas diretrizes urbanas e a definir percentuais de áreas destinadas para os espaços públicos, estabelecendo que:

Art. 4º. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

I – as áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo;

§ 1º. A percentagem de áreas públicas prevista no inciso I deste artigo **não poderá ser inferior a 35 % (trinta e cinco por cento) da gleba**, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores do que 15.000 m² (quinze mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida. (Lei Federal 6766/79- grifo nosso)

Esta foi modificada pela Lei 9785 de 29 de janeiro de 1999, que passou a seguinte redação:

Art. 4º.....

I – as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento público e comunitário, bem como a espaços de uso público, serão **proporcionais à densidade de ocupação** prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.

.....

§ 1º. A legislação municipal define para cada zona em que se divida o território do município os usos permitidos, os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento. (Lei federal 9785/99 – grifo nosso)

O objetivo dos artigos acima foi de garantir o mínimo de áreas necessárias nos processos de loteamentos, para a implantação de equipamentos públicos e comunitários, sistemas de circulação e demais espaços abertos de uso público. A redação dada à lei em 1979 garantiu a maioria dos espaços públicos contemporâneos em nossas cidades. Em contrapartida, a alteração da lei em 1999, em vigor, tem sido vista como um retrocesso, ao transferir a responsabilidade da

definição de percentuais apenas pelos municípios, tendo em vista a sua fragilidade política, na aplicação desta legislação.

A falta de precisão das legislações de parcelamento do solo urbano, na definição dos espaços destinados ao uso público na estrutura urbana, configurou um sistema de espaço público fragmentado, que vem sendo definido pelos agentes promotores da especulação imobiliária, localizando-os na malha urbana em locais inadequados e muitas vezes de difícil acessibilidade. Para estes espaços, se reservam aquelas áreas que tem pouco ou quase nenhum valor imobiliário, áreas residuais e irregulares do traçado daquele parcelamento. Esta localização no tecido urbano impede que estas áreas destinadas a praças, parques, largos, etc., possam estar integradas com outros equipamentos de uso comunitário, e passem, assim, a constituir um sistema de espaços públicos.

Os planos, projetos e documentos exigidos no processo de parcelamento de solo se limitam a exigências burocráticas e projetos em planta baixa, reduzindo as possibilidades de análise do parcelamento dentro da estrutura da cidade, *quicá* de análises que levem em consideração a proposta em três dimensões.

Este processo vem se verificando em diversos países, como mostrado por Bohigas que aponta para o problema da forma limitada como a legislação trata as questões relacionadas com a definição dos espaços, dentro da cidade:

(...) o que se pode ou não se pode fazer está condicionado a uma série de imposições simplistas, dependentes de um modo impreciso de descrever a propriedade, seus limites e as restrições à sua utilização. Os elaboradores de escrituras, títulos e códigos sequer costumam contar com os modos de representação mais familiares aos projetistas como plantas planialtimétricas e estudos de conjunto. Sobre tal base, as propostas já nascem deixando a desejar. (BOHIGAS *apud* SANTOS, 1988, p. 165)

Em Santa Catarina a legislação que trata do parcelamento do solo urbano é a lei Estadual nº 6063, de 24 de maio de 1982, modificada pela Lei Estadual nº 10957, de 24 de novembro de 1998, que reproduz o que estabelece a legislação federal no que diz respeito à definição de áreas destinadas a espaços públicos.

No âmbito municipal, a legislação de parcelamento do solo urbano de Criciúma apresenta alguns requisitos além daqueles estabelecidos pelas legislações federal e estadual, no que se refere às áreas destinadas a espaços públicos. Estabelece que o loteador deva destinar o espaço necessário às vias de circulação e

mais 20% do total loteado para áreas públicas, sendo que deste percentual, 10% são destinados a “áreas verdes” e 10% são destinados a “áreas de utilidade pública”. Ainda, define que, em caso de condomínios fechados, o empreendedor deverá destinar 10% da área para fins de utilidade pública, fora dos limites condominiais, para uso da comunidade em geral.

Conforme entendimento da Diretoria de Planejamento Urbano da Secretaria do Sistema Viário², o conjunto dos espaços públicos de Criciúma, se divide em quatro categorias, quais sejam:

1. Espaços de Circulação – Consideram-se como tais as ruas, avenidas, servidões, travessas, largos, etc.
2. Praças – Espaços assim denominados por Lei Municipal e que possuem certa urbanização, que assim as caracterizam.
3. Áreas de Equipamentos Públicos – Espaços onde estão instalados os equipamentos públicos, tais como: escolas, postos de saúde, centros comunitários.
4. Áreas Verdes Vegetação e de Lazer e/ou de Utilidade Pública – Espaços sem destinação específica reservados nos loteamentos aprovados, que poderão ser transformados em áreas para praças, equipamentos públicos ou reservas de áreas verdes.

Pode-se perceber que a legislação municipal mantém o mesmo caráter de imprecisão da normativa federal e estadual, facilitando o desvio de finalidade destas áreas pelo poder público. Durante as décadas de 70 e 80, período de grande aumento populacional, a municipalidade executou a abertura de novas ruas e rodovias necessárias à adequação da cidade ao crescimento do período. Neste processo, as áreas reservadas para equipamentos públicos, áreas verdes e/ou de utilidade pública foram privatizadas, através de permutas utilizadas no pagamento de indenizações, outras foram objeto de doações a associações filantrópicas, ou ainda utilizadas para assentamentos de populações de baixa renda. Estas ações se refletiram diretamente no baixo estoque de áreas de utilidade pública com potencial para serem transformadas em praças.

Além da forma genérica da legislação de parcelamento do solo, outros fatores contribuem na problemática da configuração dos espaços públicos, como a mínima

² Estas definições são interpretações da Lei Municipal de Parcelamento do Solo, que não estão publicados em manual, códigos ou leis, mas que são utilizados pelos profissionais que atuam na Prefeitura de Criciúma, como forma de análise dos processos de parcelamento do solo em tramitação.

intervenção do poder público frente às propostas dos profissionais que atuam nos projetos de parcelamento. Essa atuação profissional é cercada pelo sombreamento de atribuições profissionais que geram multiplicidade de interesses e resultam negativamente para o processo de produção do espaço urbano.

Esta constatação do que ocorre com os espaços públicos de Criciúma nos remete à afirmação de Assen de Oliveira de que:

“O processo de loteamento evidencia a generalização e banalização do espaço público que perdeu sua identidade, reduzido a uma quantidade de área livre disponível que acompanha a separação entre parcelar a terra e construir edifícios e a valorização dada ao sistema viário, como equipamento urbano necessário à viabilização da fragmentação e não do resgate da continuidade do tecido da cidade.” (ASSEN DE OLIVEIRA, 1999, p.151)

Neste sentido, Solá-Morales explica o crescimento da cidade como sendo a interação no tempo e no espaço entre parcelamento, urbanização e edificação, onde a ordem destes acontecimentos pode ser simultânea ou em ritmos, escalas e momentos diferentes, resultando em diferentes composições da cidade.

No Brasil o ritmo do parcelamento do solo é acelerado pela demanda por habitação, e a urbanização dos espaços públicos acontece na medida em que o local exercer certa influência no poder público capaz de forçá-lo a implantar alguma infra-estrutura, iniciadas pelas demandas básicas, como água, luz, pavimentação, restando por último à urbanização de espaços de convívio como as praças.

1.1.2- Relações Sociais no Espaço Público – a Interface Público x Privado

Diversas abordagens fornecem subsídios para o entendimento das mudanças que vem ocorrendo nas relações sociais nos domínios público e privado, que continuam orientando as reflexões dos pesquisadores contemporâneos. São visões sociológicas, antropológicas e arquitetônicas que nos ajudam na compreensão deste contexto.

Em uma abordagem sociológica, Sennett (1998), busca entender as mudanças comportamentais ocorridas a partir do século XVIII que influenciaram profundamente nas relações sociais. Sua pesquisa estudou o comportamento das

peças nos teatros, nas ruas, no vestuário, nos costumes, durante o período que se inicia em meados do século XVIII e vai até o início do século XX, e constatou a prevalência da vida privada sobre a vida pública. Esta relação tornou o espaço público um ambiente de representação das ações individuais, onde cada um dos indivíduos age como ator representando o seu papel social. Chegou à conclusão de que a sociedade que se construiu a partir daí é a da impessoalidade nas relações, da sobreposição do privado sobre o público, da participação passiva nos acontecimentos sociais, da neutralidade e da funcionalidade dos meios de comunicação.

Referindo-se especificamente à sociedade brasileira, DaMatta (1997, p.32) em seu estudo antropológico argumenta que nossa sociedade é relacional, hierarquizada e possui códigos de ética distintos para os diferentes espaços de convivência: casa, rua, igreja. “Relacional”, pois têm como “sua unidade básica” não os indivíduos, mas as relações entre as pessoas, famílias, grupos. “Hierarquizada”, porque “as cidades brasileiras” possuem uma demarcação espacial, que é gradual: “centro e periferia”, “dentro e fora”.

DaMatta (*ibid*, p.57) categorizou as esferas de ação social, como “casa e rua”, e concluiu que estas esferas obedecem a lógicas diferentes, sendo interpretadas pelo código da casa definido pelo espaço da calma, do repouso, da segurança, em oposição à rua, como pertencente ao governo, ao povo, como sendo um local perigoso.

No campo da antropologia cultural, Rapoport (1978, p. 25, p.29), considera que a divisão entre domínio público e privado se apresenta como uma “barreira” visível ou invisível do “controle de alguma classe”. Esta barreira pode ser percebida na observação das formas de organização de cada grupo social, através da tipologia das edificações, tratamento dado ao lote e à edificação. Para ele, “o que distingue um meio ambiente de outro é a natureza das regras por ele codificadas”.

Ainda conforme Rapoport (*ibid*, p.261), “os espaços urbanos estão divididos em domínios distintos por regras e símbolos. Seu propósito é o de estabelecer fronteiras entre (...) o público e o privado, prevendo os graus ótimos de interação e as defesas necessárias”, que, podemos dizer, são estabelecidas culturalmente. Sob este aspecto se pode dizer que a configuração urbana serve como base de leitura para o entendimento de regras comportamentais, de relações sociais e de “natureza simbólica”.

Estes domínios são facilmente perceptíveis no espaço público, onde demarcações espaciais estabelecem gradações de acesso, tornando um ambiente mais ou menos privado, ou mais ou menos público.

Acredita-se que o papel social e cultural do espaço público é o de estabelecer o equilíbrio entre estes domínios, vinculando um território a outro e criando diferentes possibilidades de interações sociais.

1.1.3- Tipos de Espaços Públicos Brasileiros Contemporâneos

Alguns autores abordam os espaços públicos pelo uso, outros pela forma e outros os definem pela apropriação, e lhes atribuem nomenclaturas que os diferenciam, algumas delas pouco usuais e até em desuso. Procuramos resgatar algumas destas definições, a partir dos tipos de espaço público presentes na cidade de Criciúma.

Logradouro Público

“Logradouro. (De lograr + douro; var. de logradouros) Urb. Espaço livre, inalienável, destinado à circulação pública de veículos e de pedestres, e reconhecido pela municipalidade, que lhe confere denominação oficial. São as ruas, travessas, becos, avenidas, praças, pontes, etc.” (FERREIRA, 2004, p.1226)

.O termo logradouro público têm origem no Brasil Colônia para designar a área pública destinada à conformação urbana, segundo Marx:

“Essa área servia a distintos propósitos, que poderiam resumir-se em sua utilização por parte de todos os moradores para pasto de animais, para coleta de madeiras ou de lenha, para algum plantio, bem como constituía uma reserva para a expansão da vila, seja prevendo novas cessões de terra, seja a abertura dos correspondentes caminhos e estradas, ruas ou praças.” (MARX, 1991, p.68)

Em Criciúma o termo é definido no artigo 5º, do Código de Obras do Município, Lei nº 2847, de 27/05/1993, como sendo: “logradouro – praça, rua, passeio ou jardim público”. Percebe-se que logradouro público já designou todos os tipos de áreas urbanas que se encontravam de posse do poder público, posteriormente este termo passou a designar apenas os espaços públicos.

Rua

No dicionário de Língua Portuguesa (Ferreira, 2004, p. 1778) significa “... do latim *ruga*, posteriormente *sulco*, *caminho*. Via pública para circulação urbana, total ou parcialmente ladeada de casas”. Aparentemente um pequeno significado para um dos mais importantes elementos do sistema de espaços públicos, cuja evolução se confunde com a própria evolução das cidades.

“A rua, essa estrutura simples e ordenadora que permite circular, voltar a casa e ter um domicílio, é a primeira manifestação da cidade. Reta ou sinuosa, larga ou estreita, inscrita em uma retícula regular, como nas cidades chinesas ou nas coloniais, ou em uma rede em árvore, como nas medievais ou as árabes, toda cidade tem sua origem na rua. Até tal ponto que seu plano se confunde, em essência, com o plano de suas ruas.” (PANERAI E MANGIN, 1999, p. 95)

As experiências vivenciadas de forma empírica, normalmente são baseadas na percepção da realidade através dos sentidos, que são então codificadas e transformadas em imagens, para posterior decodificação e caracterização de padrões culturais. Neste sentido, é que Lynch formulou a teoria de que as cidades podem ser lidas a partir das relações entre elementos básicos, capazes de conferir às cidades “legibilidade, estrutura e identidade”. LYNCH (1980, p.15, p.18)

Dentre os cinco elementos, por ele identificados como capazes de qualificar espacialmente a cidade, ou parte dela, e conferir-lhe “legibilidade, estrutura e identidade” estão os caminhos, cuja definição funde-se ao de rua, e sua importância é expressa por ele como sendo: “(...) ruas, rede de linhas habituais ou potenciais de deslocação através do complexo urbano, que constituem **os meios mais significativos** através dos quais o todo pode ser organizado”. (*ibid*, p.108- grifo nosso)

Na visão de Camillo Sitte, em estudo realizado em 1889, as ruas propostas na antiguidade enriqueciam as perspectivas, com as suas formas estreitas, sinuosas, definidas a partir das edificações, sem o compromisso do alinhamento e adaptadas à topografia do lugar. Segundo o autor a configuração dessas ruas é facilmente apreendida pelo olhar, e prioriza a apropriação para a circulação, convivência de pessoas e a realização de espetáculos públicos. (SITTE, 1992)

O processo de crescimento das cidades fez surgirem outras configurações de ruas, em adaptação aos novos usos. No contexto da industrialização, surgem na Europa, pensadores como Ebenezer Howard e Raymond Unwin, propondo o modelo conhecido como cidade-jardim. Neste modelo, idealizam-se grandes avenidas arborizadas, que convergem para um espaço, localizado em uma área central, acessível a todos, onde estão localizados os equipamentos de uso público. A proposta, entre outras coisas, buscava trazer elementos presentes no campo para dentro da cidade.

Com o olhar voltado para soluções que minimizassem os problemas surgidos após a segunda grande guerra, Le Corbusier, baseado na cidade organizada por funções de Tony Garnier, lança a proposta da Ville Radieuse. Na sua proposta racionalista as ruas são transformadas em vias hierarquizadas, priorizando a circulação dos automóveis, o que, segundo Abrahão (2008, p.64), contrapõe-se à “às cidades radiocêntricas e joga uma pá de cal sobre a rua corredor, com suas calçadas, cruzamentos e esquinas”.

Para Rob Krier (1981, p.19) “a rua organiza a distribuição dos terrenos e comunica cada uma das parcelas”. O resultado desta organização é esta rede de comunicação por onde passam pessoas, carros, transporte público, mercadorias, serviços públicos, numa variedade de formas, usos e apropriações, que foram sendo agregados ao longo da evolução das cidades.

O papel expressivo das ruas no início das cidades brasileiras nos revela que o seu traçado compunha com a arquitetura e os acidentes geográficos, como escreve Murillo Marx:

As ruas se destacam na cidade brasileira tradicional, entre os inúmeros vazios. Na trama urbana, amoldada ao sítio e irregular, a linearidade usual delas provém. Perfilam o casario na direção dos pontos de interesse e de concentração realçando espigões, descendo encostas, beijando várzeas. Mais do que o rego deixado pela via pública, o corpo contínuo e serpenteado do casario denuncia ao longe o curso das ruas, ruelas e becos. A direção caprichosa desse conjunto de cheios e vazios marca a personalidade da povoação e lhe dá fisionomia própria. (MARX, 1980, p.43)

Uma pesquisa que merece destaque foi desenvolvida por Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Arno Vogel (1985, p.23-24), no Brasil sobre o Bairro do Catumbi, Rio de Janeiro. Este estudo se utiliza dos argumentos de Jane Jacobs,

para analisá-las e concluir que estes espaços têm vocação para “encontros, trabalhos, festas e devoções” e podem servir de “referências boas e más dos lugares”, nos fazendo refletir sobre o sentido da rua enquanto espaço de “múltiplos eventos e relações”.

As ruas se modificaram, suscitaram novas propostas, novos desenhos, agregaram novos usos, novas denominações, mas permanecem como importante elemento estruturador da cidade.

Avenida

Avenida. Do francês, *avenue*. Via urbana mais larga do que uma rua, em geral com diversas pistas para circulação de veículos. Estrada ou rua orlada de árvores, no acesso a uma casa de campo, em um parque. (FERREIRA, 2004, p.237)

Este tipo de rua surgiu nas cidades para propiciar também a possibilidade de locomoção mais rápida, com o uso cada vez maior de automóveis, ônibus e caminhões.

Benévolo (2005, p. 511) ao fazer referência às transformações porque passava Paris no período denominado Barroco relata que “antigas fortificações são derrubadas e em seu lugar é traçada uma coroa de avenidas arborizadas (boulevards)”. Lamas (2000, p.212-214) ao mencionar o Plano de Haussmann para Paris, o descreve como um traçado que segue as “tradições barrocas do século XVIII”, por se utilizar de elementos deste período, tais como: “o traçado em avenida – o boulevard – que une pontos da cidade”.

Para Panerai e Mangin (2002), os bulevares e avenidas surgidos a partir do Renascimento, com a função de unir pontos importantes e de organizar o tecido urbano, podem abrigar equipamentos públicos que necessitam de grande acessibilidade, além de servir para a realização de desfiles, festas, concertos. Segundo os autores seu projeto pode permitir diversas configurações, e arranjar os diversos fluxos na própria avenida e nas ruas que nela desembocam. Já para Kevin Lynch, grandes avenidas podem ser consideradas como bordas ou barreiras, dependendo da sua configuração e relação com o seu entorno, uma vez que podem distinguir uma área de outra.

A Praça

Praça, do grego plateia, rua larga, pelo latim platea. Lugar público cercado por edifícios, largo. Mercado, feira. (FERREIRA, 2004, p.1613)

Esta definição pode ser desmembrada, sugerindo novas formas de interpretação. O primeiro nos remete a sua origem como local de platéia, e nos sugere a praça como lugar de reunião e de movimento. O segundo nos remete a um espaço aberto contido pelo privado, com maiores dimensões, e o terceiro, tal como o primeiro, é descrito pela apropriação e relembra que as praças foram e permanecem muito utilizadas para as atividades urbanas de mercado, feiras, leilões ao longo dos séculos.

Um dos estudiosos de praças foi Camillo Sitte, que destaca o projeto das praças antigas como sendo vital à vida pública da época. Seu trabalho enfatiza a relação entre a forma das praças e sua relação com as edificações. Critica o isolamento das praças por meio de ruas, que vê como tendendo a transformar a praça num grande espaço vazio.

Ainda, afirma que as “praças e ruas de outrora formavam um todo coeso e de efeito calculado”. Entendia que o seu traçado condicionava a “disposição das construções” e acreditava em “um projeto urbano para toda a cidade”, o que nos remete a importância da localização das mesmas na estrutura da cidade. Propunha para o traçado de uma praça a irregularidade, o fechamento, o efeito artístico, a “relação mútua entre os edifícios que a circundam”, em um entendimento de que estas formas estão diretamente relacionadas com a apropriação ou não destes espaços. (SITTE, 1992, p.134)

Às praças se atribuem significados, que surgem do vínculo destes espaços com acontecimentos, imagens; símbolos relacionados e culturas transmitidas de geração para geração. Entende-se que “o significado parece relacionar-se mais com aspectos sociais da percepção. Simultaneamente, alguns aspectos sociais da cidade se julgam através do significado dos elementos físicos, os quais são associativos e simbólicos”. (RAPOPORT, 1978, p. 281-282)

Se as praças adquirem significado, também são facilmente identificadas no ambiente urbano, seja por construírem vazios entre cheios, seja pela presença de uma massa de vegetação, podendo, na visão de Kevin Lynch, ser consideradas

como pontos referenciais e nodais, contribuindo para a formação da imagem da cidade.

Já Panerai e Mangin (1999, p.125) diferenciam a praça da rua pelo seu “caráter de exceção no tecido urbano”, para eles “a praça é um lugar identificado socialmente: (...) existe uma convenção que põe em relação certa configuração espacial e uma denominação.” Preocupam-se principalmente com a integração da sua forma no ambiente urbano, e consideram que a praça não pode ser confundida com um adorno qualquer, apesar de “acomodar uma grande variedade de configurações”.

Murillo Marx descrevendo a importância das praças na origem do traçado urbano brasileiro, entende que esta herança é sem dúvida uma das importantes contribuições portuguesas à trama viária. Este autor assim escreve:

Uma igreja, uma praça: regra geral nas nossas povoações antigas. Os templos, seculares ou regulares, raramente eram sobrepujados em importância por qualquer outro edifício, nas freguesias ou nas maiores vilas. Congregavam os fiéis, e os seus adros reuniam em torno de si as casas, as vendas e quando não o paço da câmara. Largos, pátios, rocios e terreiros, ostentando o nome do santo que consagrava a igreja, garantiam uma área mais generosa à sua frente e um espaço mais condizente com o seu frontispício.(MARX, 1980, p.54)

Os escritos de Murillo Marx identificam no Brasil colônia, as praças como elementos estruturadores do tecido urbano, sendo estas e as igrejas precursoras do processo de urbanização, e podem ser vistas como geradoras, segundo Rossi (1995), como um “fato urbano”, cuja “permanência” irá identificar um tempo da cidade.

Parque e Jardim Público

Parque. Do francês *parc*. Do latim *parricus*. Bosque cercado onde se caça. Extensão de terreno arborizada e fechada que circunda uma propriedade, ou a ela está anexa. Jardim público arborizado. Parque Nacional. Área natural demarcada pelo governo de um país, que a põe sob sua proteção a fim de conservar integralmente sua flora, fauna e belezas cênicas naturais. No Brasil, essas áreas podem abrigar, apenas atividades humanas que tenham objetivos educacionais, recreativos e científicos. Também se podem criar parques estaduais e municipais, com finalidade semelhante. (FERREIRA, 2004, p.1497)

Na definição acima, se observa a falta de precisão. O primeiro verbete indica a origem dos primeiros parques, surgidos na Inglaterra e que serviam como espaço de reserva real para a caça de animais silvestres. Os demais sugerem a presença de vegetação e diferem uns dos outros pelas dimensões e pela presença ou não de equipamentos de uso público.

Para Robba e Macedo (2003, p. 23), os primeiros jardins públicos ocidentais surgem no final do século XVIII, início do século XIX, na Europa, com a mesma finalidade dos jardins palacianos, que era de “contemplação, meditação, passeio e fruição dos prazeres ao ar livre”. Os autores afirmam que esta modalidade surge nas cidades coloniais brasileiras “restritos às propriedades religiosas e quintais de residências”, e que sua importação da forma que vinha sendo utilizado na Europa aconteceu com a construção do Passeio Público do Rio de Janeiro.

Quanto aos parques, Robba e Macedo (*ibid*, p. 36), consideram o seu surgimento como uma evolução dos jardins públicos com a necessidade de especialização destes locais a fim de agregar novas “atividades de lazer ativo”, tais como, quadras esportivas, pistas de caminhada, parques infantis, etc., geradas pelas necessidades da cidade dividida nas funções de “habitação, trabalho, lazer e circulação”.

No Brasil, os parques podem ser vistos como tendo origem nos primeiros jardins públicos, segundo Marx, acontecem no fim do período colonial, ocupando principalmente locais não propícios ao parcelamento do solo e à execução de construções:

O jardim público aparece entre nós, como reflexos do iluminismo e da expansão dos maiores centros urbanos, no fim do período colonial. Instalam-se, como nas antigas cidades européias e como quase todas as nossas áreas verdes posteriores, nas bordas da cidade e em terras muito ruins para o arruamento e a construção. (Marx, 1980, p.61)

Vladimir Bartalini, em pesquisa realizada sobre os parques públicos de São Paulo, constata que nas diferentes definições que encontrou no Brasil afora, a variedade de “dimensões, formas de tratamento, funções e equipamentos que apresentam, impedem que eles se encaixem numa definição precisa”. (BARTALINI, 1996, p. 129)

Conclui que:

“ a noção de parque vem comumente associada a uma área relativamente extensa, cercada, arborizada e, no seu significado mais remoto, destinada à caça ou à guarda de animais”.(ibid, p. 135)

Constata que um número significativo de parques municipais de São Paulo, originou-se dos espaços, provindos dos projetos de loteamentos, e levanta “indagações sobre as possibilidades que a legislação de parcelamento do solo apresenta para o provimento de parques públicos”, no que vem reforçar nosso argumento da importância desta legislação na definição dos espaços públicos. (ibid, p. 145)

Calçadão

Calçadão – Calçada ou passeio extenso e excepcionalmente largo, de belo efeito urbanístico. (FERREIRA, 2004, p.366)

Surgido a partir da pedestração da rua, geralmente em espaços localizados em uma centralidade com grande fluxo de pessoas, constituindo-se em local gerador de grande apropriação. Também são chamados nos países de língua espanhola de *calle peatonal*, definida por Alexander (1980, p.440) como lugares para caminhar (desde os automóveis, ônibus ou trens ao lugar onde vamos) como de passeio (entre casas, tendas, oficinas, serviços, aulas), além de considerar como importante local de “intercâmbio social”.

Robba e Macedo (2003, p.136), atribuem sua origem ao processo de metropolização de cidades, com grande concentração de pessoas nas áreas centrais. Ainda segundo os autores, no Brasil, o primeiro calçadão foi implantado em 1972 em Curitiba, e “estas ruas de pedestres foram marcos nos anos 1970 e 1980”.

Para Anelli, em artigo publicado no portal Vitruvius, “a criação dos calçadões procurou conjugar o conforto e segurança do pedestre com a indução à utilização do transporte coletivo como principal forma de acesso ao centro”. Argumenta, porém que estes espaços têm sido objeto de crítica e de discussões, apontados como facilitadores do processo de degradação e esvaziamento dos grandes centros, por dificultarem a acessibilidade dos veículos aos edifícios na área de calçadões. ANELLI (2005, p.2)

1.2- O Sistema de Espaços Públicos na Estrutura da Cidade

O entendimento de um sistema que estruture os espaços públicos prescinde de algumas definições para o reconhecimento do seu papel na estrutura na cidade. Alexander (1965, p. 58-62) no seu artigo “Uma Cidade Não é Uma Árvore”, define estrutura a partir dos conceitos de elemento, conjunto e sistema. Utilizando-se da matemática para este raciocínio, ele define conjunto como “uma coleção de elementos que, por sua razão, imaginamos que possuam entre si, algo em comum”.

Prossegue o seu pensamento definindo sistema como o “conjunto de elementos com algo em comum e que de alguma forma, cooperam entre si”. Relaciona sistema com estrutura e identifica na cidade dois tipos de estruturas do traçado urbano, uma denominada por ele de “semi-trama”, caracterizada por apresentar “sobreposições, interceptações” entre os conjuntos de elementos e a outra denominada de “estrutura em árvore”, cuja característica é a de que “os seus conjuntos ou estão contidos um no outro, ou são excludentes entre si”, e aponta a estrutura em “semi-trama”, como a mais adequada para a forma urbana.

O autor explica que não se trata de qualquer tipo de sobreposição, mas de uma estrutura capaz de “produzir sobreposições corretas” capazes de organizar os sistemas urbanos, articulando-os a fim de propiciar a aproximação entre as pessoas de forma “ampla e irrestrita”.

Langu *apud* Vigil, (1999, p.29), por sua vez, define estrutura como “o ponto que une todos os diversos significados da forma, de tal sorte que qualquer coisa que possui uma forma definida resulta construída de uma maneira também definida”. Fortalece a idéia de que esta articulação é um dos elementos principais da forma final do espaço urbano e da organização das edificações, e que este conjunto quando convenientemente organizado forma um sistema.

No mesmo sentido Folch define sistema como:

“um conjunto de elementos materiais – e não tão materiais – de tal modo relacionados e/ou interdependentes que constitui um todo orgânico, inexplicável pela mera justaposição de suas partes.” FOLCH (2003, P.24)

Então, como reconhecer uma estrutura que produz sobreposições e interceptações, que pode ser considerada como um sistema? Do Amaral e Silva (2009, p.2), defende que este reconhecimento é possível pelas “regras de

composição das relações entre elementos mais e menos permanentes, entre escalas, entre público e privado, entre coletivo e individual”. Então um lugar na cidade é considerado “estruturante e estruturado”, quando o seu papel na cidade se torna imprescindível, e a eliminação ou a modificação deste elemento aglutinador, modifica totalmente as relações daquele lugar.

Qualquer sistema significativo, comunicativo e perceptivo para a população é aquele que permite vivências, memórias, usos, apropriações, cujas propostas devem se aproximar de alguns conceitos de espaços públicos que parecem pertinentes a esta reflexão.

Para o geógrafo Jordi Borja (2003, p.29), o conceito de espaço público está imbricado no conceito de cidade e de cidadania, e é sob esta ótica que estes espaços devem ser pensados e qualificados:

Negamos a consideração do espaço público como um solo com um uso especializado, não se sabe se verde ou cinza, se é para circular ou para estar, para vender ou para comprar, qualificado unicamente por ser de “domínio público” ainda que seja por sua vez residual ou vazio. É a cidade em seu conjunto a que merece a consideração de espaço público, espaço funcional polivalente que relaciona tudo com tudo, que ordena as relações entre os elementos construídos e as múltiplas formas de mobilidade e de permanência das pessoas. Espaço público qualificado culturalmente para proporcionar continuidades e referências, ritos urbanos e entornos protetores, cuja força significativa transcenda suas funções aparentes. (BORJA, 2003, p. 29)

Já o arquiteto Manuel de Solà-Morales, no livro *Os Centros das Metrôpoles*, produzido a partir do Seminário Internacional Centro XXI, realizado em São Paulo em 1995, argumenta que:

A importância do espaço público não está, certamente, em ser mais ou menos extenso, quantitativamente dominante ou protagonista simbólico, senão referir entre si os espaços privados fazendo também deles patrimônio coletivo. Dar caráter urbano, público, aos edifícios e lugares que sem isso seriam somente privados, esta é a função dos espaços públicos – urbanizar o privado, quer dizer, converter em parte do público. (SOLÀ-MORALES, 2001, p. 104)

Outra definição estabelecida pelo arquiteto Oriol Bohigas *apud* Abrahão (2008, p.8), é de que:

(...) o princípio de valorização do conceito de espaço público enquanto um instrumento privilegiado para se refazer as cidades e para qualificar as

periferias, para manter e renovar os centros antigos e produzir novas centralidades, para costurar os tecidos urbanos e para dar valor cidadão às infra-estruturas, como também, enquanto um indicador preciso da qualidade de vida e da cidadania presentes em uma cidade, ao evidenciar seus problemas de injustiça social, econômica e política. (BOHIGAS *apud* ABRAHÃO, 2008, p.8)

Mas, é o arquiteto Panerai (1994, p.79) quem aborda o espaço público de forma propositiva ao considerar a importância do projeto do “espaço público como a estrutura fundamental sobre a qual se apóia a grande duração que assegura a permanência da cidade”, além de deixar claro nos seus estudos que a análise e o conhecimento desta estrutura são fundamentais para qualquer projeto urbano.

Considerar o espaço público como elemento estruturador do ambiente urbano, requer a análise das suas partes a fim de classificar cada um dos seus elementos, verificar se os mesmos formam um conjunto para que possam ser considerados como sistema. Sob esta ótica, o sistema de espaços públicos pode ser visto no conjunto articulado de avenidas, ruas, praças, escadarias, travessas, servidões que articulam quadras, lotes e edificações, em um determinado sítio, que caracteriza um lugar e serve de suporte à vida urbana.

A compreensão do espaço público, no contexto brasileiro e local evidencia a importância do parcelamento do solo urbano em sua origem e o papel essencial que desempenha na configuração da arquitetura da cidade. As características espaciais, as articulações e as relações sociais que se estabelecem são capazes de estruturar um sistema de espaço público, e lhe atribuírem qualidade. Partindo-se do pressuposto de que algumas configurações estabelecem possibilidades de composições de lugares que permitem maior ou menor apropriação, nos interessa investigar que elementos participam destas configurações, e qual seu papel na formação da estrutura urbana.

1.3- Configuração e Apropriação

Para se compreender **configuração**, recorreremos ao dicionário de Língua Portuguesa (Ferreira, 2004, p.521) que a define como “a forma exterior de um corpo; conformação, aspecto, figura. Qualquer conjunto formado por pontos, linhas e superfícies.” Com base nesta definição podemos dizer que a investigação da

configuração urbana é o estudo das características de uma determinada forma urbana, definida por Lamas como:

“aspecto da realidade, ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos. A forma, sendo o objetivo final de toda a concepção, está em conexão com o desenho, quer dizer, com as linhas, espaços, volumes, geometrias, planos e cores, a fim de definir um modo de utilização e de comunicação figurativa que constitui a arquitetura da cidade.” (LAMAS, 2000, p.41)

Alargando um pouco mais esta definição o autor (*ibid*, p. 46) complementa dizendo que “a forma é um todo – são as leituras que a seccionam e dela podem extrair ou evidenciar certos aspectos ou partes da sua estrutura”.

Com relação à **apropriação** do espaço, segundo POL (1994), o termo surge no contexto da psicologia social fenomenológica, a partir da realização de uma “Conferência Internacional realizada na Universidade de Estrasburgo, em 1976, que resulta numa primeira aceção da palavra, com raízes marxistas, definindo-se em “dois sentidos básicos: 1) apropriação como posse da natureza, do produto, por parte do ser humano e; 2) apropriação como processo histórico, a nível coletivo, histórico-individual e histórico do indivíduo”.

Como argumentado pelo autor, o termo apropriação recebe contribuições das diversas áreas das ciências sociais e se reveste de novos matizes, nos interessando para este estudo a definição de Merleau-Ponty *apud* Kohlsdorf (1996, p.57) de que a apropriação acontece pela compreensão da estrutura do espaço pelos usuários, ao afirmar que: “nos apropriamos dos fenômenos quando a percepção nos oferece um espetáculo tão variado quando claramente articulado, e quando suas intenções motrizes recebem e desenvolvem as respostas que esperam do meio ambiente”.

Neste sentido, retomamos as definições de espaços públicos apresentadas nos itens precedentes e identificamos aspectos como orientação, legibilidade, estrutura e identidade como critérios de qualidade fundamentais para que um conjunto de espaços públicos possa vir a compor um sistema, e para que a sua configuração facilite a apropriação pelas pessoas. Vejamos como são abordados estes temas sob a ótica dos autores.

Segundo Lynch (1981, p.99, p.54), a complexidade urbana impede o estabelecimento de “qualquer teoria normativa acerca da forma das cidades”, pois a qualidade do espaço está relacionada diretamente com a percepção das pessoas.

Argumenta que as características espaciais podem ser avaliadas levando-se em consideração “o comportamento humano intencional, assim como as imagens e os sentimentos que o acompanham”, tornando possível identificar algumas qualidades físicas mensuráveis que podem ser apontadas como referências positivas para a maioria das pessoas.

Cullen (1983, p.9 a p.14) reflete a respeito da ligação existente entre as formas urbanas e as sensações humanas na vivência do espaço. Relaciona aspectos relativos ao conjunto das edificações, e as relações que estes estabelecem com o espaço público, com o “objetivo de expor a arte da paisagem construída” para ser compreendida e praticada. Acredita que a cidade é o local propício à vida em comunidade, e que “é uma unidade geradora de um excedente de bem-estar e de facilidades” que atraem as pessoas para ela. Para este autor, o conjunto da paisagem urbana é responsável pela sua apreensão. Argumenta que a reação de surpresa de um transeunte num certo percurso da cidade “deve-se mais à composição do grupo do que a uma construção específica”.

Já Rossi (1995, p. 22) considera que a cidade é arquitetura e, com base na idéia dos “fatos urbanos”, argumenta que alguns elementos construídos pelo homem, como um palácio, um monumento, uma rua, uma igreja, uma praça, adquirem significado coletivo e se tornam “permanência e memória”. Assim, a eleição de alguns lugares como signos urbanos resulta de uma “memória coletiva”, que se estabelece no decorrer do processo de crescimento de uma cidade. Para este autor (*ibid*, p.198), a cidade é o “*locus* da memória coletiva e essa relação entre o *locus* e os cidadãos torna-se, pois, a imagem predominante, a arquitetura, a paisagem; e, como os fatos fazem parte da memória, novos fatos crescem juntos na cidade”.

Corroborando com Rossi, Aymonino (1975, p. 21) considera que o entendimento das diferenças entre as formas urbanas se faz através da observação das estruturas atuais e das suas preexistências, ao afirmar que “uma cidade caracterizar-se-á então tanto mais – ou terá significado quanto mais o ordenamento espacial e o interpretativo tenderem a sobrepor-se até se tornarem indispensáveis um ao outro”. Prossegue, afirmando que (*ibid*, p.195) um elemento urbano, tal como uma praça ou uma edificação, torna-se legível quando “a cidade absorve e equipara a estrutura urbana precedente, anula o seu significado específico e a sua relativa autonomia, e, unifica o todo na estrutura urbana”.

A ação do tempo sobre o espaço produz estruturas que se arranjam e rearranjam em movimentos capazes de produzir permanências e significados de efeito duradouro. Rossi e Aymonino consideram alguns elementos duradouros e acreditam numa composição de cidade que materialize os seus vários tempos.

Alguns autores indicam a organização da estrutura urbana como sendo um dos aspectos fundamentais de orientação e legibilidade, visando sua apreensão. Esta organização pressupõe a existência de integração entre os elementos urbanos de tal forma que o todo se torne compreensível para a grande maioria das pessoas.

Esta articulação pode ser identificada no sistema de espaços públicos, nos pontos de referência, na topografia, na trama urbana e na organização dos lotes, e o seu reconhecimento é capaz de permitir orientação - definida por Rapoport (1978, p.147) como “um processo através do qual o indivíduo se situa no espaço e no tempo e é capaz de predefinir o uso do meio ambiente” -, e legibilidade, definida por Lynch (1999, p. 13) como “a facilidade com a qual as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente”.

1.3.1- Usos e usuários

Entende-se como **usuários** todas as pessoas, que de uma forma ou outra utilizam os espaços públicos, seja para caminhar, brincar, apreciar, ler, jogar, sentar, namorar, trabalhar, etc. Rapoport (1978, p.13) define como “usuários ativos e exploradores do meio” todos “os seres humanos enquanto indivíduos”, e considera que qualquer pessoa deve ser considerada como membro de um grupo com valores, crenças e formas de entender o mundo.

O mesmo autor argumenta que as pessoas fazem a seleção dos lugares baseadas nos aspectos culturais e simbólicos de cada grupo, por isso defende o reconhecimento destas características como forma de reforçá-las pelo projeto. Ainda afirma (1978, p.245) que os grupos sociais estabelecem “itinerários e lugares” na cidade, a partir de “vínculos de parentesco, étnicos, econômicos, políticos, rituais e religiosos”.

Alexander; Ishikawa e Silverstain (1980) identificam vários tipos de usuários do espaço público: aqueles que se deslocam para trabalhar, os que procuram um lugar tranquilo para descansar, os que utilizam o espaço público para

desenvolvimento de uma atividade econômica, e os que buscam espaços culturais e saem à noite seja para trabalhar ou se divertir.

Já Ferrara (1988, p.22) afirma que “o **uso** é o modo de reconhecimento ambiental” e que os usuários lembram-se das atividades que podem desenvolver em uma praça e não do seu projeto urbanístico. Para ela, o usuário (*ibid*, p. 56) é o “interpretante urbano que transforma a paisagem e é por ela transformado”.

Um dos importantes estudos na identificação de locais com características que facilitam a apropriação foi o desenvolvido por Jacobs (1999). Para ela, existirão mais pessoas nos espaços públicos, se a área absorver diversidade de usos, se existirem usuários moradores no local, se as quadras forem menores, se houver atrativos que levem as pessoas para aquele local, se houver os “olhos da rua”. Além disso, ela argumenta que haverá atração de pessoas para uma determinada área se neste local se desenvolverem atividades, cujos usos são denominados de “usos principais”, com o papel de funcionarem como âncoras. Assim, os “usos principais atrairão os chamados “usos derivados”. E estas duas categorias de usos, funcionando de forma combinada, se tornam essenciais à vitalidade no espaço público, pela possibilidade de diversidade que geram e por funcionarem em diferentes horários do dia e da noite.

Outra questão, também levantada por esta autora, é a de que os espaços públicos devem ser propostos levando-se em consideração a diversidade de grupos que vivem nas cidades e as possibilidades de utilizações, ou seja, um parque ou uma praça pode servir para caminhar, brincar, ler, estudar, tomar sol, etc., bem como pode ser utilizada por crianças, velhos, jovens, adultos, deficientes físicos, e cada grupo terá necessidades de uso diferentes.

Destaca ainda, a rua com suas calçadas como os “órgãos vitais” de articulação das partes da cidade. Defende a distribuição de estabelecimentos comerciais “ao longo das calçadas” de uma determinada área, como forma de aumentar os fluxos de pessoas, e os contatos e de diminuir as possibilidades de “violência e medo”.

1.3.2 - Imagem e identidade

As considerações a respeito de configuração e apropriação nos fornecem indícios de que os espaços públicos materializam momentos importantes do processo de construção das cidades, e que estes espaços passam a pertencer ao

imaginário da população e se tornam referências na estrutura urbana. Assim, julgamos necessário trazer a esta pesquisa algumas considerações a respeito de imagem e identidade, por acreditarmos que são qualidades do espaço público que facilitam a apropriação.

No âmbito dos trabalhos que relacionam a forma urbana com a percepção do espaço está a pesquisa realizada por Lynch em três cidades norte-americanas, descrita no seu livro “A Imagem da Cidade”, onde ele conclui que existem “**imagens públicas**”, que são comuns a um grupo ou a grupos de habitantes; e, a partir desta constatação, desenvolve uma técnica de leitura da cidade que identifica alguns elementos urbanos considerados essenciais para a formação desta imagem. (LYNCH, 1980)

No Brasil, destacamos Kohlsdorf que centra seus estudos de análise da forma urbana baseada na percepção do espaço a partir da caracterização das suas partes, utilizando-se de uma metodologia que considera que os lugares podem ser decodificados através de manifestações expressas pelos sentidos. Afirma que:

As sensações cumprem uma função específica junto às expectativas sociais de orientar-se no espaço e de identificar os lugares. Esse papel se articula ao sujeito dos processos de apreensão segundo as condições de seu sistema sensorial e às características do meio ambiente, a partir das propriedades apresentadas quanto à emissão de estímulos visuais e táteis. Assim como varia a qualidade receptora dos indivíduos, é também distinta a oferta de sinais, pelo espaço que nos abriga. (KOHLSDORF, 1996, p. 56)

Desta forma, a autora acredita que o espaço urbano deve permitir “orientação e identificação” às pessoas, em quantidade e qualidade capazes de produzir estímulos positivos que são reconhecidos visualmente em algumas configurações de lugares, apesar das diferenças culturais variadas. (KOHLSDORF, 1996, p.71 e 72)

Os trabalhos de Lynch, Cullen e Kohlsdorf abordam a percepção ambiental, e se detém na maneira como as pessoas percebem o espaço e decodificam o ambiente, revelando-se como importantes ferramentas na leitura do espaço urbano e reconhecimento das necessidades dos usuários.

O reconhecimento destas imagens no território é definido por Augé (1994, p.55) com “o termo lugar antropológico”, a que ele se refere como “àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por

ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja”.

Para Segal *apud* Rapoport (1971), “as imagens sintetizam informações concretas e informações abstratas”, e são consideradas como “representações mentais” das experiências vividas. Assim podemos dizer que a imagem é o resultado das representações espaciais coletivas moldadas no tempo e no espaço por aspectos sociais e culturais.

Quanto à imagem dos espaços públicos, podemos argumentar que alguns monumentos e símbolos são reconhecidos pelo vínculo emocional que as pessoas estabelecem entre o lugar e os acontecimentos, mas é através da trama urbana, suas relações e seu ritmo, que estas imagens comuns tornam-se visíveis aos diferentes grupos de pessoas, caracterizando a identidade de um lugar.

Para Lynch (1981, p.127), “a **identidade** é o nível a que uma pessoa consegue reconhecer ou recordar um local como sendo distinto de outros locais – como tendo um caráter próprio vívido, único, ou pelo menos particular”.

As definições acerca de identidade sugerem que as combinações dos elementos urbanos em um determinado lugar, os tornam legíveis e reconhecíveis e apontam a formação da imagem como essencial à memória coletiva.

A tarefa de identificar lugares significativos no contexto das cidades atuais é extremamente difícil, sobretudo nas cidades brasileiras, cuja forma, por vezes, seguiu a lógica dos meios de produção. De qualquer maneira, argumenta Assen de Oliveira *apud* Losada (2007, p.92) que é preciso “reconhecer o valor dos ambientes e lugares considerados como porta-vozes de identidade e que como tais, estão incluídos no que chamamos de patrimônio coletivo e público”.

As abordagens acerca de identidade indicam que as formas são componentes imprescindíveis à formação da imagem de um local. Neste sentido é que Norbert-Schulz *apud* Do Amaral e Silva (2001, p. 2-11) “alega que cada lugar tem uma identidade particular de acordo com as circunstâncias locais – um “espírito do lugar ou *genius loci*””. Gregotti *apud* Nesbitt (2006, p. 57) corrobora com Norbert-Schulz ao afirmar que “criar o lugar é o ato primordial da arquitetura, sua origem: assentar uma pedra no terreno é o início de “modificações que transformam o lugar em arquitetura”.

Deste modo, é que se pode dizer, conforme Frampton *apud* Nesbitt (2006, p. 179) que o lugar pode ser “simbólico” e “concreto” e que “a percepção sensorial de

sua validade como lugar – dependem primeiro, de sua estabilidade cotidiana para os sentidos e, segundo, da adequação e riqueza da experiência sociocultural que ele proporciona”.

Em termos de Brasil, Santos & Vogel (1985, p.11 a p.15) identificam as formas de apropriação presentes no espaço público brasileiro, e como se estabelecem nestes espaços relações sociais complexas. Comprovou a existência de grupos com “práticas de identificação comunitária”, e colocou em questionamento os projetos de “renovação urbana” idealizados de forma abstrata, colocados em prática pelo poder público, que dividem bairros ou promovem a expulsão dos moradores de uma determinada área urbana.

1.3.3- Elementos formais facilitadores de apropriação

No ambiente urbano é possível perceber diferentes formas de apropriação do espaço, sejam elas em ambientes públicos ou privados, e é através do estudo do meio físico que conseguimos distinguir as variáveis do espaço que as facilitam.

A forma das cidades acompanhou as transformações na capacidade de deslocamento das pessoas e mercadorias, e a sua organização morfológica resulta em grande parte da localização dos primeiros acessos. A cidade contemporânea tem novas necessidades e novas funções, mas a circulação e as formas de comunicação e transporte permanecem determinando as localizações dos indivíduos e a formação de centralidades.

O grande poder de mobilidade conferido ao ser humano pelo automóvel tem sido considerado responsável pela grande dispersão urbana, e pela diminuição dos contatos sociais. Para Alexander; Ishikawa e Silverstain (*ibid*, p.82), “as pessoas se vêem afastadas uma das outras; as densidades e as correspondentes frequências de interações decrescem substancialmente”. Em contrapartida, acreditam na decomposição da cidade em áreas que possam ser servidas por transporte local, como bicicletas, movimentos a pé e em veículos em baixa velocidade.

Panerai & Mangin (2002, p.91) sintetizam algumas das abordagens acerca de estrutura, orientação e legibilidade, ao afirmar que o espaço público é a grande estrutura do tecido urbano. Segundo os autores, seu projeto deve atender a necessidades de circulação e de acesso às áreas privadas, e ao mesmo tempo possuir “lógica própria” e “integrar no desenho os diversos condicionantes a que está

submetido, particularmente os construtivos”, para que se constitua em elemento de “significado duradouro”.

Destacamos a análise feita por Panerai (2006, p. 97) sobre a formação do tecido urbano baseado nos princípios da Carta de Atenas, em que ele constata que esta “produção urbanística” resultante da aplicação destes princípios não ocorreu de forma homogênea, mas teve diferentes aplicações nas diversas cidades e países, e deixou particularidades possíveis de serem identificadas, como “à supressão dos recortes parcelares, substituídos por destinações fundiárias vinculadas à programação funcional (a setorização)”.

Em estudos realizados, Alexander (1981, p. 26) desenvolve “padrões” de organização do espaço e demonstra que algumas formas se repetem e permitem variações de combinações que são ilimitadas. Acredita que existe uma maneira “intemporal de construir edificações e cidades”, apontando alguns padrões como mais adequados para diferentes tipos de espaço.

A relação entre o espaço público e a arquitetura das edificações é o que defende Sitte (1992) na sua análise da concepção estética das praças antigas, em que acentua a necessidade da “proporção com os edifícios que a dominam”. Sua pesquisa detalha praças antigas e indica qualidades de configuração nos locais estudados, comparando-os com os espaços públicos que começavam a surgir na Europa no final do século XVIII, rompendo com essas regras de organização da estrutura urbana.

Para Rapoport (1978, p.73), algumas características ambientais, fazem com que as pessoas prefiram este ou aquele local. Para este autor, “os fatores determinantes são a densidade, as árvores e zonas verdes, a segurança frente ao crime, a qualidade e o status social da área, a qualidade dos serviços recreativos, a proximidade e a qualidade das escolas, o nível baixo de poluição e ruídos, o visual e a topografia”.

Alexander; Ishikawa e Silverstain (1980) desenvolvem técnicas de leitura de diversos padrões arquitetônicos e apontam alguns elementos de configuração presentes na cidade que têm bom desempenho para a apropriação no espaço público, dos quais destacamos:

- a) “as portas urbanas principais”, consideradas como demarcações espaciais que hierarquizam os espaços, diferenciam o público do privado, ou semiprivado;

b) os "nós de atividade", criados a partir da confluência do maior número de caminhos possíveis, são indicados pelos autores como o lugar ideal para a existência de uma praça pública;

c) a "vida noturna", onde apontam a necessidade de articulação de atividades de diversão e serviços que estejam abertos à noite, a fim de incrementar os fluxos noturnos no espaço público.

As praças são na maioria das vezes espaços de permanência e locais onde ocorrem diversos tipos de apropriação por diferentes categorias de usuários. No que diz respeito ao tamanho das praças, estes autores (*ibid*, p. 290-291) estabelecem relações entre o tamanho da praça e a quantidade de pessoas que a mesma é capaz de abrigar, além de um diâmetro considerado ideal para que as pessoas possam ser identificadas, afirmando que "as praças públicas quando são demasiado grandes, parecem desertos e se percebem como tais". Consideram a densidade de "30 metros quadrados por pessoa" como ideal para não serem consideradas desertas.

Com relação ao tamanho das quadras, Jacobs (1999) enfatiza a necessidade de quadras curtas criando várias possibilidades de fluxo, facilitando o surgimento de usos econômicos capazes de gerarem diversidade. Sob outro aspecto, defende a mescla de edificações de diferentes idades, por razões econômicas, tendo em vista que os estabelecimentos comerciais possuem despesas fixas que são difíceis de manter, quando se tratam de edificações novas com valor de locação elevado. Neste sentido, a mescla de edificações de diferentes idades serve para diminuir o valor de locação dos locais propícios ao desenvolvimento de atividades diversas.

Diante do que se discorreu acima, podemos concluir que os espaços públicos surgem das práticas sociais e do processo histórico, que tem o parcelamento do solo como base da matriz urbana. A teoria demonstra ainda, que o espaço construído é uma das expressões mais duradouras e a organização desta estrutura potencializa a relação entre as pessoas. Acredita-se que os padrões estabelecidos na forma destes espaços públicos, sugerem uma ordem e facilitam ou dificultam as relações entre as pessoas neste lugar.

Nos referenciais teóricos elencados neste capítulo, identificamos alguns aspectos da configuração urbana que facilitam a apropriação. Elementos morfológicos como a vegetação, as edificações, sua organização em lotes e quadras, dentre outros, são partes que se organizam ou são organizadas

configurando espaços públicos que irão formar a estrutura urbana, e que são capazes de dar-lhe sustentação e vitalidade. Argumentamos que, para a leitura desta estrutura, se faz necessária a decomposição destes elementos em diversas escalas de tempo e de espaço, com o objetivo de obter uma análise mais completa, capaz de nos aproximar da compreensão do todo.

Neste sentido, o título seguinte discorre sobre a estrutura urbana de Criciúma, sobre a configuração e apropriação das praças Nereu Ramos e da Chaminé, através da sua decomposição em elementos morfológicos e de apropriação reconhecíveis, permitindo que a investigação contribua com os estudos morfológicos sobre a cidade, ao abordar as relações existentes entre configuração e apropriação.

CAPÍTULO II

A PESQUISA

No capítulo anterior discorreremos sobre a problemática dos espaços públicos e fizemos uma reflexão sobre as teorias que tratam da origem, da forma e da apropriação dos espaços públicos. No título a seguir descrevemos os métodos e técnicas utilizados na pesquisa empírica, iniciando pelo processo de estruturação do território onde se localiza a área central e a zona Leste do município, fechando o capítulo com o estudo de duas praças públicas de Criciúma.

2.1. Procedimentos Metodológicos

Com o intuito de alcançar os objetivos almejados na pesquisa combinamos métodos e técnicas que nos permitissem a aproximação com o objeto de estudo. Primeiramente, se procurou fazer uma revisão bibliográfica dos autores que estudam a forma urbana, e a sua relação com os elementos facilitadores da apropriação.

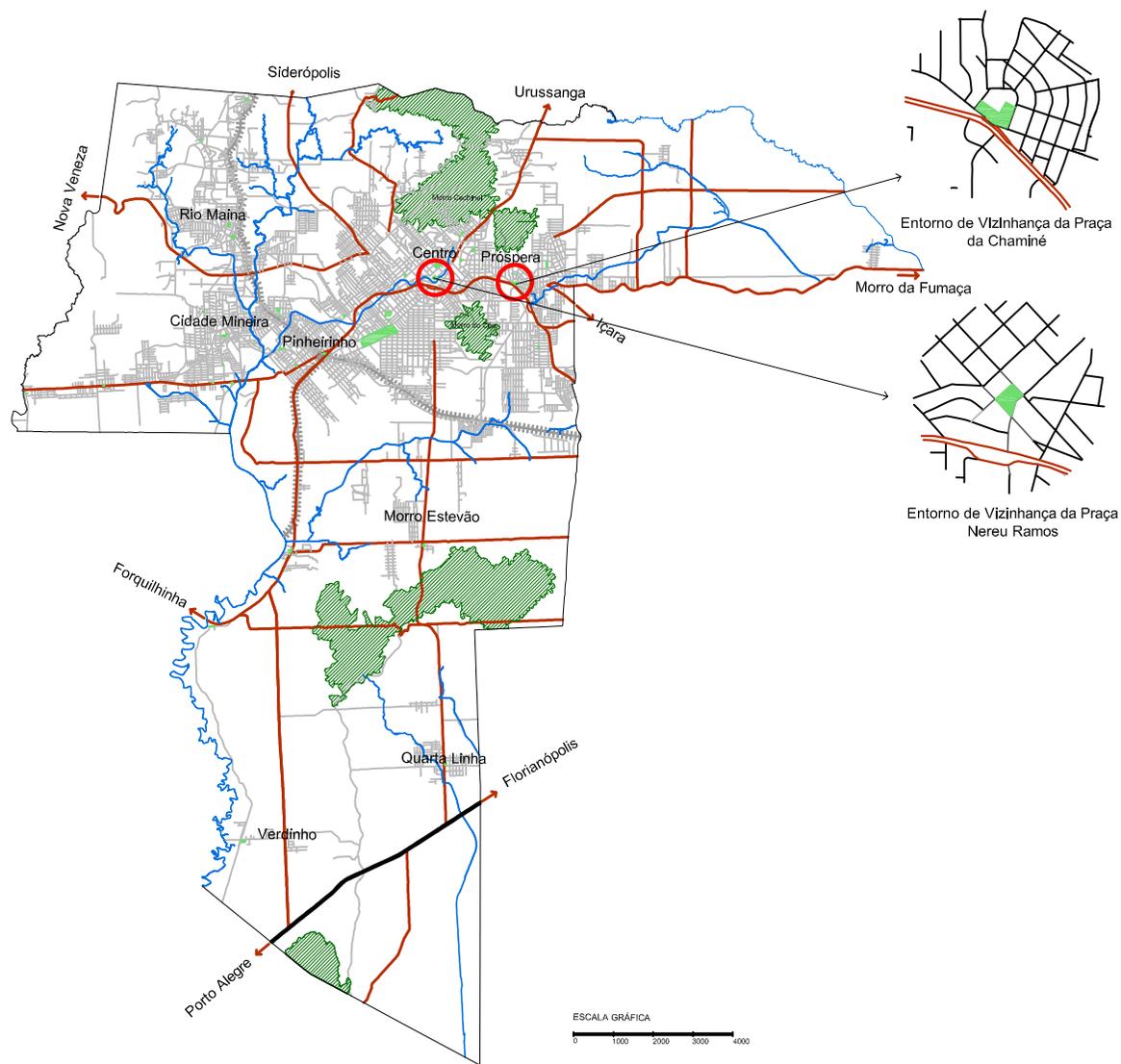
Através do estudo de caso do espaço público de Criciúma, em específico do recorte de duas praças (figura 1), se busca entender como determinadas configurações e localizações influenciam na apropriação demonstrando, conforme argumenta Harvey (*apud* Do Amaral e Silva, 2001) que o objeto da pesquisa é parte significativa de uma totalidade que está constantemente se reestruturando “numa dialética dinâmica” influenciada pelas características do contexto local.

Neste sentido, as áreas objeto de estudo foram identificadas e analisadas morfológicamente, procurando estabelecer o contexto formal em que se dá a apropriação pública.

Procuramos entender o papel do espaço público na estrutura urbana de Criciúma e a configuração e apropriação das duas praças, através da leitura das mesmas na escala da cidade, na escala de vizinhança e na escala do entorno imediato. Na escala da cidade, procuramos, por meio do resgate histórico, identificar as estruturas de permanências relacionando-as com a construção dos espaços públicos, em específico das duas praças. Nas escalas de vizinhança e do entorno imediato, nos detivemos na caracterização morfológica e de apropriação, na identificação das atividades, fluxos e imagem das duas praças.



Localização de Criciúma no Estado de Santa Catarina



Mapa do Município de Criciúma

Figura 1 - Localização da Área da Pesquisa - Município de Criciúma - SC

Fonte: CiASC e Prefeitura Municipal de Criciúma

Modificado por: Orsi Vieira, Ivanete de M.

Com o intuito de entender o papel da Praça Nereu Ramos e Praça da Chaminé, na estrutura urbana atual de Criciúma, analisamos o processo de urbanização, utilizando mapas cartográficos, fotos aéreas e referências bibliográficas. A leitura se baseia principalmente no mapa da estrutura colonial, nos levantamentos aerofotogramétricos de 1957, 1978 e 2001 e nas fotos coletadas junto a diversos órgãos.

O mapa da estrutura colonial foi georeferenciado para permitir a sua sobreposição com o mapa do sistema viário do município. Por se tratar de um mapa já antigo, cujos recursos cartográficos não são os mesmos utilizados atualmente, percebem-se em alguns pontos divergências no entrelaçamento dos dois mapas.

Para a análise da configuração das áreas objeto do estudo, utilizamos a técnica de caracterização desenvolvida por Trieb e Schimidt *apud* Kohlsdorf (1996, p 138). Das categorias propostas por este autor, foram utilizadas aquelas que julgamos mais adequadas à análise das duas praças e que facilitam a compreensão dos espaços públicos, tais como:

- Sítio Físico - ocupação em relação à topografia, vegetação, clima e insolação;
- Planta Baixa - malha, parcelamento do solo e cheios e vazios;
- Edificações – relações intervolumétricas, edificações x lote x rua;
- Elementos Complementares – elementos de informação e mobiliário urbano;
- Estrutura – conexões e unidade morfológica.

A partir desta caracterização morfológica passamos a identificar usos, atividades, fluxos e imagens e observar os usuários nas praças escolhidas, como forma de analisar a apropriação. A pesquisa empírica foi realizada através da observação do local pelo pesquisador em diferentes dias e horários, de forma sistemática no período de 14/06/2009 a 20/06/2009, com registro fotográfico do período. Outros registros fotográficos foram feitos de maio de 2009 a maio de 2010, durante incursões esporádicas, com o registro de detalhes de interesse do pesquisador.

Além das visitas, reunimos documentos junto à Fundação Cultural de Criciúma, Prefeitura Municipal de Criciúma, consulta a jornais da região e entrevistas informais, com usuários freqüentadores dos locais.

Como subsídios para o tratamento dos dados, utilizamos esquemas, desenhos, fotografias, mapas cartográficos do município, dados do cadastro imobiliário e ortofotos e fotos digitais. Os dados foram processados com o auxílio de

software para computadores, tais como: *corel draw*, *autocadmap*, *word*, *picture manager*, *sketch up*, dentre outros, tendo como resultado mapas, esquemas, tabelas, imagens e textos.

Na definição do entorno, utilizamos a unidade de vizinhança proposta por Santos (1988, p.118), que recomenda o diâmetro mínimo de 800 metros para a sua delimitação. Para a compreensão dos objetos analisados utilizamos o termo “entorno de vizinhança”, quando nos referimos à área que abrange os 400 metros de raio das praças estudadas, partindo-se do centro geométrico das mesmas, e de “entorno imediato” quando nos referimos à área da pesquisa que inclui o espaço da praça, dos lotes e das edificações que as circundam.

A definição desta área foi utilizada apenas para delimitar o espaço de trabalho, não pretendendo com isto definir a área de abrangência das praças.

2.2- Os Espaços Públicos na Estrutura Urbana de Criciúma

“O caminho conduz de um ponto a outro, de uma cidade a outra, de uma região a outra, bem como dá acesso, de um lado e de outro, a terrenos, campos, lotes, lugares habitados. O cruzamento, o vau, a parada obrigatória engendram o comércio. Segue-se o sedentarismo. Nasce a cidade.” (PANERAI, 2006, p.18)

O município de Criciúma foi inicialmente colonizado por italianos, vindos da Europa, que se estabeleceram nesta região em 1880, tendo recebido colônias agrícolas para exploração e cultivo. Com localização geográfica na margem direita do Rio Criciúma, numa planície com declividade inferior a 10% e circundada de montes de pequena altitude, cujo território se situa entre a Serra Geral e o Oceano Atlântico.

O sítio onde se localiza Criciúma, segundo histórico disponível no site da câmara de vereadores, estava incluído em terras devolutas originárias de uma sesmaria doada pelo governo imperial a Jerônimo de Castro e se estendia desde o município de Araranguá até Urussanga. Segundo Nascimento (2004, p.63) “(...) a origem do centro de Criciúma está ligada, ao cruzamento da estrada geral de Urussanga e Araranguá, no sentido Norte-Sul, com a estrada geral de Linha Anta até Mãe Luzia, no sentido Leste-Oeste” (figura 2).

Num primeiro momento, em que a economia do município era essencialmente agrícola, a cidade se estruturava nas estradas coloniais, hoje ruas da cidade, que

serviam como ligação entre as colônias e os mercados locais e deram origem ao processo de urbanização.

Este território foi subdividido pela Companhia Torrens em glebas de aproximadamente 25 hectares e distribuídas à colonização, primeiramente de italianos, poloneses e alemães. Predominavam glebas (figura 2) retangulares com aproximadamente 250 x 1.000 metros que foram distribuídas no território de forma a aproveitar os caminhos pré-existentes e alguns acidentes geográficos, como o Rio Criciúma.

No traçado viário atual de Criciúma é possível perceber os ritmos impostos pelo plano estabelecido pela estrutura fundiária rural, que faz com que as ruas orientem-se no sentido Noroeste- Sudeste, Norte- Sul ou Leste-Oeste. A diversidade de quadras e lotes resultantes do parcelamento das glebas rurais e urbanas orientou-se de forma a maximizar o número de lotes, com malha xadrez adaptada as características da topografia.

Esta influência pode ser comprovada na sobreposição do Mapa do Sistema Viário de Criciúma com o Mapa Colonial (figura 3), onde aparecem os primeiros caminhos estruturadores e a orientação das suas ruas. Destacamos as Rodovias conhecidas como Primeira Linha (atual Rodovia Alexandre Beloli e Rodovia Antonio Darós), Segunda Linha (denominada de Rua Pedro Daltoé), Terceira Linha (denominada de Rodovia CRI-280 e Rua Itália Gobbo Dagostin), Rodovia Jorge Lacerda, Rodovia Luiz Rosso e Rodovia Otávio Dassoler, que foram abertas no limite de propriedade das glebas rurais, condicionando o seu crescimento dentro de uma determinada forma.

O crescimento urbano de Criciúma foi impulsionado pela descoberta do carvão mineral, em 1913, e sua exploração a partir de 1917, de acordo com Costa (1999, p.39). “Em 1919” (*ibid*), se construiu o ramal da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, que ligava os portos de Imbituba até Laguna e Araranguá, cujo traçado tangenciava o centro de Criciúma e cortava o seu território no sentido Leste-Oeste. Este ramal da ferrovia foi utilizado para o transporte de passageiros, até “1960” (*ibid*) e para o transporte de carvão até a sua desativação em 1975, segundo Nascimento (2004, p.147), com esta desativação uma nova variante ao Sul do centro foi construída e destinada apenas ao transporte de carvão.

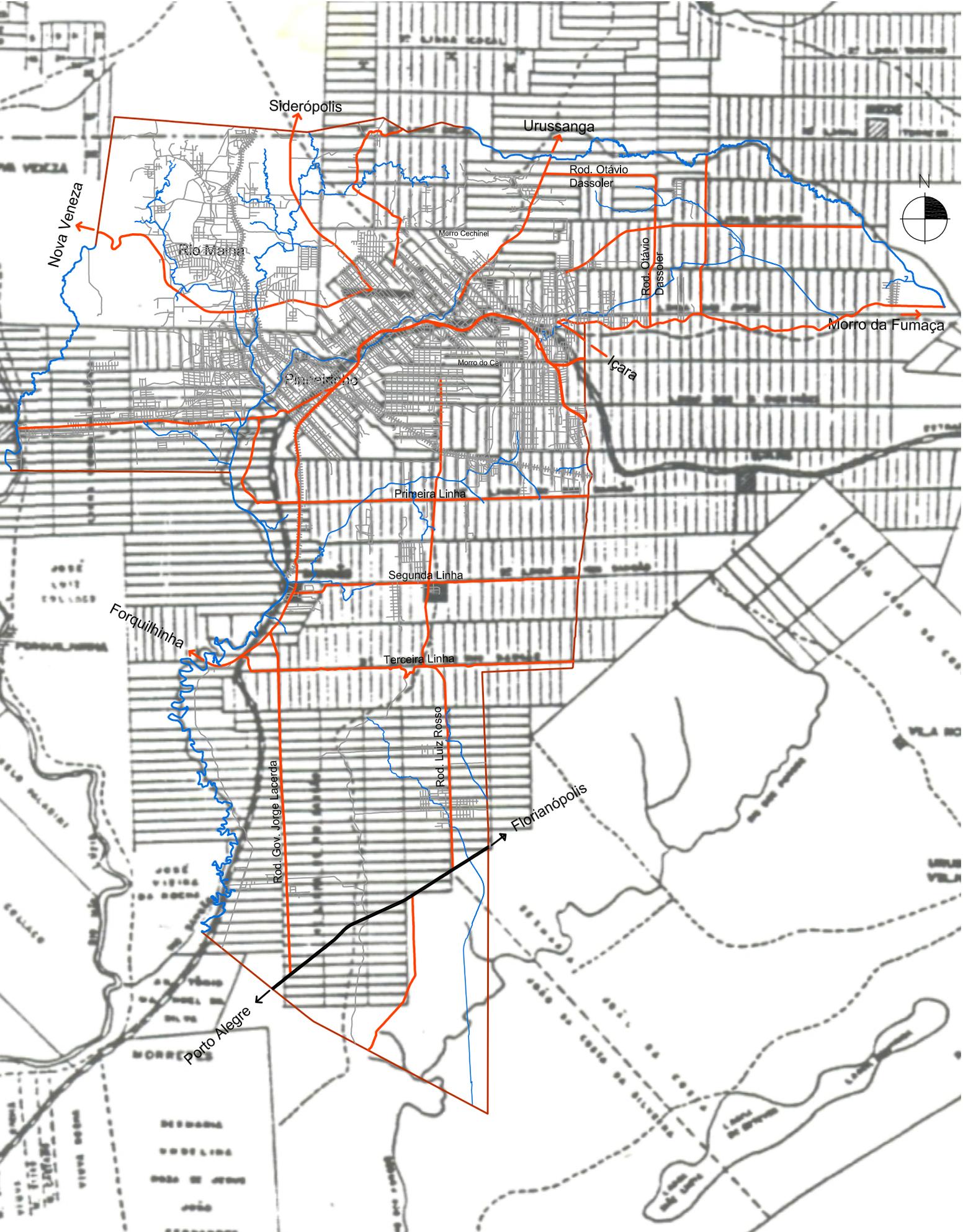


Figura 3 - Sobreposição da Estrutura Viária com a Estrutura Fundiária Rural.
Fonte: PMC e COSTA, modificado por Orsi Vieira, Ivanete de M.
Escala: 1:115.000

Na foto da década de 1920 (figura 4), podemos ver a estação ferroviária a cerca de 200 metros da atual Praça Nereu Ramos.



Figura 4 - Estação Ferroviária de Criciúma – Década de 1920 – Arquivo Histórico Municipal

No cruzamento das duas estradas rurais (figura 2), se instalou as primeiras residências, casas de comércio, a primeira capela e na sequência a Praça Nereu Ramos, reforçando esta centralidade pelo espaço público. Na vista parcial da cidade da década de 1930 (figura 5 - A), cinco anos após Criciúma se tornar município, é possível perceber como estava configurado o espaço onde se encontra a Praça Nereu Ramos. Nota-se que neste local havia uma pequena concentração de edificações formando uma vila, e em seu entorno haviam edificações dispersas em grandes áreas, com predominância do uso agrícola.

A atividade de mineração fez surgir, em diversos locais da cidade, as denominadas Vilas Operárias, agregando novos tecidos à cidade. Estas vilas foram instaladas nos acessos aos locais de exploração do carvão, e nas estradas coloniais. Na foto de 1940 (figura 6), é possível ver a configuração da Vila Operária da Próspera, com suas casas margeando a antiga estrada geral Linha Anta – Mãe Luzia, atual Rua General Osvaldo Pinto da Veiga.



Figura 5 - Vistas parciais do centro da cidade, mostrando o processo de verticalização da área central de Criciúma, tendo como referência a Praça Nereu Ramos. Foto A - Em 1930 - Fonte: Arquivo histórico da PMC; Foto B - Em 1979 - Fonte: Arquivo histórico da PMC; Foto C - Em 1980 - Fonte: CEDOC/UNESC; Foto D - Em 2008 - Fonte: Arquivo pessoal de Kiko DellaGiustina.

A Vila Operária da Próspera, segundo Vieira (2001, p.83) foi implantada entre o centro administrativo da Carbonífera Próspera³ e a Caixa de Embarque da mesma mineradora (atual Praça da Chaminé), que com a sua implantação iniciava a expansão do setor Leste da cidade, transformando-se no centro tradicional do Bairro Próspera.



Figura 6 - Vista parcial da Vila Operária da Próspera em 1940 – As primeiras casas aproveitaram a Estrada Geral Criciúma – Linha Anta, atualmente denominada de Rua Gal Osvaldo Pinto da Veiga – Fonte: COSTA (1999, pg.26), acréscimos do autor.

Nesta Vila Operária, no local onde hoje existe a Praça da Chaminé, existia uma usina (figura 7) geradora de energia elétrica para abastecimento das minas da Carbonífera Próspera e um açude (figura 8) que servia à usina, ao lazer e era utilizado para a lavagem de roupa dos moradores da vila.



Figura 7- Chaminé em construção da antiga usina da Carbonífera Próspera – Fonte: Costa, 1999, p.59

³ Carbonífera Próspera – Mineradora que atuou em Criciúma de 1915 a 1990, iniciou suas atividades como empresa privada, passando a estatal e posteriormente privatizada e desativada.

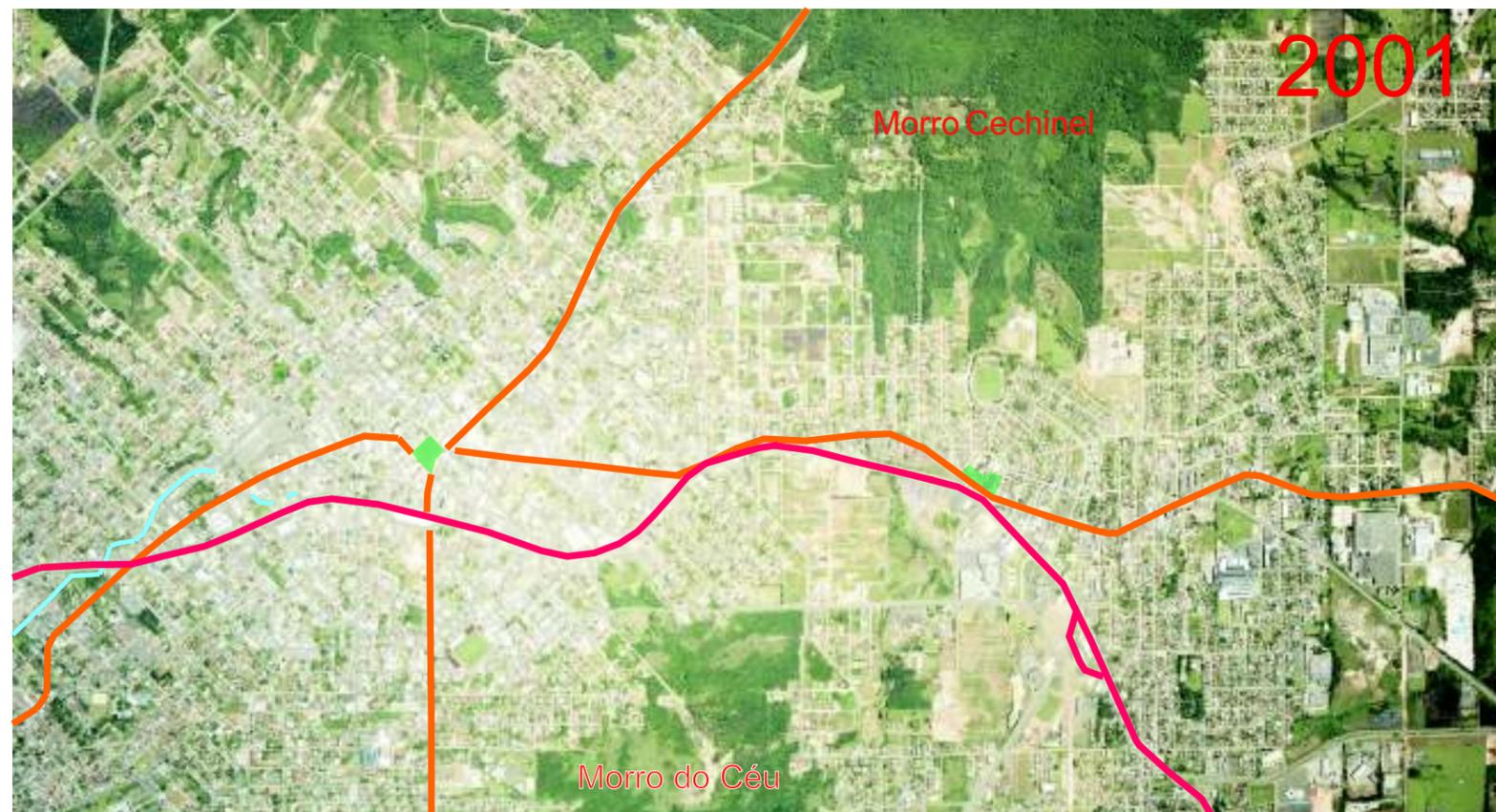


Figura 8 - Açude anexo a usina da Carbonífera Próspera – Fonte: CODEPLA

Na aerofotografia de 1956 (figura 9), é possível perceber que a antiga estrada Linha Anta – Mãe Luzia e a estrada geral Urussanga- Araranguá (em laranja na foto), até este momento, eram as principais vias que estruturavam o processo de urbanização. Nota-se que o fracionamento das glebas em quadras e lotes ocorria perpendicular a estes dois caminhos.

Na mesma foto (figura 9), se observa a abertura dos caminhos destinados ao desenvolvimento da atividade de extração de carvão mineral, com a identificação da localização das vilas operárias, próximas à área central⁴. A Vila Operária da Próspera (circulada na cor rosa), atual Bairro Próspera, a Vila Operária (circulada na cor lilás), atual Bairro Santa Bárbara, a Vila Operária Nova (circulada na cor azul), atual Bairro Operária Nova e a Vila Operária da CBCA (circulada na cor roxa) no atual Bairro Santo Antônio. No entorno da área urbanizada vêem-se os morros do Céu, Cechinel e as glebas rurais, com provável uso agrícola.

⁴ Citamos as vilas operárias que se localizavam próximas ao Centro e ao Bairro Próspera, pela proximidade com os recortes, objeto do estudo.



LEGENDA:

- Principais Caminhos Coloniais
- - - Estrada Férrea
- Avenida Centenário
- Rio Criciúma
- Áreas de Estudo
- Vila Operária da CBCA - Atual Bairro Santo Antônio
- Vila Operária Nova - Atual Bairro Operária Nova
- Vila Operária Velha - Atual Bairro Santa Bárbara
- Vila Operária da Próspera - Atual Bairro Próspera

Figura 9 - Alterações no sistema de vias ao longo de 4 décadas com a demarcação dos principais elementos estruturadores do centro e zona Leste de Criciúma.
 Foto aérea de 1957- Fonte: Fotos aéreas do Plano Nacional do Carvão, escanerizadas pelo IPAT;
 Foto aérea de 1978 - Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, escanerizadas pelo IPAT;
 Foto aérea de 2001 - Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma.

Ainda, é possível ver o traçado da estrada de ferro (linha pontilhada vermelha) tangenciando o centro da cidade. Esta estrutura, embora importante na escala regional, se apresentava na escala da cidade como um “limite de ruptura”, nas palavras de Lynch, pela dificuldade de conexão entre a zona Sul e a zona Norte da cidade. No entanto, a área do entorno da Praça Nereu Ramos, era o local que recebia o maior fluxo de pessoas, segundo Nascimento (2004, p.69), atraídos pela proximidade com a estação ferroviária.

O Rio Criciúma, em 1957, demonstra pouca influência na estruturação do território, por já se encontrar em parte fechado e canalizado. Sua presença é perceptível apenas pela configuração de quadras e lotes, que resultam irregulares, e atualmente, em dias de chuva torrencial quando ele sai do seu leito e provoca alagamentos em toda a área central.

De 1957 a 1978, a cidade se dispersa, o tecido se estrutura sobre os caminhos da mineração, mantendo os dois eixos estruturadores, estrada geral Araranguá – Urussanga, atualmente denominadas de Rua Desembargador Pedro Silva, Rua Coronel Pedro Benedet e Rua Júlio Gaidzinski e a estrada geral Linha Anta – Mãe Luzia, atualmente denominadas de Rua Henrique Lage e Rua General Osvaldo Pinto da Veiga.

No aerofotogramétrico de 1978 (figura 9) se percebe que os núcleos operários dispersos no território se estendem e preenchem os vazios urbanos existentes que os separam do centro. Estes núcleos são remodelados pelas mineradoras, com a aprovação de loteamentos, adequando a ocupação das casas com os lotes, como é o caso do Loteamento Vila Operária (figura 10).

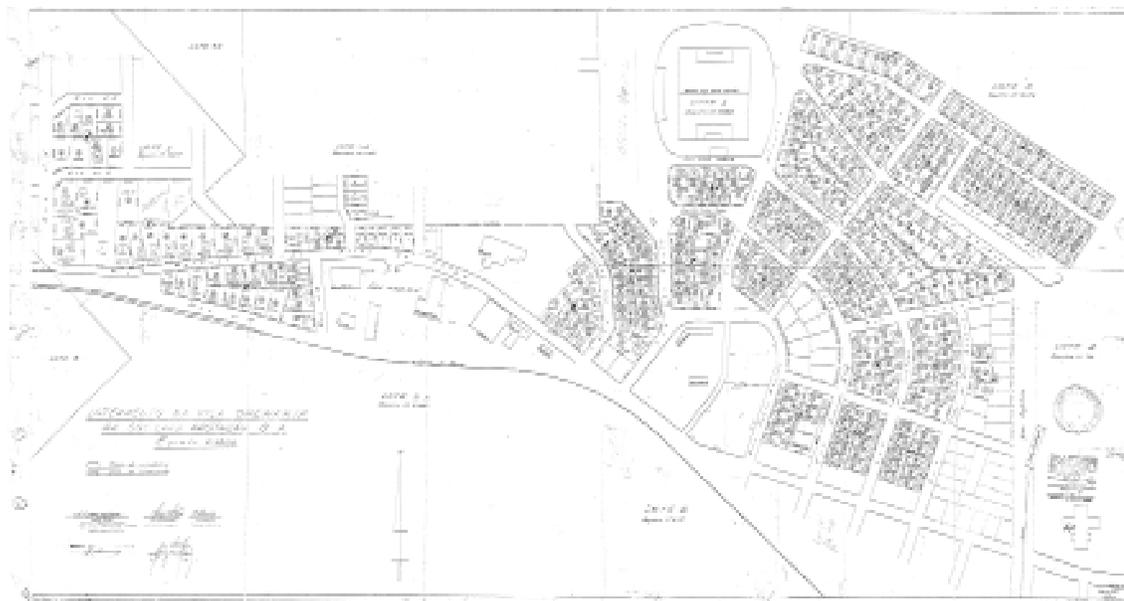


Figura 10 –Loteamento Vila Operária – Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma

O crescimento das Vilas Operárias confirma a afirmação de Panerai (2006, p.64) de que os “pólos de crescimento passam a abarcar o conjunto do núcleo, em um sistema de relações com outros pólos inicialmente exteriores à aglomeração, que irão, paulatinamente, reunir-se a ela e nela ser englobados no processo de seu crescimento”.

Os efeitos da expansão e crescimento da indústria extrativa do carvão deixaram marcas no território de Criciúma que tem sido devastadoras, mas é a partir de 1978 que a população em geral toma consciência do passivo ambiental deixado pela mineração. Os rios e nascentes das áreas mineradas estão mortos e as áreas agricultáveis próximas às áreas mineradas ficaram estéreis. Esta degradação se tornava visível através dos depósitos de rejeito piritoso a céu aberto (figura 11), espalhados por toda a cidade. Inicia-se um lento processo de recuperação destas áreas, transformando-as em lotes urbanos. O local onde se situa a Praça da Chaminé passou pelo processo de recuperação, com o aterro do açude então contaminado por água ácida, plantação de eucaliptos (vegetação exótica com boa adaptação em áreas degradadas pela mineração de carvão). O processo de recuperação ambiental ainda se encontra em curso, atualmente coordenado pelo Ministério Público Federal, decorrente da execução de várias ações civis públicas

em andamento, algumas já julgadas e em execução e outras aguardando julgamento⁵.



Figura 11 - Área com depósito de rejeito de carvão a céu aberto em Criciúma – Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 1983.

Em 1975, o então ramal ferroviário, que cortava a cidade no sentido Leste-Oeste, é desativado e em seu leito foi construída a Avenida Centenário. Esta substituição muda a escala deste eixo de regional para intra-urbano, inverte a posição de frente e fundos dos lotes lindeiros e provoca novos arranjos espaciais das quadras e dos lotes. Esta avenida passa a estruturar fortemente o traçado urbano da cidade, fazendo com que a Rua Gal Osvaldo Pinto da Veiga (antiga Estrada Linha Anta – Mãe Luzia) tenha sua importância reduzida como caminho estruturador, passando a um caminho secundário.

A retirada da estrada de ferro do centro da cidade expressava o desejo, segundo Nascimento (2004, p.140) “da elite de Criciúma”, de mudanças no seu aspecto visual, com a construção de novas avenidas, edifícios altos, o ideal de modernidade da época. Este ideal tem sido observado como sendo o modelo perseguido pelas administrações municipais a partir da década de 1960.

As décadas de 1970 e 1980 correspondem ao início do processo de verticalização da área central da cidade, que pode ser percebido na figura 6 - B, concentrado a Norte da Praça Nereu Ramos, o que reforça este local como a

⁵ Maiores informações sobre o assunto estão disponíveis no site www.jfsc.jus.br/acpdocarvao/, que relata o histórico e o acompanhamento da Ação Civil Pública do Carvão em Santa Catarina.

principal centralidade, reunindo os principais equipamentos públicos, como o Terminal Urbano, a Estação Rodoviária e por consequência a localização de bancos, cartórios, escolas, etc. Por outro lado, crescia a área urbanizada da cidade, comprovada pelo acréscimo no número de parcelamento do solo aprovado. (Aprovação de Loteamentos por década)

Anos	Nº de loteamentos aprovados	Nº de desmembramentos aprovados
1950 – 1960	36	-
1961 – 1970	30	-
1971 – 1980	129	369
1980 – 1990	80	890
1991 – 2000	52	632
2001 – 2010	8	905

Tabela nº 1 – Número de parcelamentos do solo aprovados por década

Em 1980, centenário da cidade (figura 5- C), o prefeito Altair Guidi⁶, contratou um escritório de arquitetura de Curitiba e encomendou além de um novo Plano Diretor para o município, vários projetos de qualificação urbana com a criação e implantação de espaços públicos como, o Paço Municipal Marcos Rovaris, a Praça Maria Rodrigues, a Praça do Trabalhador, a urbanização da Praça da Chaminé. Esta última foi executada na gestão subsequente e inaugurada em 1984, marcando o local onde funcionara a usina elétrica que abastecia a Carbonífera Próspera S. A.

A Praça da Chaminé foi implantada na área de utilidade pública do Loteamento Vila Operária, aprovado junto à municipalidade em 1978, embora nos arquivos da Companhia Siderúrgica Nacional existam plantas que comprovam seu projeto em 1948, conforme Vieira (2001, p.78).

No último levantamento aerofotogramétrico, realizado pelo município em 2001 (figura 9) não se verificam alterações a estrutura urbana da área central, o que vem ocorrendo é a mudança na textura do tecido urbano existente com o aumento do tamanho dos grãos ocasionado pelo processo de verticalização, com a substituição de casas isoladas no lote por edificações verticais que variam de quatro a dezesseis

⁶ Prefeito de Criciúma, do ano de 1979 a 1982.

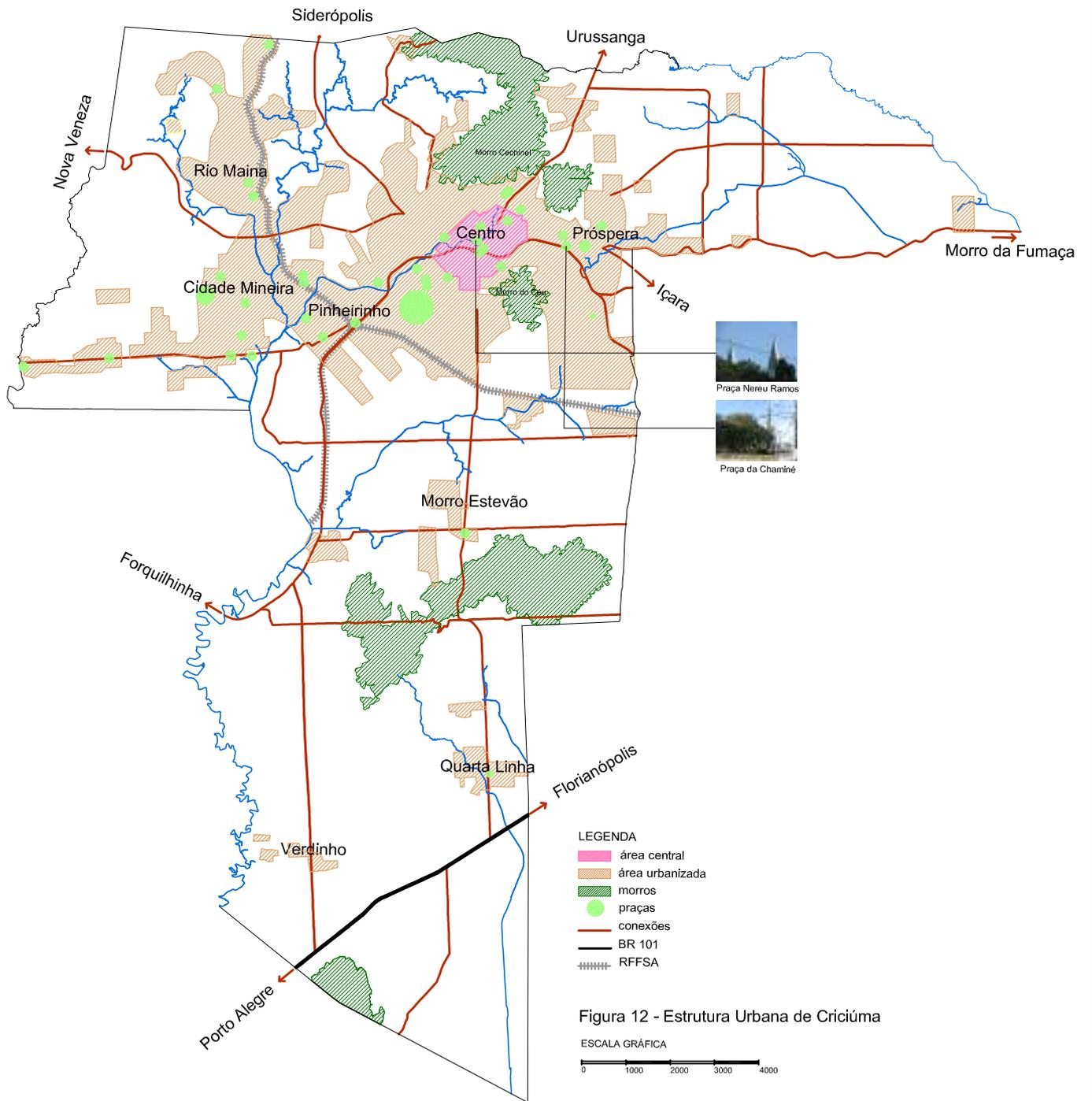
pavimentos (figura 5–D), conforme o que estabelece a Lei de Zoneamento e Uso do Solo de Criciúma, de 1999.

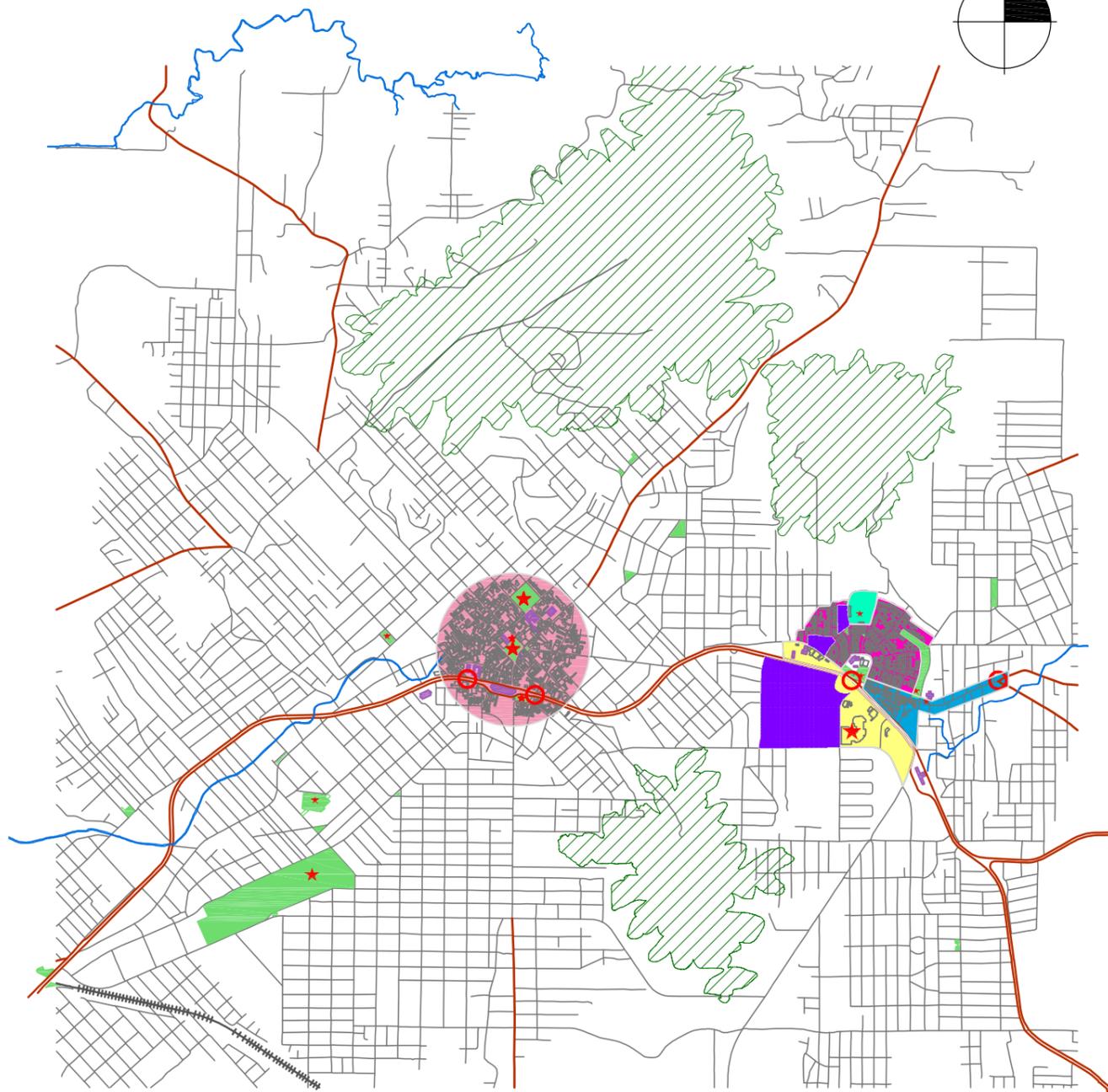
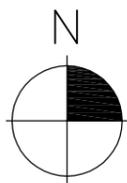
Na foto aérea acima citada (figura 9), a Sul do local onde está a Praça da Chaminé, estão implantadas atividades comerciais que ocupam grandes áreas de terras e se ligam ao centro da cidade por vias de intenso fluxo automotivo que distribuem o fluxo de veículos para dentro e fora da cidade.

Numa síntese da estrutura urbana atual de Criciúma (figura 12), podemos visualizar as principais conexões e perceber como elas convergem para o centro da cidade, local onde se encontra a Praça Nereu Ramos. As praças públicas estão dispersas no território, e não existem regras de composição de conjunto para a localização das mesmas, em grande parte resultam da urbanização de espaços residuais doados ao município como área verde nos loteamentos aprovados, servindo muitas vezes como trevos ao sistema viário.

Ao nos aproximarmos um pouco mais da área central (figura 13) podemos fazer uma leitura, utilizando o método proposto por Lynch, das duas praças no contexto da cidade. O entorno da Praça Nereu Ramos possui uma malha urbana bem articulada que concentra as principais atividades, fluxos e marcos referenciais da cidade, tais como, a própria praça, a Praça do Congresso, a Igreja Matriz de São José e a Praça Irmã Maria Rodrigues, formando uma grande centralidade. A área pode ser considerada homogênea, mesmo apresentando grande heterogeneidade de tipologias edilícias (variam de 2 a 16 pavimentos). Formam segundo Lynch (1980, p. 78) “áreas citadinas relativamente grandes, em que o observador pode penetrar mentalmente, e que têm alguns aspectos comuns, chamadas por ele de “bairros”.

Quanto ao local onde se encontra a Praça da Chaminé (figura 13), podemos dizer que a área de entorno é composta de uma pequena centralidade ao longo da Rua General Osvaldo Pinto da Veiga, de uma área homogênea definida pelas habitações isoladas no lote, ao Norte da praça. Ao Sul, a malha urbana é dispersa e concentra edificações de grande porte, além de alguns vazios urbanos. Os principais marcos referenciais identificados no entorno são a própria praça, a Praça do Trabalhador, o Criciúma Shopping e a Igreja Nossa Senhora da Salete.

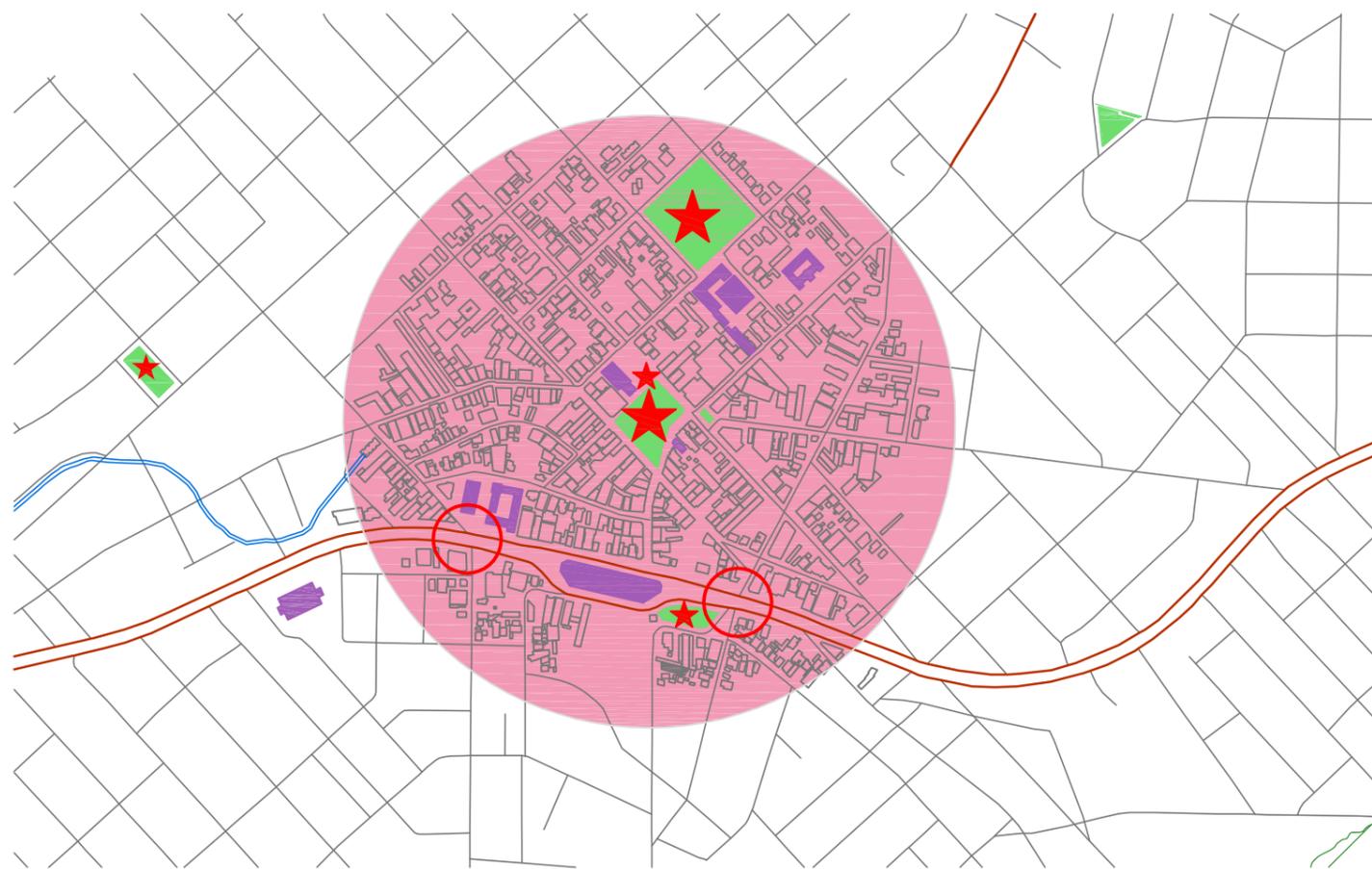




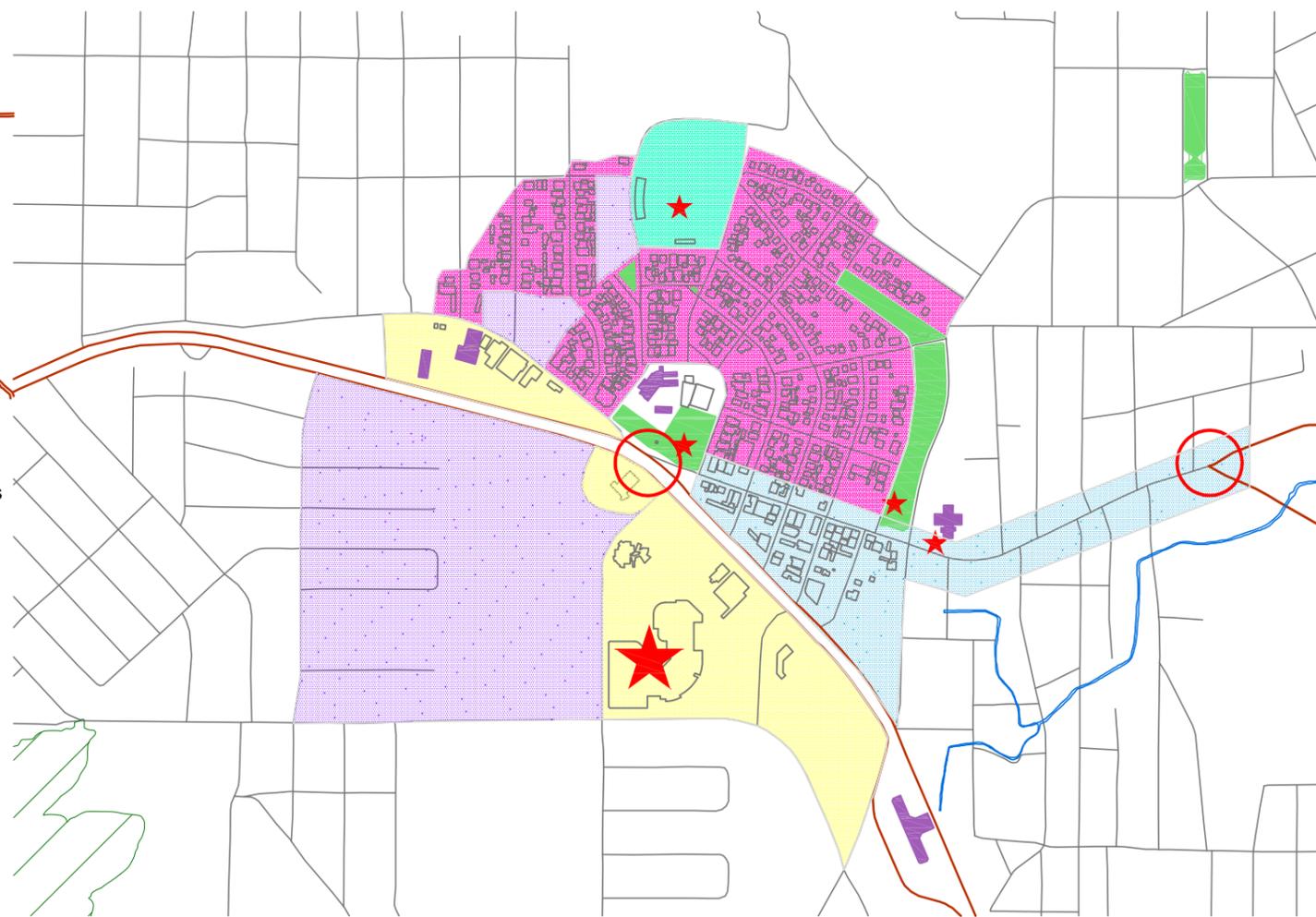
ESCALA: 1:35000

- | | | |
|--|--|---|
|  centralidade da cidade |  edificações institucionais |  conexões principais |
|  residencial |  praças |  malha urbana |
|  lotes quadra |  morros | |
|  vazio urbano |  marcos referenciais | |
|  estádio de futebol |  nós viários | |
|  centralidade de bairro | | |

Figura 13 - Leitura da Praça Nereu Ramos e Praça da Chaminé na estrutura da cidade



ESCALA: 1:10.000



ESCALA: 1:10.000

Com base no referencial teórico e lançando mão da metodologia escolhida, passamos a analisar as áreas de estudo, segundo suas características de configuração e de apropriação. A escolha destes espaços levou em consideração a leitura preliminar, feita pelo pesquisador sobre o papel destes espaços na estrutura urbana de Criciúma e aspectos relativos à origem dos mesmos. A figura 14 nos aproxima das praças em estudo e identifica alguns referenciais pontuados no seu entorno.

Identificam-se os bairros que compõem a região onde se encontram as áreas investigadas. Segundo delimitação proposta no estudo do Plano Diretor Participativo de Criciúma⁷, a região central é composta pelo Centro (bairro onde se encontra a Praça Nereu Ramos), Bairro Santa Bárbara, Bairro Comerciário, Bairro Michel, Bairro São Cristóvão, Bairro Pio Correa e Bairro Cruzeiro do Sul e os bairros que compõem a Zona Leste, como sendo o Bairro Próspera (bairro onde se encontra a Praça da Chaminé), Bairro Ceará, Bairro Jardim Maristela, Bairro Brasília, Bairro Argentina e o Bairro Nossa Senhora da Salete.

⁷ O estudo do Plano Diretor Participativo de Criciúma foi realizado nos anos de 2007 até 2009, e se encontra na Câmara Municipal de Criciúma para aprovação. Para este fim, o município foi delimitado em 10 regiões administrativas para as análises e leitura comunitária, sendo considerada a região 4 a área central e a região 5 a zona Leste.

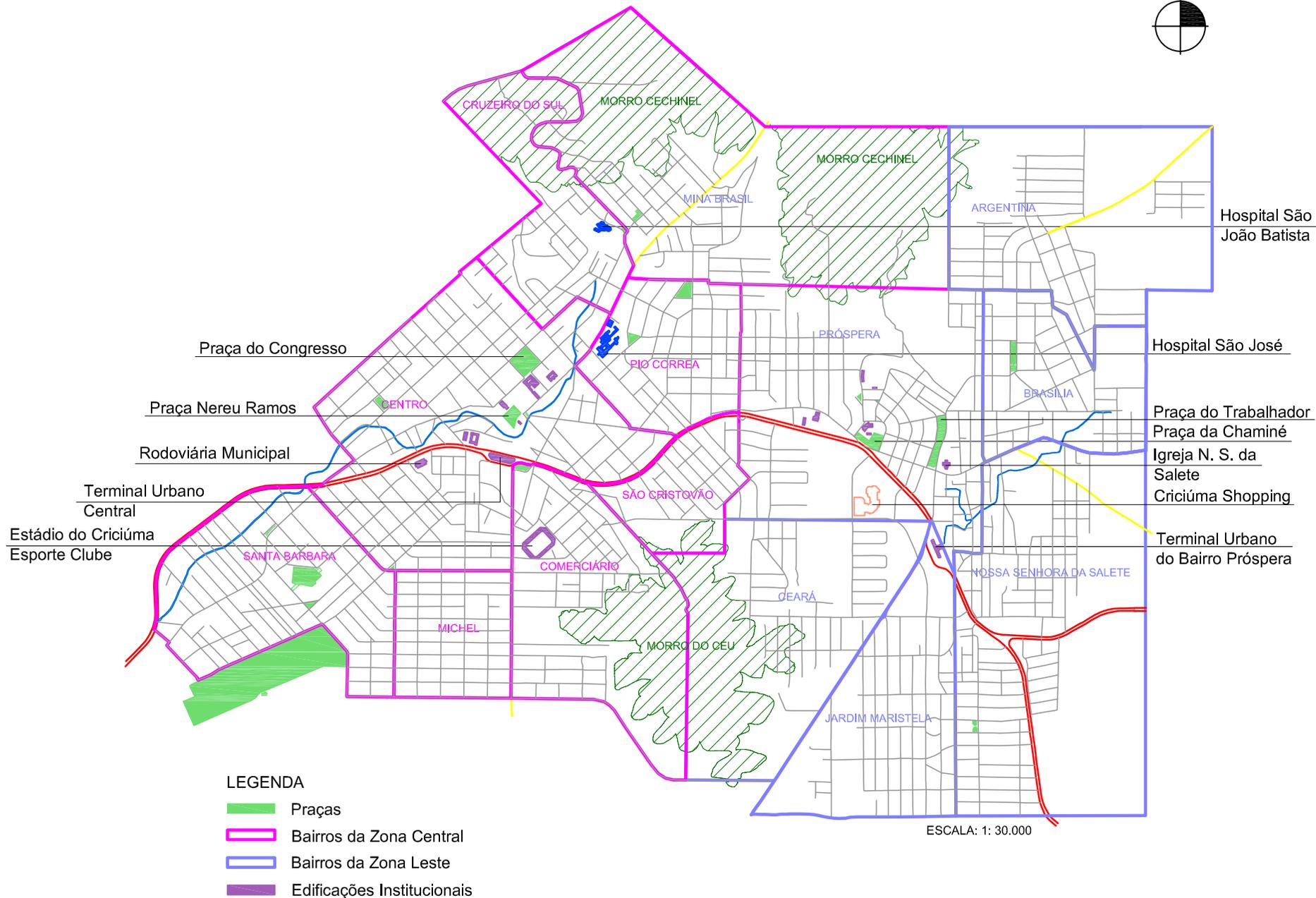


Figura 14 - Bairros que compõem a área central e a zona Leste, com os principais referenciais e a identificação da áreas de estudo
Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, elaborado por Orsi Vieira, Ivanete de M.

2.3 - Configuração Espacial e Apropriação da Praça Nereu Ramos

2.3.1- Características de Configuração

Segundo NASCIMENTO (2004), a localização da Praça Nereu Ramos, deve-se ao desenvolvimento de uma primeira centralidade no cruzamento dos caminhos coloniais, com o surgimento de algumas vendas, consolidando-se com a construção da Capela, depois Igreja de São José. Em relação ao **sítio físico**, originou-se em local plano, na margem direita do Rio Criciúma (atualmente canalizado), num vale de declividade inferior a 10%, o que torna o local sujeito a alagamentos em dias de chuva torrencial.

A configuração inicial desta praça era de uma quadra definida por ruas, com um pequeno largo no entroncamento das ruas Conselheiro João Zanette e Seis de Janeiro, conforme se pode constatar pela figura 15. Atualmente (figura 16), a praça e o largo se fundem e formam um único espaço, com cerca de 9000 metros quadrados de área, formando um polígono da junção de um retângulo com um triângulo. O espaço considerado como praça, atualmente, inclui todas as ruas, transformadas em calçadão, no seu entorno imediato.

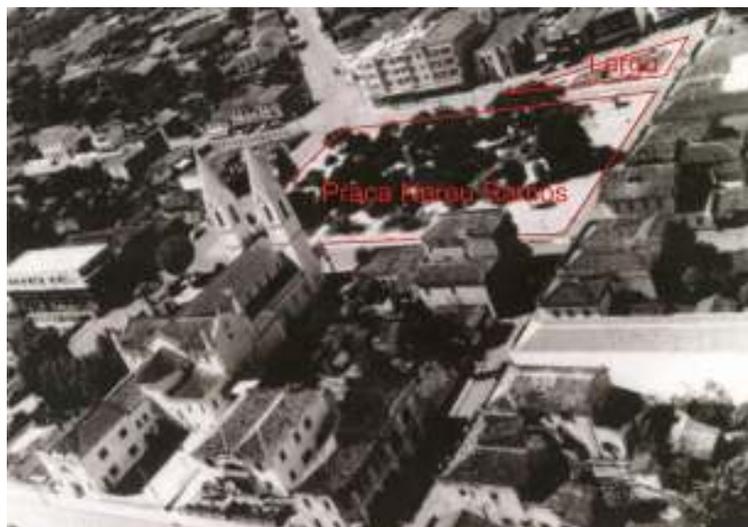


Figura 15 – Praça Nereu Ramos em 1950, definida por ruas – Fonte: Arquivo Histórico do Município.

A praça se caracteriza principalmente por sua massa de vegetação que compõe uma unidade morfológica distinta, se destacando do entorno que é



totalmente construído. O vento predominante é o Nordeste com incidência incômoda do vento Sul, nos meses de inverno, amenizado pela presença das edificações do entorno imediato. Quanto à insolação, a parte central da praça, devido à presença de árvores de porte não caducas, tem pouca incidência de luz, com áreas mais ensolaradas nas bordas da face Sul e Leste.

Figura 16 – Configuração atual, totalmente definida pelas edificações que a circundam. Fonte: Vão aerofotogramétrico realizado em 2001 pela empresa Aerocarta.

A temperatura média na cidade é de 19° C, sendo que nos dias mais quentes pode chegar próxima aos 40° C. É possível comprovar que o espaço físico desta praça reúne alguns elementos que favorecem a permanência dos usuários. Cullen (1971, p.25) sustenta que “abrigo, sombra, conveniência e um ambiente aprazível são as causas mais freqüentes de apropriação do espaço”.

Em relação à **malha urbana** (figura 17- A) do entorno de vizinhança desta praça, sempre que o sítio físico permite, predominam as quadrículas seguindo orientação da gleba rural, com adaptações mais orgânicas próximas ao antigo leito do Rio Criciúma. A praça estruturou a ocupação inicial, que pode ser percebida pela convergência de caminhos para este lugar.

A estrutura fundiária resultante do **parcelamento do solo** urbano no entorno de vizinhança da praça (figura 17- B), ao longo do tempo resultou em quadras de formas e dimensões variadas. Identificamos retângulos, quadrados, trapézios e triângulos, predominando os retângulos e quadrados com dimensões que não excedem a 150 metros de comprimento. O microparcelamento apresenta lotes de formas e dimensões variadas, sendo que os lotes no entorno imediato à praça tem testada menor, em média de 9 metros, e à medida que nos afastamos dela, os lotes adquirem dimensões ligeiramente maiores.

A organização dos lotes na Praça Nereu Ramos confirma o argumento de Panerai (2006, p. 123) de que “o agrupamento de lotes, (...) revela a organização elementar do tecido e, conforme o período de formação, sua localização na cidade, caracterizado pelo papel estruturante dos espaços públicos”.

A planta de **cheios e vazios** (figura 17- C) revela uma concentração de edificações em fita na área do entorno imediato da praça, notam-se pequenos vãos entre as edificações, o espaço da própria praça, o espaço da Praça do Congresso a Norte, o estacionamento da igreja a Noroeste e, ao Sul, o espaço da Praça Irmã Maria Rodrigues. No entorno imediato, a Nordeste, Sudeste e Sudoeste da Praça Nereu Ramos, são as edificações que definem o espaço público.

Os **tipos volumétricos** identificados nas figuras 18 e 19, são de 2, 3 e 4 pavimentos, quebrados apenas pelo volume da Igreja Matriz de São José e seu adro, que se sobressai como forte elemento de identificação do local, pelo contraste com as outras edificações do entorno imediato. Este conjunto de edificações que configura a praça está disposto no alinhamento, de forma que o acesso às mesmas acontece de forma direta com o espaço público. Na lateral Oeste da praça, as fachadas formam uma totalidade, de tal maneira que se torna difícil identificar cada uma das unidades. As edificações no entorno imediato da praça são de diferentes épocas, as mais antigas, segundo Balthazar *apud* Porto (2008, p.55), misturam os estilos “art déco e eclético”.

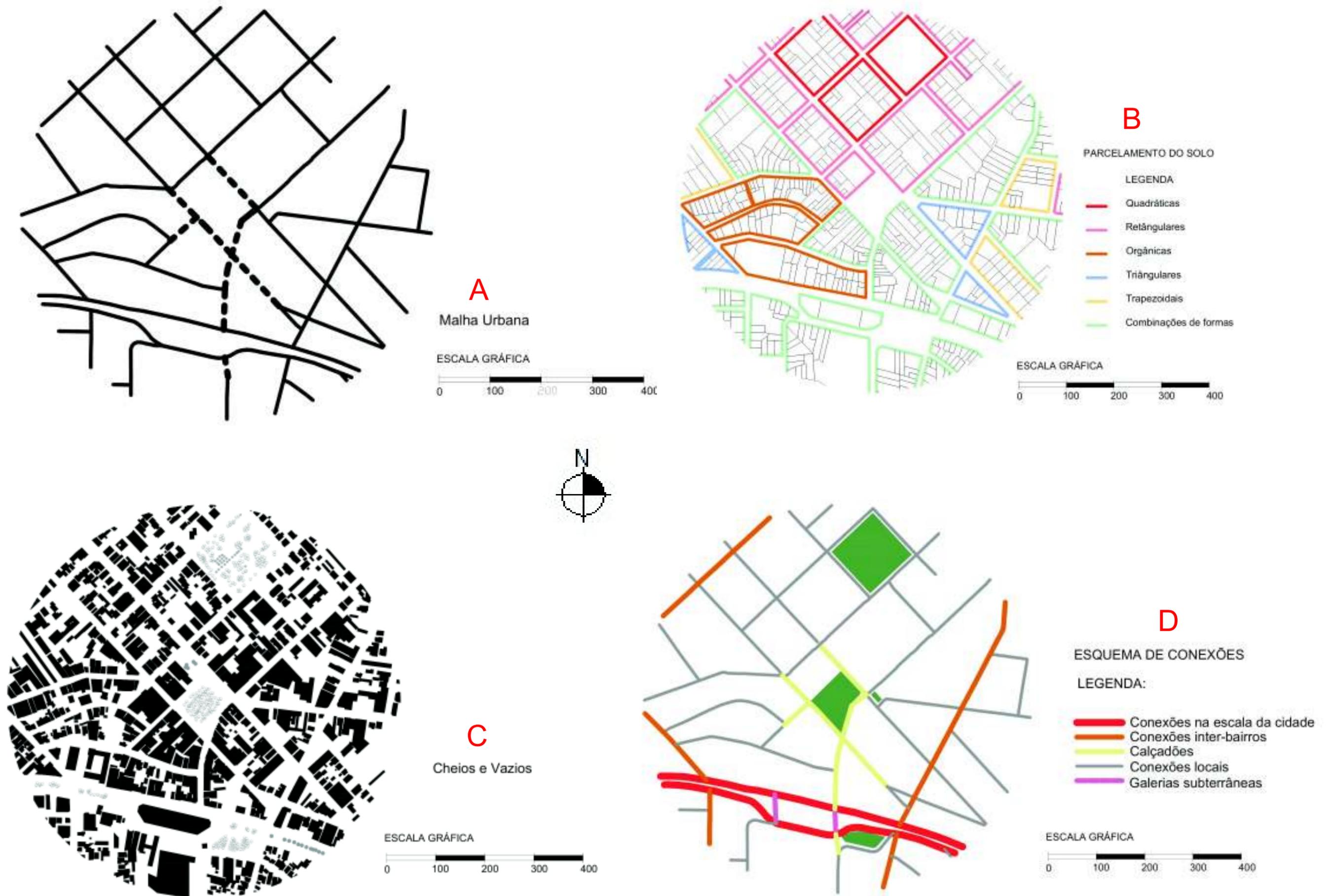


Figura 17 - Configuração no entorno da Praça Nereu Ramos

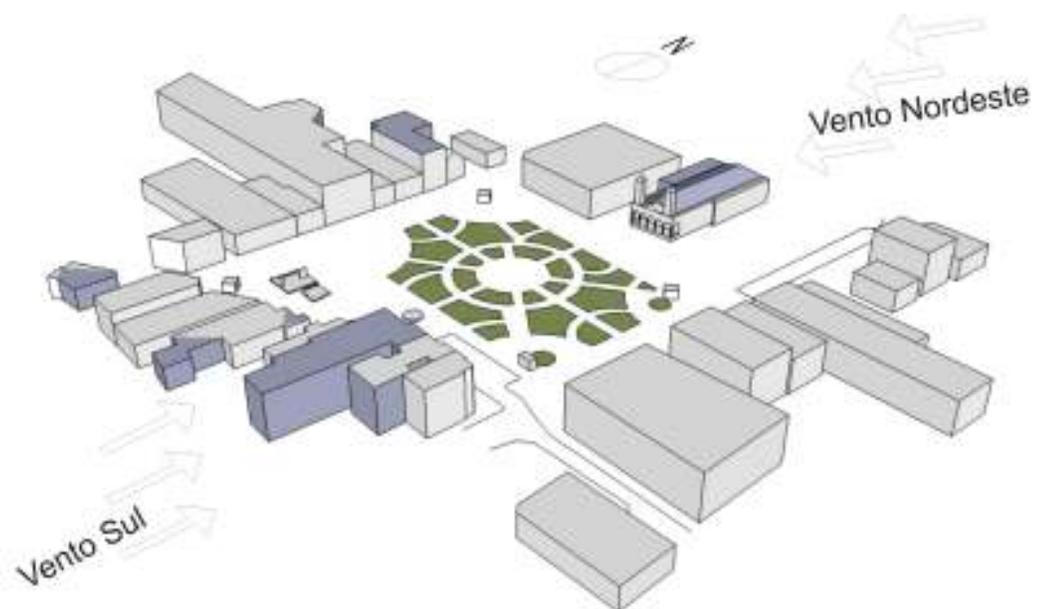


Figura 18 – Maquete eletrônica da Praça Nereu Ramos. Elaborada por Vieira, Jorge Luiz, 2010



Figura 19 – Maquete eletrônica da Praça Nereu Ramos – elaborada por Vieira, Jorge Luiz, 2010

Estas edificações mudaram de função ao longo do tempo. Como exemplo, citamos a antiga Prefeitura, atual Casa da Cultura. Esta co-existência reforça o argumento de Jacobs (2009, p.216) de que “as edificações precisam de mesclas de prédios antigos para cultivar as misturas de diversidade principal, assim como aquelas de diversidade derivada. Elas precisam especificamente dos prédios antigos para incubar uma nova diversidade principal”.

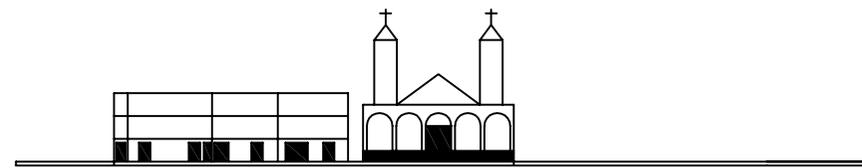
A praça está conectada por sete ruas, e próxima a outras ligações da escala da cidade. No esquema de **conexões** (figura 17-D) podem ser identificadas as características das ruas presentes na área do entorno de vizinhança. Em vermelho, tangenciando a área central, vemos a principal conexão da área de entorno da praça, uma ligação na escala da cidade. As ruas identificadas na cor marrom fazem ligações entre os bairros da área central, e as ruas identificadas na cor cinza são conexões locais. As ruas identificadas na cor amarela são caminhos preferenciais para pedestres (calçadões). As conexões identificadas na cor rosa se caracterizam como caminhos subterrâneos sob a Avenida Centenário e interligam o Terminal Urbano Central, com as ruas que dão acesso a Praça Nereu Ramos. Este terminal é o ponto de saída e chegada de todas as linhas de ônibus urbano que circulam dentro do município, e está a cerca de 200 metros desta praça.

Na escala do entorno imediato a praça possui 68 portas de acesso as áreas privadas, que se abrem direto para o espaço da praça, como pode ser visto no esquema de elevações da Praça Nereu Ramos (figura 20). O acesso de pedestres é feito principalmente pelas cinco ruas transformadas em calçadões (considerados como praça), os veículos automotivos acessam a área apenas para abastecimento do comércio e para servir aos moradores do local.

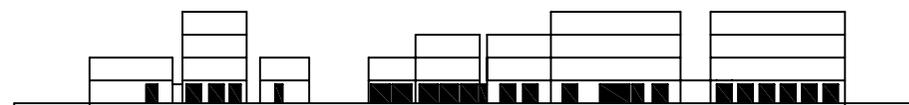
Como parte identificável no todo, em termos de configuração, o ajardinamento da praça (figura 21) tem estrutura radiocêntrica delimitada por canteiros de arbustos que formam um desenho simétrico e direcionam os caminhos para o centro da mesma, permanência do seu desenho inicial que possuía um chafariz no local. As árvores estão distribuídas nos canteiros e no eixo do calçadão da Rua Conselheiro João Zanette.



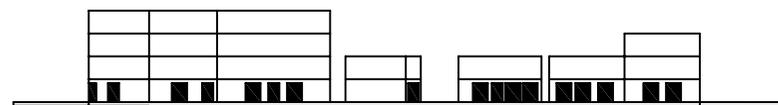
Escala: 1:2000



elevação A



elevação B



elevação C



elevação D

Escala: 1:1000

Figura 20 - Esquema das elevações, com a representação das portas presentes na Praça Nereu Ramos

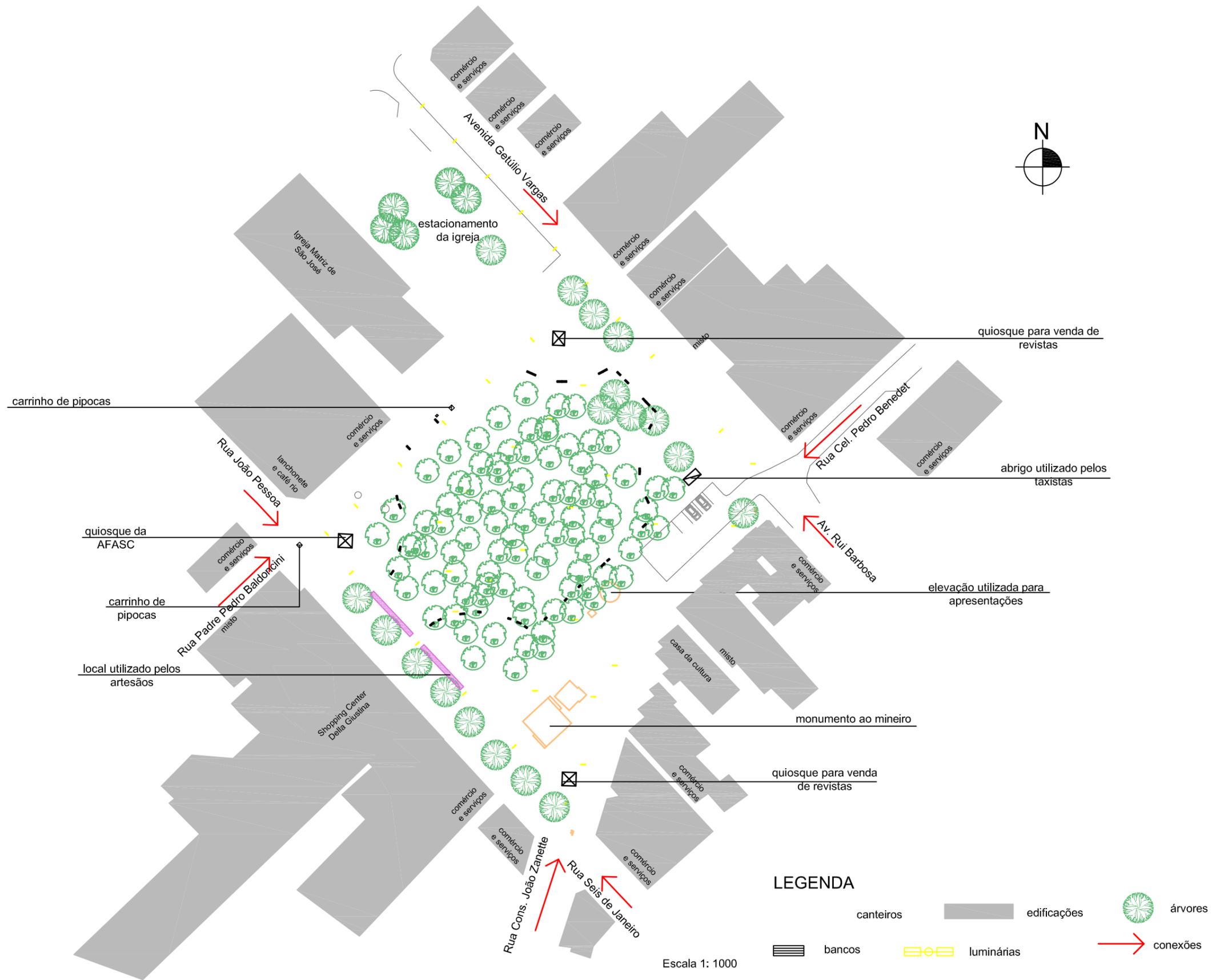


Figura 21 - Elementos de configuração da Praça Nereu Ramos, com a distribuição do mobiliário urbano e edificações do entorno imediato

O **mobiliário urbano** (figura 21) da praça é composto por bancos, lixeiras, quiosque para venda de revistas, quiosque para venda de artesanato, quiosque de uso da polícia militar, abrigo para ponto de táxi e um monumento em homenagem aos mineiros. Estes elementos possuem a mesma linguagem arquitetônica, em termos de elementos complementares. Os elementos de propaganda dos estabelecimentos comerciais não possuem padrão de tamanho, tipo ou aplicação (figura 22), resultando numa imagem confusa aos usuários. O piso da praça e das ruas adjacentes (calçadão) segue um desenho padrão, na mesma linguagem do mobiliário urbano, o que reforça a identidade da praça. Atualmente, esta unidade de linguagem vem sendo modificada em função das obras de esgoto sanitário realizadas na área, cuja recuperação não está sendo feita com os mesmos padrões de desenho que existiam no local.



Figura 22 – Fachada a sul da praça Nereu Ramos. Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2009.

Na disposição do **mobiliário urbano** (figura 21) observa-se que os bancos estão protegidos pelas copas das árvores, em locais que permitem o monitoramento das entradas da praça. As bancas de revistas estão dispostas no final de uma das diagonais da praça e existem postes de iluminação distribuídos em toda a praça, mantendo-se em meia-luz durante a noite.

A fronteira entre o espaço público e os espaços privados é demarcada pelas edificações intermediada pelas várias portas de acesso aos estabelecimentos, equipamentos públicos, igrejas, moradias, dentre outros, que circundam a praça. Estas portas (figura 20) se abrem diretamente para o espaço público facilitando sua

apropriação. Destaca-se a porta de acesso ao Shopping Della Giustina (figura 23) que forma uma galeria de ligação entre a Praça Nereu Ramos e a Rua Marechal Floriano Peixoto, criando outra conexão com a praça.



Figura 23 – Entrada do Shopping Della Giustina. Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2009

2.3.2. Características de Apropriação

Após caracterização da localização e da configuração da Praça Nereu Ramos, no seu entorno de vizinhança e seu entorno imediato, achamos necessário observar de forma direta a apropriação desta praça. Buscou-se identificar quais atividades, usos, fluxos e imagem contribuem para sua utilização.

Inicialmente, o mapa de uso do solo (figura 24) mostra uma concentração de usos diversos: comerciais, de serviços, institucionais e residenciais nas edificações do entorno imediato à praça. Na área do entorno de vizinhança idem, se concentram usos residenciais, institucionais, comerciais e de serviços, com a presença dos principais bancos, cartórios, escolas de línguas, o principal terminal urbano, a Praça do Congresso (cujo caráter se assemelha a um parque público, pois é muito utilizada pelos moradores da cidade nos finais de semana). O uso da Praça do Congresso, nos finais de semana, contribui com o fluxo de pessoas na Praça Nereu Ramos. Este mapa evidencia a diversidade de usos na área do entorno de vizinhança. No entorno imediato predomina o uso comercial, de serviços e institucional, com quatro edificações que mantêm o uso residencial.

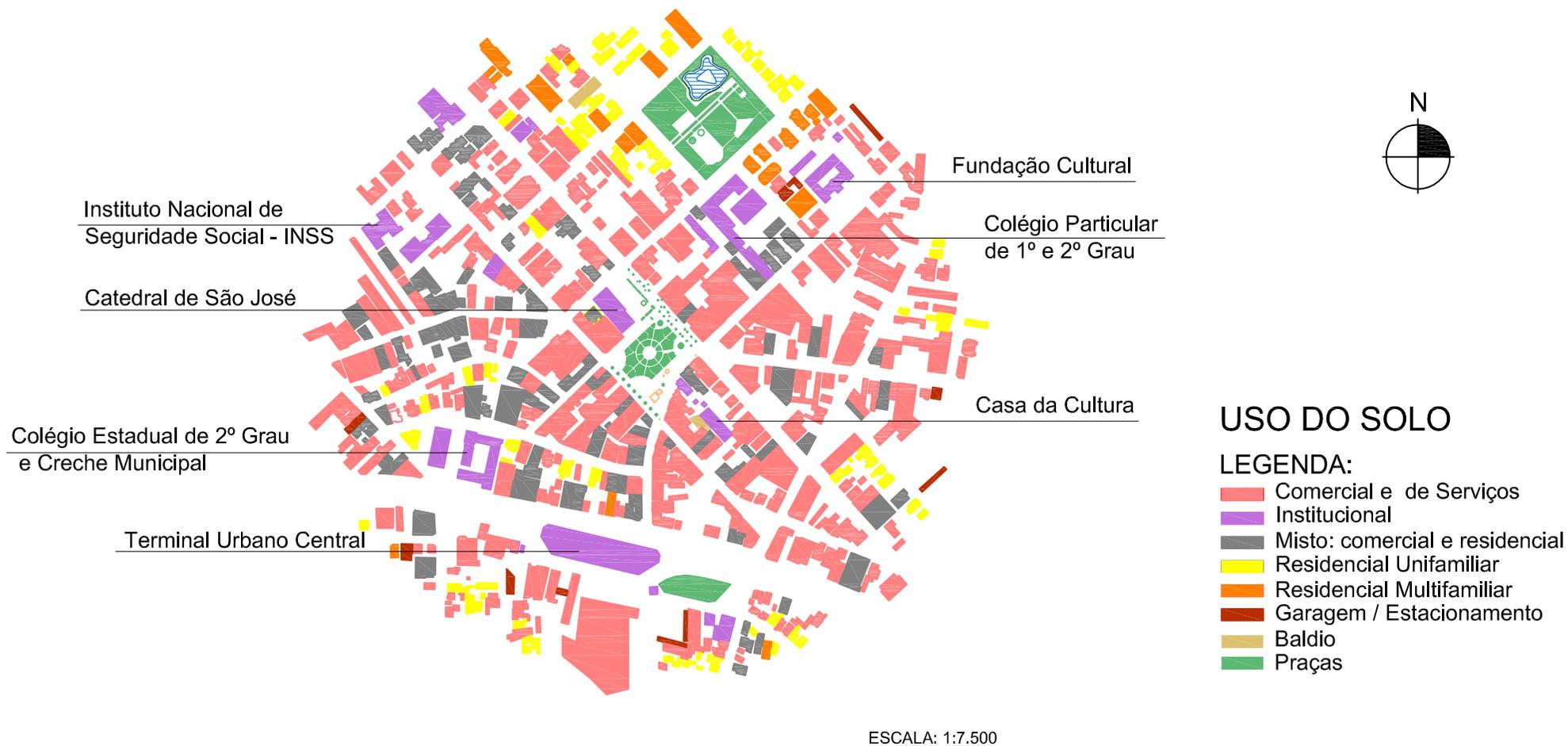


Figura 24 - Uso do solo da área de entorno de vizinhança da Praça Nereu Ramos, com destaque para as principais atividades atradoras de apropriação. Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, elaborado por Orsi Vieira, Ivanete de M.

A diversidade de usos confirma o papel de centralidade que a praça desempenha, reforçando um dos princípios de Jacobs (2009, p.13) “(...) a necessidade que as cidades têm de uma diversidade de usos mais complexa e densa, que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social”.

Em relação às atividades observadas, identificamos três tipos: de uso cotidiano, programadas e informais. As de uso cotidiano, como a das escolas, bancos, instituições públicas, as missas diárias e a feira permanente de artesãos, servem de elementos que, pontuados na área em estudo, atraem as demais funções urbanas, tornando o local de grande circulação de pessoas.

Algumas das atividades privadas são desenvolvidas no espaço da praça, sob forma de concessão pública. Os engraxates se localizam em frente à Casa da Cultura, os taxistas ficam no entroncamento da praça com a Avenida Rui Barbosa e Rua Coronel Pedro Benedet, próximos a uma das entradas de veículos automotores. Os artesãos estão dispostos próximos à entrada do Shopping Della Giustina. O pipoqueiro se localiza defronte à Catedral e o vendedor de cocada, no entroncamento do calçadão da Rua Conselheiro João Zanette, com a Rua João Pessoa.

Além das atividades cotidianas, se realizam atividades programadas e informais. As atividades programadas são aquelas realizadas por entidades públicas ou privadas e estão sujeitas a agendamento prévio, junto a Fundação Cultural de Criciúma. São elas: campanha de vacinação, cultos ao ar livre, comícios, feiras, protestos, shows de pequeno porte. As informais são aquelas que acontecem pela iniciativa de pessoas anônimas que se apropriam do espaço para fazer demonstrações de malabarismo, demonstrar um talento pessoal, protestos independentes, outros.

Dentre as atividades programadas na praça não registradas existem algumas que se repetem com regularidade, como a feira de artesãos realizada todos os sábados, a feira do livro que é anual, o natal na praça, durante o mês de dezembro, a procissão de Corpus Chisthi (figura 25), em junho, e a festa de São José (figura 26), no mês de março. Os ritos coletivos identificados congregam um grande contingente de usuários de toda a cidade.



Figura 25– Procissão de Corpus Chirsti em junho 2009 – Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita



Figura 26 - Festa de São José. Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2010.

Em relação à **imagem** da Praça Nereu Ramos, defronte a igreja, no local de cruzamento de caminhos rurais, por certo foi fruto da conjunção no mesmo espaço do sagrado e do profano e consagrou o local como marco inicial da urbanização da cidade. Outras significações foram se somando, seja pela construção de algumas edificações que marcam uma determinada época, pela presença de alguns monumentos ou pela lembrança de fatos e acontecimentos, sejam eles individuais ou coletivos.

Alguns elementos se destacam e reforçam positivamente este lugar, são eles: a presença da igreja, da primeira prefeitura, do monumento ao mineiro, construções remanescentes das décadas de 1940-1950. Por outro lado, o estado de conservação de algumas edificações, o excesso de publicidade na fachada das lojas, a falta de apropriação durante o período noturno e nos finais de semana

denotam um início de degradação da imagem da praça. Há uma diminuição da vitalidade da área neste período, verificando-se apropriações pouco adequadas ao espaço da praça, como o estacionamento de veículos automotivos, no período acima mencionado.

Atribuímos à diminuição da apropriação do período noturno e nos finais de semana, as características do uso do solo do entorno de vizinhança da praça, com a concentração de atividades comerciais e de serviços e a diminuição de usos residenciais na área.

Em termos de **fluxo**, o movimento de usuários da Praça de segunda a sexta-feira (figura 27 e 28), no horário diurno e no sábado até o meio-dia é intenso.



Figura 27– Fluxo de pedestres na praça . Foto: orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2010

Identifica-se a rotina dos trabalhadores do entorno, dos estudantes, dos frequentadores da igreja, dos taxistas, dos idosos, dos engraxates, dos artesãos, do abastecimento de

mercadorias, dentre outros. Nestes dias não é possível contar o número de permanências no local, por exceder a capacidade de apreensão do pesquisador.



Figura 28 - Feira de Artesãos num sábado pela manhã. Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2010.

O movimento aos sábados à tarde e no domingo é muito menor do que o registrado durante os dias da semana. Nestes dias se nota a permanência dos usuários que desenvolvem atividades no local, como taxistas e pipoqueiros e o movimento de deslocamento daqueles que utilizam a igreja e a área do entorno de

vizinhança. Registram-se algumas permanências de idosos, adultos, casais de namorados, cujo número não chegou a 15 pessoas, no final de semana pesquisado.

Durante o período noturno e nos finais de semana, o movimento cai consideravelmente. Com base em entrevistas informais realizadas com os taxistas do ponto da Praça Nereu Ramos, o fluxo de usuários na praça cessa por volta das 23:00 horas. Informaram que no entorno de vizinhança fica aberto até de madrugada um restaurante na Avenida Getúlio Vargas a aproximadamente 300 metros do local e um bar na Rua João Pessoa, também a cerca de 300 metros. Perguntei a eles se havia procura por taxista durante a noite, disseram que sim, pois este ponto atende a toda a região central. Afirmam ainda, que não existem pontos de prostituição explícita, no local.

Nas incursões realizadas no local se pode observar que existem localizações preferidas por determinados grupos de usuários (Figuras 29 e 30). Os usuários mais idosos sentam-se nos bancos que ficam a Nordeste da praça, voltados para o calçadão da Avenida Getúlio Vargas; outro grupo prefere se estabelecer na frente de um bar localizado no entroncamento das ruas Padre Pedro Baldoncini com a Rua João Pessoa; já as mulheres preferem os bancos próximos da igreja.



Figura 29– Apropriação dos idosos defronte ao calçadão da Avenida Getúlio Vargas Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2009

Os grupos de artistas e os artistas individuais se apresentam normalmente defronte à Casa da Cultura, onde existe

um espaço disponível e que pode abrigar um número razoável de espectadores.



Figura 30 – Localização preferida pelas mulheres, próxima a igreja. Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2009

As manchas com cores da figura 31 procuram mostrar as diversas apropriações identificadas na praça, e as principais linhas de fluxo. Estas localizações indicam uma estreita relação da apropriação com a disposição dos elementos físicos e das atividades presentes no espaço da praça e do seu entorno de vizinhança.

Segundo Hertzberger (1999, p. 170) “o usuário e a forma se reforçam mutuamente e interagem”. Comprovamos esta afirmação ao observar que alguns objetos projetados na Praça Nereu Ramos para um determinado fim podem desempenhar outros papéis, dependendo dos locais em que estão inseridos. O monumento em homenagem aos mineiros é bastante utilizado para sentar (figura 32), principalmente no inverno, por estar localizado em um lugar protegido do vento e ensolarado. O meio-fio dos canteiros (figura 33), também é utilizado como banco.



Figura 32 – Monumento ao mineiro, utilizado como banco. Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2010

Em pesquisa realizada no site do jornal diário A Tribuna de Criciúma (figura 34), é possível verificar que a Praça Nereu Ramos é citada frequentemente no seu noticiário, pois grande parte dos acontecimentos importantes da escala da cidade tem reflexo em atividades ou manifestações que acontecem no local. Nas notícias elencadas fica evidenciado o caráter de importância do lugar para a cidade.



Figura 33 – Canteiro da praça, utilizado como banco. Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2010



Figura 31 - Demarcação da apropriação na Praça Nereu Ramos, com a localização das principais permanências
Escala 1: 1000

Citaremos alguns, acontecimentos do ano de 2009:



Figura 34 –Capa do Jornal A Tribuna, de 02/06/09, disponível no site <http://www.tribunanet.com/>, acesso em 18/10/2009

- Remodelação da Praça será exposta à CDL, notícia de 02/06/09;
- Evento na praça marca o Dia do Consumidor, notícia de 14/03/2009;
- AFASC⁸ festeja na Praça Nereu Ramos, notícia de 4/06/09;
- CELESC⁹ vai bancar obra na Praça Nereu Ramos, notícia de 3/07/09;
- Relíquias em exposição na Praça Nereu Ramos, notícia de 21/06/09;
- Atividade na praça em comemoração ao dia da árvore, notícia de 22/09/09;
- Dia do Idoso é comemorado em evento na Praça Nereu Ramos, notícia de 1/10/09.

Por fim, cabe descrever as sensações durante as observações *in loco* ao longo dos sete dias que estivemos na Praça Nereu Ramos. Identificamos o murmurinho de conversas, os cantos, músicas e rezas vindos da igreja, nos horários que a mesma está em funcionamento, a presença de muitas pessoas, o andar despreocupado para ver vitrines e fazer compras pela ausência de veículos automotivos, e a contenção do vento Sul, em dias de inverno.

⁸ Associação Feminina de Assistência de Santa Catarina – Associação de assistência de caráter local

⁹ Centrais Elétricas de Santa Catarina – Concessionária de distribuição de eletricidade de Santa Catarina

2.4. Configuração Espacial e Apropriação da Praça da Chaminé:

2.4.1. Características de Configuração

Esta praça (fig. 35 e 36) se originou no processo de crescimento do núcleo urbano formado a partir da implantação da Vila Operária da Próspera e a posterior expansão da urbanização para a zona Leste da cidade. O local abrigava uma Usina geradora de energia elétrica que abastecia a Carbonífera Próspera e o núcleo operário, um açude que servia ao serviço e ao lazer e após o aterro do açude, serviu de local de encontro para os mineiros que ali se reuniam, a fim de reivindicar melhores condições de salário e trabalho. O local era utilizado pelos mineiros por estar situado entre o escritório da Carbonífera Próspera e a Vila Operária.

Sua urbanização aconteceu em 1980, após ter sido doada para o poder público no processo do Loteamento Vila Operária, aprovado em 1973. Neste loteamento foi destinada metade da área para utilidade pública e a outra metade ficou para a Carbonífera Próspera.

Com a desativação da Carbonífera Próspera a área total foi doada ao município, que parcelou a quadra em lotes implantando uma unidade de saúde, com funcionamento 24 horas por dia, um ginásio de esportes que é administrado pelo Círculo Operário Criciumense¹⁰ e uma creche municipal. No espaço aberto foi urbanizada a praça e conservada a antiga chaminé da usina geradora de energia elétrica, que servia ao abastecimento da Vila Operária, a mina e ao escritório da Carbonífera Próspera.



Figura 35 – À esquerda foto da maquete da Praça da Chaminé com a demarcação da área livre da praça, projeto do Arq. Manoel Coelho¹¹ – fonte CEDOC /UNESC¹².

¹⁰ Círculo Operário Criciumense – Associação de operários fundada em 1954, surgida a partir da organização dos trabalhadores da mineração.

¹¹ Arq. Manoel Coelho – Arquiteto com escritório em Curitiba, com diversos projetos realizados e executados em Criciúma, principalmente no período de 1980 a 1984.

¹² CEDOC/UNESC – Centro de Documentação da Universidade do Extremo Sul Catarinense



Figura 36 - Praça da Chaminé – Foto; Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2009.

O ginásio, a creche e o prédio da unidade de saúde foram edificadas e cercadas em momento anterior ao da urbanização da praça, demonstrando a falta de um projeto urbano do poder público para o Bairro Próspera, que considerasse as

localizações destas edificações e a suas relações com o espaço aberto da praça.

A Praça da Chaminé forma um polígono que lembra a letra ele, com superfície de aproximadamente 7000 metros quadrados.

Em relação ao **sítio físico**, está em local de topografia plana, na zona Leste da cidade, urbanizada sobre uma área de aterro, que preencheu a cavidade do açude de outrora, e serviu para encobrir os rejeitos deixados pela mineração de carvão que havia próximo do local.

A vegetação da praça é basicamente formada de grama, canteiros de flores e de eucaliptos, árvore que se adapta bem em local com aterro de rejeito piritoso. O local fica desprotegido dos ventos, Nordeste no verão e Sul no inverno. A luz solar incide em vários locais da praça, facilitada pelos eucaliptos, árvores caducas, ficando com poucas folhas nos meses de frio.

Na **malha urbana** radiocêntrica (figura 37- A) do entorno de vizinhança da praça predominam semicírculos, cortados por raios que convergem para o local. Ao Sul, a malha é mais escassa conformando quadras maiores, e se nota a formação de um nó viário, onde se encontram vários caminhos.

Quanto ao **parcelamento do solo** (figura 37- B) podemos identificar no entorno da praça três tipologias, a primeira de lotes retangulares com dimensões que variam de 12x30 e 15x30, a segunda de lotes trapezoidais com testadas e profundidades variadas, e a terceira com a formação de lotes-quadras de dimensões variadas.

Na área ao Norte da praça, a planta de **cheios e vazios** (figura 37-C) revela uma concentração de edificações isoladas no lote, com pequenos vãos entre si. Nesta região se identificam grandes vãos, como a Praça do Trabalhador, o Campo do Esporte Clube Próspera e um vazio urbano a Nordeste.

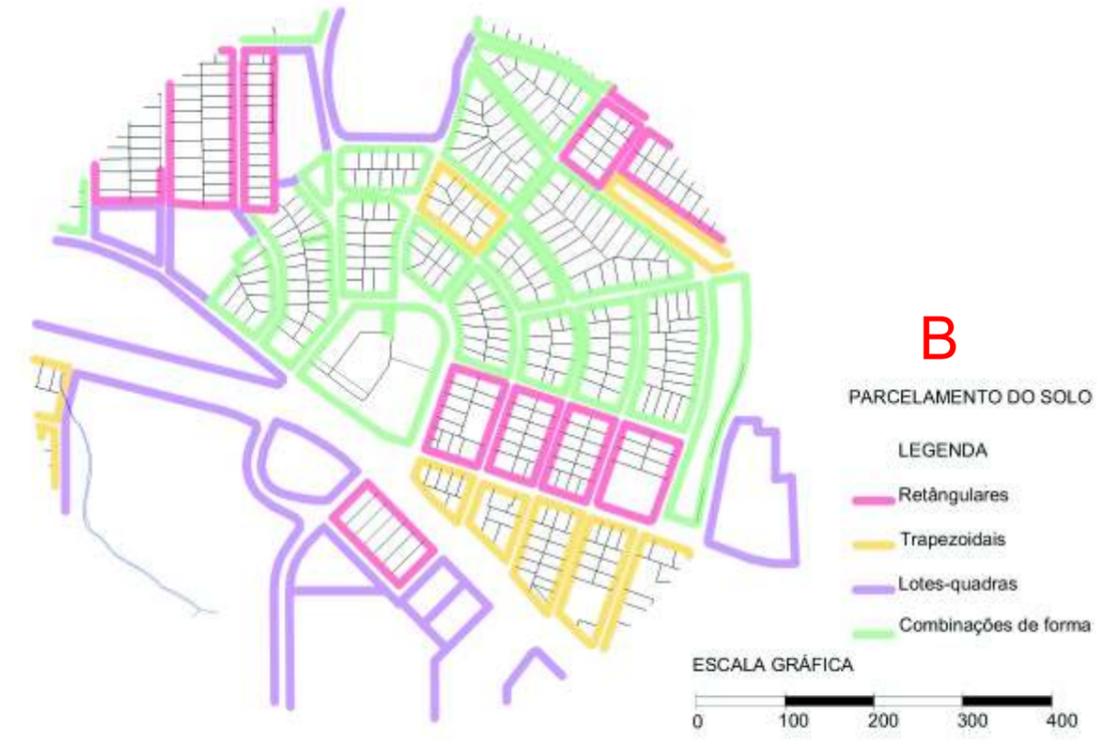


Figura 37 - Configuração do entorno de vizinhança da Praça da Chaminé

Na área ao Sul se vêem grandes vãos ocasionados pelo local destinado ao Parque das Etnias (em execução), o estacionamento do Criciúma Shopping e a antiga Praça Cincinato Napolini, desafetada e vendida ao Criciúma Shopping.

Defronte a Praça da Chaminé existe um nó viário, como vemos no esquema de **conexões** (figura 37-D), local de confluência dos veículos automotivos da cidade. Em vermelho, vêem-se as conexões na escala da cidade; em azul, aquelas conexões na escala do bairro e em cinza, as conexões de uso local.

Este local demarca a transição entre o centro e o Bairro Próspera, além de ser um dos pontos de saída da cidade, confirmando o argumento de Lynch (1980, p. 85) de que “a transição de um canal de deslocamento para outro, parece marcar a transição de unidades estruturais de maior importância”, no caso o centro com a periferia. A disposição do espaço público neste ponto dispersa o tecido urbano, tornando o local de difícil apropriação pelas pessoas.

Os **tipos volumétricos** (figuras 38 e 39) identificados no entorno imediato da praça são de 1 e 2 pavimentos, e nas elevações (figura 40), verifica-se que apenas uma das laterais da praça possui portas de acesso para o local, que embora indiretas, servem para configurar o espaço. Nas demais laterais os limites são definidos pelas edificações, cujas fachadas servem de barreiras ao acesso das pessoas ao recinto da praça. Nota-se que esta praça possui efetivamente três fachadas, a quarta fachada é um grande vazio.

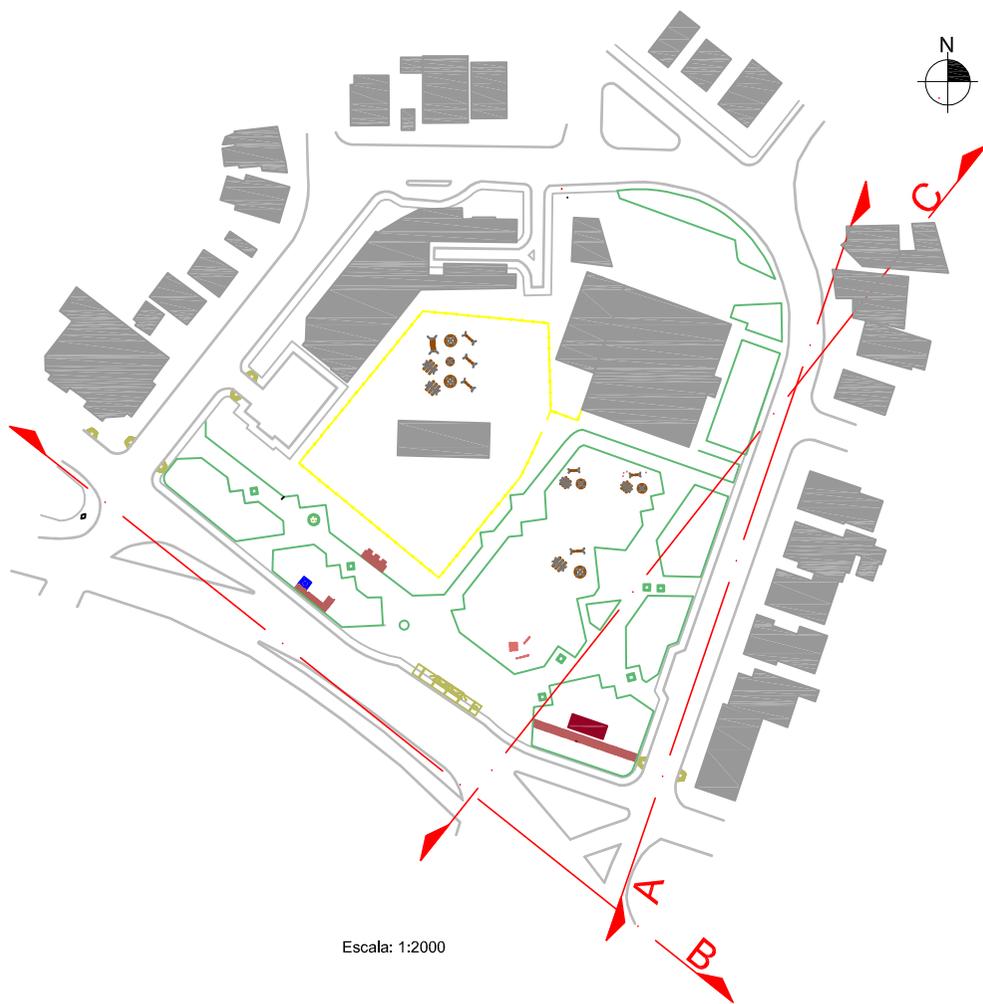
Na figura 41, vemos como estão dispostos o **mobiliário urbano**, os equipamentos públicos e os edifícios que configuram a Praça da Chaminé. O desenho dos equipamentos e mobiliário urbano propostos pelo arquiteto Manoel Coelho, apesar de algumas alterações feitas em 2004, mantém em grande parte a proposta original. A iluminação da praça é insuficiente, com locais que ficam em completa escuridão, durante a noite.



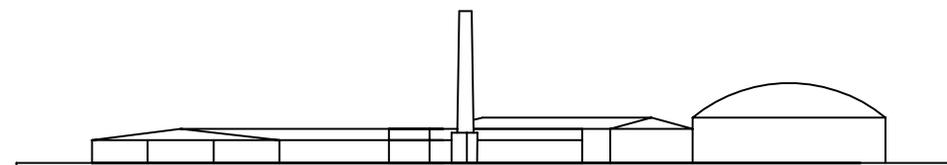
Figura 38– Maquete Eletrônica da Praça da Chaminé, cena 01– elaborada por Vieira, Jorge Luiz, 2010



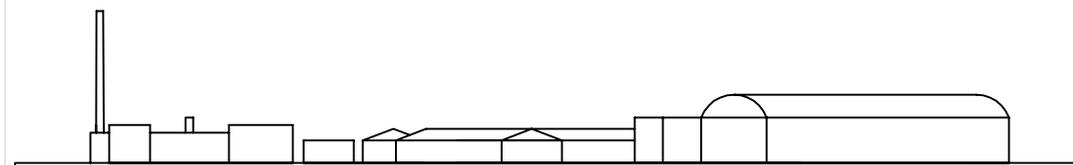
Figura 39 – Maquete Eletrônica da Praça da Chaminé, cena 02– elaborada por Vieira, Jorge Luiz, 2010



elevação A



elevação B



elevação C

Escala: 1:1000

Figura 40 - Elevações da Praça da Chaminé, com a localização das portas.



Figura 41 - Elementos de configuração da Praça da Chaminé, com a distribuição do mobiliário urbano e edificações do entorno imediato
Escala 1: 1000

A demarcação entre o espaço público e privado no entorno da praça acontece de forma indireta. As edificações residenciais possuem muros e afastamento frontal como forma de demarcação desta fronteira (figura 43). O Ginásio de Esportes (figura 44) e a Unidade de Saúde 24 Horas estão de costas para a praça e a creche possui entrada lateral e uma cerca para delimitar o seu espaço.



Figura 42 – Foto de uma das edificações a Leste da Praça da Chaminé. Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita



Figura 43 – Parcial do Ginásio de Esportes. Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2010.

A falta de portas urbanas na configuração do espaço da Praça da Chaminé contraria a argumentação de Alexander, Ishikawa e Silverstein (1980, p.260) de que devem ser marcadas “as fronteiras internas da cidade que tenham um significado humano importante – (...) de um bairro, de um recinto – com grandes portas por

onde passem os principais caminhos de acesso”. As entradas da Praça da Chaminé não são claras e não direcionam para o espaço da praça.

2.4.2. Características de Apropriação

Definida a configuração da Praça da Chaminé, procuramos descrever o que foi observado e pesquisado a respeito da apropriação da praça e do seu entorno, na busca de respostas quanto à contribuição das atividades cotidianas na sua utilização.

Verifica-se na planta de uso do solo (figura 44) que predominam os usos residenciais na área do entorno de vizinhança da praça, com a ocorrência de alguns usos mistos nas ruas General Osvaldo Pinto da Veiga. Nesta rua, se concentram algumas **atividades** comerciais e de serviços, evidenciando um pequeno centro de bairro, que concorre com a centralidade do Criciúma Shopping, localizado ao Sul da Praça da Chaminé. O Terminal Urbano do Bairro Próspera, responsável pela distribuição das linhas de ônibus a Leste do município, fica a aproximadamente 700 metros desta praça, não contribuindo para a sua utilização.

Há que se acrescentar, segundo Vieira (2001, p.35) que com a implantação do Criciúma Shopping a centralidade que existia no centro tradicional do Bairro Próspera (próximo da Igreja Nossa Senhora da Salete e ao longo da Rua General Osvaldo Pinto da Veiga) passou a concorrer com aquela atraída pelo shopping, cujo caráter se restringe apenas ao consumo, sem reflexos na apropriação dos espaços públicos do seu entorno.

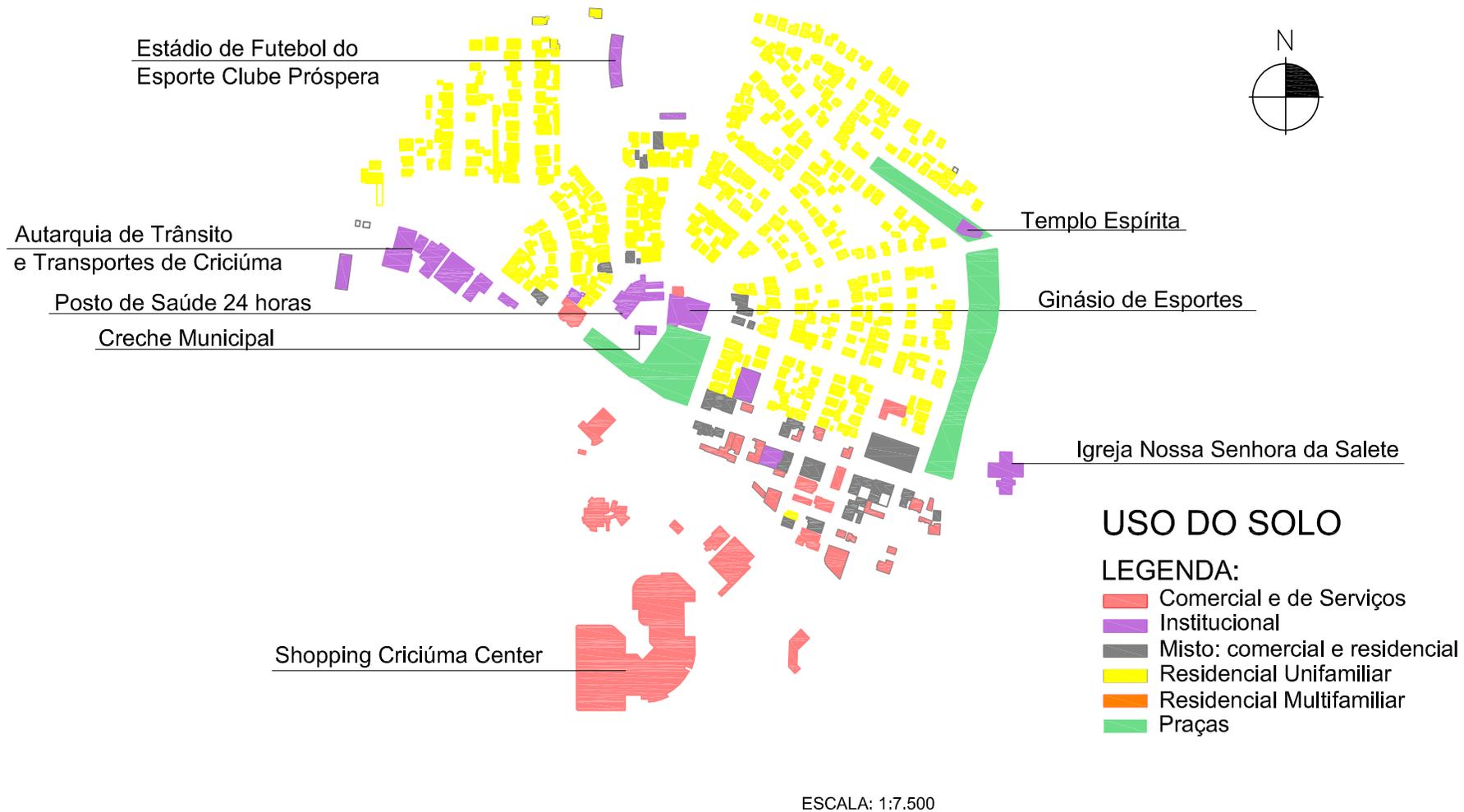


Figura 44 - Uso do solo da área de entorno de vizinhança da Praça da Chaminé, com destaque para as principais atividades atratoras de apropriação. Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, elaborado por Orsi Vieira, Ivanete de M.

Nas incursões realizadas no local se percebe que o **fluxo** de pessoas no local é muito pequeno. O uso mais freqüente é o de crianças (figura 45) acompanhadas pelos pais ou responsáveis. O abrigo de ônibus na borda Sul da praça possui um fluxo pequeno de embarque e desembarque, pois é ponto de parada, apenas, dos ônibus provenientes do Morro da Fumaça, município a Leste de Criciúma.



Figura 45 – Crianças utilizando o parque da Praça da Chaminé. Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2009

Outra atividade percebida é aquela realizada por jovens e adultos que se exercitam e utilizam alguns equipamentos de musculação presentes no local. Na demarcação da apropriação (figura 46), nota-se que os locais mais apropriados ficam fora do espaço que delimita a praça, defronte ao ginásio de esportes e defronte a Unidade de Saúde 24 Horas (figura 47). O fluxo de pedestres acontece nas bordas da praça e muito raramente alguém se senta no local.

A Unidade de Saúde tem apropriação durante o dia e a noite, pois realiza vários atendimentos noturnos. Segundo relato dos funcionários da Unidade de Saúde, em média são realizados 150 atendimentos diurnos e 50 noturnos, indicando que esta atividade é potencialmente atratora de usuários.



Figura 46 - Apropriação da Praça da Chaminé, com a demarcação das principais permanências

Escala 1: 1000



Figura 47 – Defronte ao posto de saúde 24 horas. Foto: Orsi Vieira, Ivanete de Mesquita, 2009.

O ginásio de esportes é de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina e concedido ao Círculo Operário Criciumense, que administra o local e organiza um calendário de utilização. Segundo o Sr. Valentim Cardoso¹³, no local funciona um clube de mães, grupo que desenvolve atividades manuais e cursos de artesanato. Outro grupo de idosos, ligado a associação já mencionada, promove um baile de idosos às terças-feiras. Realizam-se ainda atividades esportivas para todas as faixas etárias e, aos sábados pela manhã, funciona o Clube Ornitológico Criciumense.

No que diz respeito à apropriação noturna da Praça da Chaminé, o Sr. Valentim me informou que existem usuários de drogas que utilizam o local durante este período. Quanto à utilização como ponto de prostituição, não há relatos neste sentido. Por outro lado, o Sr. Herminio Manganeli¹⁴, que observa a praça por uma janela dos fundos da mesma, relata não ter conhecimento de vandalismo no local ou de usuários de drogas.

O **fluxo** dos usuários da creche acontece no início e final das aulas das crianças, limitado ao movimento de levar e buscar os pequenos. Não detectamos a permanência destes usuários no local, antes ou depois das aulas se iniciarem.

¹³ Valentim Cardoso – Presidente do Círculo Operário Criciumense, morador da área de entorno de vizinhança e vai todas as noites ao ginásio de esportes para coordenar as atividades do círculo.

¹⁴ Herminio Manganeli – Funcionário público municipal, desempenha a função de guarda municipal na Unidade de Saúde do bairro Próspera.

No que diz respeito à **imagem**, esta praça conserva um marco urbano importante no imaginário da cidade, a chaminé da antiga usina geradora de energia elétrica da Carbonífera Próspera S. A.. Acreditamos que este seja um local de representação da dualidade amor e ódio pela mineração, presente nos habitantes de Criciúma, que relembram, com a presença desta chaminé, a história de degradação ambiental do município e, por outro lado, o crescimento da cidade e enriquecimento de uma faixa da sua população.

Em pesquisa realizada junto ao jornal “A Tribuna” no ano 2009 não foi encontrada reportagens que citassem este espaço público, já em 2008 as ocorrências que citam a Praça da Chaminé não se reportam a ela diretamente, mas a acontecimentos relativos aos incidentes de trânsito que aconteceram no nó viário defronte a esta praça, cujas manchetes são as seguintes:

- Equipamentos de fiscalização eletrônica instalados defronte a Praça da Chaminé já notificaram 156, notícia de 05/05/2008;
- APAEs¹⁵ fazem pedágios para angariar recursos, notícia de 07/06/2008;
- Garoto vende amendoim no sinal, notícia de 26/02/2008.

Cullen, (, p.71) afirma que “espaços vazios, grandes extensões de céu, geometria: eis alguns dos fatores que contribuem para uma sensação de exposição e isolamento”. Algumas sensações percebidas durante os períodos de observação das apropriações no espaço da Praça da Chaminé merecem descrição e confirmam os argumentos de que a configuração espacial influencia fortemente na apropriação. Nesta praça sentimos a sensação de frio pela presença do vento Sul, em dias de inverno, o ruído e a frenagem dos veículos automotivos que circulam incessantemente e nos sentimos vulneráveis a qualquer tipo de abordagem pelo distanciamento entre as primeiras edificações e pela falta de vitalidade do local.

2.5- Análise das Características das Duas Praças Investigadas:

As análises de configuração e de apropriação nos dois estudos de caso permitiram identificar importantes aspectos que influenciam na apropriação dos espaços públicos, dentre eles destacamos:

¹⁵ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

- a localização da praça na estrutura da cidade;
- a adequação ambiental;
- o número de conexões, e o número de portas em seu entorno imediato;
- a diversidade de usos e atividades;
- a forma e a dimensão do espaço;
- a identificação dos usuários com o local.

No que diz respeito às praças estudadas, se constata o caráter diferenciado que estas assumem dentro da estrutura da cidade. A Praça Nereu Ramos se localiza no centro tradicional e histórico, e é uma praça na escala da cidade; por outro lado, a Praça da Chaminé, é uma praça mais recente na escala do inter-bairros, mas que reúne alguns equipamentos públicos da escala da cidade. Ao compararmos as duas praças, percebemos que a Praça Nereu Ramos estruturou a urbanização do centro da cidade, enquanto a Praça da Chaminé é resultante do processo de urbanização.

Constatamos que a Praça Nereu Ramos reúne alguns elementos que favorecem a sua apropriação, tais como o número de portas que se abrem para ela, a diversidade de atividades que acontecem no seu espaço físico, o acesso facilitado pelos meios de transporte público, a forma e disposição do mobiliário urbano, a proximidade das edificações com o espaço público. Estas características criam uma grande “sala de visitas” de uso público, com a possibilidade de apreensão da sua totalidade.

Já a Praça da Chaminé reúne alguns elementos que dificultam a sua apropriação, tais como os equipamentos comunitários públicos ali construídos que estão de costas para a praça, e o fato de estar localizada em um nó viário, dificultando sua apropriação pelos pedestres. As edificações do entorno imediato estão separadas da praça por ruas, criando um distanciamento entre o espaço público e seus usuários em potencial.

Ao compararmos a forma e a área das duas praças, verificamos que as dimensões da Praça Nereu Ramos são compatíveis com o seu caráter de praça da cidade, já a forma da Praça da Chaminé dificulta a apreensão do seu todo pelo usuário e sua superfície é considerada grande para uma praça da escala inter-bairro.

Se analisarmos as sensações do pesquisador ao estar em uma e outra praça, e compararmos as formas das duas praças, pode-se dizer que a Praça Nereu Ramos pela sua dimensão e contenção entre edificações, favorece a apreensão da sua totalidade e transmite segurança. No que diz respeito à Praça da Chaminé, se

sente exatamente o contrário - há falta de apreensão do todo e o sentimento é de insegurança, as edificações presentes não têm portas para a praça, e não há barreira física à presença dos ventos desestimulando a permanência de usuários.

Os efeitos do funcionalismo, enraizado em nossas cidades, podem ser observados nos dois estudos de caso investigados. A Praça Nereu Ramos quase não tem moradores no seu entorno imediato, e as atividades atratoras de movimento não funcionam durante a noite e nos finais de semana, causando uma diminuição substancial de usuários da praça nestes horários. Quanto à Praça da Chaminé, chama a atenção a pouca diversidade de atividades no local e a localização de equipamentos de grande porte no seu entorno imediato, tais como um Shopping Center, voltado para seu interior, não expande para os seus arredores os efeitos da sua utilização.

Identificamos na localização das duas praças a presença de “nós”. A Praça Nereu Ramos se materializa como um “nó de atividade” e a Praça da Chaminé como um “nó viário”. Acredita-se que este fato contribui para a grande apropriação de uma e a pequena apropriação da outra.

O efeito que a Avenida Centenário produz sobre as duas praças é outro fato bastante relevante. No caso da Praça Nereu Ramos, esta via estruturadora do tecido urbano produz o efeito de costura ao concentrar, próximo à esta praça, os equipamentos relacionados ao transporte público e a uma travessia subterrânea que interliga o lado Norte com o lado Sul da cidade. Já no caso da Praça da Chaminé o efeito é de ruptura pelo grande distanciamento que se forma entre a praça e as atividades que ficam ao Sul da avenida naquele ponto; embora o terminal urbano do Bairro Próspera se localize na avenida, não há uma influência direta na apropriação da praça uma vez que se encontra distante.

Notamos que a apropriação dos lugares e a sua permanência pelos usuários são em grande parte, movida por sua adequação ambiental - fatores como a presença de sombra ou de sol, em algumas épocas do ano, por exemplo, é determinante para a permanência dos usuários. Existem situações, no entanto, em que a apropriação de um determinado trajeto ou lugar é fruto da necessidade diária de locomoção. Os bancos da Praça Nereu Ramos, que originalmente se localizavam sobre as linhas de fluxo de pedestres, atualmente ficam embaixo da copa das árvores num ajuste perfeito de adequação ambiental.

Nas duas praças pudemos identificar elementos importantes para a legibilidade dos locais pesquisados no todo da cidade. As duas praças destacam-se por formarem uma unidade morfológica distinta do seu entorno, reforçando suas identidades pela presença da igreja e de alguns prédios antigos, na Praça Nereu Ramos, e a presença da chaminé na praça de mesmo nome, embora este marco represente o sentimento de amor e ódio que já citamos anteriormente.

Sitte em seu estudo evidencia como característica importante para a configuração “a relação entre a forma das praças com as edificações”. A relação entre o espaço da Praça Nereu Ramos e o conjunto dos tipos das edificações que a circundam parecem ter uma relação proporcional. Também verifica-se que ocorre uma relação direta entre estas e a praça, enquanto na Praça da Chaminé o efeito é exatamente ao contrário: as edificações não se relacionam com a praça, além de estarem isoladas por ruas em três das suas laterais.

A Praça Nereu Ramos é essencialmente a praça concebida como o lugar que provoca a reunião, que permite interações sociais e ao mesmo tempo cria a excepcionalidade no tecido urbano, enquanto a Praça da Chaminé pode ser considerada como um cenário urbano, onde se depositaram alguns objetos de uso público em meio ao sistema viário.

Com base nesta investigação apresentamos um quadro dos resultados obtidos através da análise da Praça Nereu Ramos e da Praça da Chaminé, que permite uma síntese entre a configuração e a apropriação nas duas praças:

Quadro Síntese	
Praça Nereu Ramos	Praça da Chaminé
Escala da cidade	Escala interbairros
Várias portas	Poucas portas
Estruturou a urbanização da área central	Resultante do processo de urbanização
A apreensão é total	A apreensão é parcial
Nó de atividade	Nó viário
Marco referencial	Marco referencial
Avenida Centenário como elemento de costura	Avenida Centenário como elemento de ruptura
Unidade morfológica distinta	Unidade morfológica distinta

As edificações como barreira ao vento Sul	Não tem proteção para a incidência do vento Sul
Legível em si	Legível em si
Dimensão e forma adequada	Dimensão e forma inadequada
É o lugar da expressão, de grande apropriação	É o lugar do vazio, de pequena apropriação

Tabela nº. 2 – Síntese da análise entre a configuração e a apropriação da Praça Nereu Ramos e a Praça da Chaminé

Por fim, alguns questionamentos surgem desta comparação, baseados nos resultados obtidos, são eles: A Praça Nereu Ramos teria a mesma vitalidade se as ruas que a circundam fossem abertas a circulação de veículos automotivos? Como seria a apropriação da Praça da Chaminé se as edificações, que estão a Norte, tivessem o seu acesso pela praça ou servissem de barreira, tanto para o vento Sul quanto para o ruído dos automóveis na avenida? E ainda, a Praça Nereu Ramos possui grande apropriação, porque no seu entorno há um crescente processo de densificação. Quais serão os impactos deste processo na apropriação futura?

Os atributos destacados nos parecem essenciais, na formulação de projetos de intervenção no espaço público, adequando as formas as necessidades dos usuários. Na definição de necessidades não existem manuais ou fórmulas, se faz necessário observar as especificidades do local e, sobretudo dialogar com as pessoas que vivenciam o espaço.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de compreensão sobre o papel da localização das duas praças na estrutura da cidade, recorreremos à análise de seu processo de crescimento da mesma. Desta forma, pudemos confirmar a influência e a permanência de estruturas no espaço urbano que, combinadas com variáveis econômicas e sociais, acabaram por definir a morfologia atual da cidade. A presença da estrutura fundiária rural ficou demarcada em quadras e lotes, os caminhos coloniais definiram a localização da primeira praça e da principal centralidade de Criciúma. As vilas operárias e os caminhos da mineração definiram a expansão do crescimento a partir destes núcleos e o leito da antiga ferrovia, atual Avenida Centenário se revelou como principal eixo estruturador da cidade.

O estudo identificou que existiu, e ainda existe, uma interdependência entre as formas urbanas e rurais, e estas são decisivas na forma dos novos parcelamentos do solo, definindo principalmente a direção das novas ruas. Esta reflexão sobre as estruturas pré-existentes estabelece conexões entre o passado e o futuro, facilita a leitura do espaço e procura entender as particularidades de cada lugar, a fim de que as propostas de transformação possam ocorrer em harmonia entre o meio ambiente (natural ou construído), e com o ambiente sócio-cultural.

A evolução urbana do centro de Criciúma se deu mais no sentido de preencher os vazios já delineados em seus limites físicos, com a permanência de antigas estruturas, mesmo que algumas tenham perdido seu caráter de integração.

Esta análise nos permitiu perceber que a disposição dos espaços públicos acompanhou o processo de crescimento da cidade, com localização a partir dos processos de parcelamento do solo urbano, e que as praças, foco principal deste estudo, não seguiram regras de configuração de maneira que não podem ser reconhecidas no seu conjunto como formando um sistema de espaço público.

A investigação evidencia a centralidade desempenhada pelo centro histórico, que agrega grande variedade de atividades e funções, onde os espaços públicos se

organizam em rede, em contrapartida ao que ocorre na zona Leste, que reúne polaridades desconectadas, revelando a falta de integração da periferia com o centro.

O mapeamento da apropriação nas praças investigadas demonstra que os aspectos de adequação ambiental e de configuração urbana são percebidos pelos usuários, e os mesmos dão preferência a locais capazes de lhes transmitir conforto, segurança, descanso e facilidade de acesso as suas atividades cotidianas. Neste sentido recomenda-se para os projetos, especialmente de praças públicas, o estudo global do espaço e não apenas do local de sua inserção.

No que diz respeito ao parcelamento do solo, verifica-se que a definição dos locais para os espaços públicos na gleba segue a lógica do aproveitamento máximo da área para transformá-la em lotes rentáveis, cujo desenho é definido de dentro para fora, sem a análise da configuração do entorno.

Neste sentido, acreditamos que o ato de parcelar a terra deve ter enfoque interdisciplinar, desde a sua concepção até a sua execução. É preciso reconhecer que uma gleba a ser parcelada é provida de tridimensionalidade, marcada por linhas, limites, amarrações e, por outro lado, há fatores históricos, culturais, de configuração e apropriação a serem considerados.

Outro aspecto, que julgamos de suma importância é o da necessidade de reformulação da legislação urbanística a nível federal, estadual e municipal, por entendermos que a mesma deva estabelecer diretrizes de configuração urbana em níveis regional e local, com critérios precisos na definição da localização de praças, áreas verdes e áreas para equipamentos públicos.

A investigação demonstrou que o estudo da relação entre configuração urbana e apropriação é recomendável na definição ou mudança dos espaços públicos. Neste sentido, acreditamos que esta pesquisa possa ser complementada com o estudo futuro de outras praças de Criciúma, com configurações semelhantes ou diferentes, propiciando comparações e referências para o parcelamento do solo no município.

A despeito da influência do processo de globalização sobre as cidades, a apropriação da Praça Nereu Ramos, demonstra que espaços públicos que possibilitem interações sociais e vivência urbana continuam a fazer parte das necessidades locais.

Por fim, estas considerações finais indicam atributos a serem avaliados nos projetos de parcelamento do solo e de urbanização dos espaços públicos. Comprova-se que alguns elementos e a forma do espaço definem a sua maior ou menor utilização. Não esperamos que todos os espaços públicos sejam apropriados da mesma forma que a Praça Nereu Ramos, mas que tenham potencial para se tornarem espaços de convivência. Espera-se ainda, que o dinheiro público, tão escasso, seja melhor utilizado e, sobretudo, que estes exemplos sirvam de referência para a proposição e readequação de novas praças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrahão, Sérgio Luís. Espaço Público: do urbano ao político. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- Alexander, Christopher, Ishikawa, Sara e Silverstein, Murray. A pattern language/ Un language de patrones. Editorial Gustavo Gili: Barcelona: 1980.
- Alexander, Christopher. Uma Cidade não é uma árvore. Publicada originalmente em Architectural Forum, vol 122, nº 1, abril de 1965, pp. 58-62 (parte I) e vol. 122, nº 2, maio de 1965, pp. 58-62 (parte II). Tradução Mauro Almada. Versão digital (em inglês) in <http://www.rudi.net>.
- Augè, Marc. Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 6ª edição. Campinas /SP: Papirus, 2007.
- Anelli, Renato. Calçadas paulistanos – em debate o futuro das áreas de pedestres do centro de São Paulo. Portal Vitruvius.Arquitextos n. 060. Maio de 2005. Acesso em 14/06/2009.
- Assen de Oliveira, Lisete. Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na ilha de Santa Catarina. (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: São Paulo. 1999.
- Assen de Oliveira, Lisete in Losada, Dení Ramirez (coordinadora). Espacio Público, Patrimonio e Identidad(ES) em América Latina. 2007.
- Aymonino, Carlo. O significado das cidades. Lisboa: Presença, 1984.
- Benevolo, Leonardo. História da Cidade. São Paulo. Perspectiva: 2001.
- Borja, Jordi. La Ciudad Conquistada. Alianza Ensayo. Madrid: 2005.
- Costa, Marli de Oliveira. Arte de viver: recriando e reinventando espaços – memórias das famílias da Vila Operária Mineira, Próspera (1945/1961). (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- Choay, Françoise. O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- Damatta, Roberto. A Casa & a Rua. 6ª edição. Rio de Janeiro: 1997.
- Do Amaral e Silva. Science Parks and Urban Design: A Cross-cultural Investigation. (Tese de Doutorado). School of Architecture, Oxford Brookes University, 2001.
- _____. Estrutura e centralidade – permanências e rupturas na arquitetura da cidade contemporânea. Apresentado no Simpósio da Cidade nas Américas, 53º Congresso Internacional de Americanistas. México, 2009.

- Ferrara, Lucrécia d'Aléssio. Ver a Cidade; cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1988.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004.
- Folch, Ramon. El Territorio como Sistema – Conceptos y Herramientas de Ordenación. Colección Territorio y Gobierno: Visiones. Barcelona, 2003.
- Hertzberger, Herman. Lições de Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- Krier, Rob. El Espacio Urbano. Editorial Gustavo Gili. Barcelona: 1981.
- Lamas, José M. Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- Lavalle, Adrián Gurza. As dimensões Constitutivas do Espaço Público – Uma Abordagem Pré-teórica para Lidar com a Teoria. Espaço & Debates, São Paulo, n. 46, p. 33-44 – jan/jul 2005.
- Lynch, Kevin. A Imagem da Cidade. Martins Fontes. São Paulo: 1980.
- Lynch, Kevin. A Boa Forma da Cidade. Edições 70. Lisboa: 1999.
- Marx, Murillo. Cidade Brasileira. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1980.
- Marx, Murillo. Nosso Chão do Sagrado ao Profano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- Marx, Murillo. Cidade no Brasil Terra de Quem?. São Paulo: Livraria Nobel S.A., 1991.
- Marx, Murillo. Cidade no Brasil, em que termos?. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- Nascimento, Dorval. As Curvas do Trem – A Presença da Estrada de Ferro no Sul de Santa Catarina. Criciúma. UNESCO: 2004.
- Nesbitt, Kate (org.). Uma Nova Agenda para a Arquitetura; Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- O Centro da Metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do séculoXXI. [apresentação Marco Antonio Ramos de Almeida]. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- Os Parques Públicos Municipais em São Paulo. Revista Paisagem e Ambiente: ensaios/ FAUSP, n. 9, dez/1996, São Paulo: 1996.
- Panerai, Philippe e Mangin, David. Proyectar la Ciudad. Madrid: Celeste Ediciones, 2002.

- Panerai, Philippe. Análise Urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- Panerai, Philippe. O Retorno à Cidade. Revista Projeto, São Paulo, 1994, nº. 173, p. 78-82, abril/94.
- Porto, Éder Pereira. Plano Diretores e (Re)Produção do Espaço Urbano no Município de Criciúma: A Produção da Cidade e sua Regulação Legal. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, 2008.
- Pol, Enric. La Apropiación Del Espacio. Publicado en La revista Familia Y sociedad, nº 1, 1994.
- Rapoport, Amos. Aspectos humanos de La forma urbana. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978.
- Robba, Fabio e Macedo, Silvio Soares. Praças Brasileiras = Public Squares in Brazil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- Rossi, Aldo. A Arquitetura da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. A cidade como um jogo de cartas. São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- Santos, Carlos Nelson Ferreira dos & Vogel, Arno. Quando a Rua Vira Casa – A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro. IBAM. FINEP. São Paulo: 1985.
- Senett, Richard. O Declínio do Homem Público: as Tirantias da Intimidade. Tradução Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Sitte, Camillo. A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos. São Paulo: Editora Ática. 1992.
- Solà-Morales, Manuel. Las Formas de Crecimiento Urbano. Barcelona. Edicions UPC. 1997.
- Vaz, Nelson Popini in Pimenta, Margareth de Castro (Org.). Florianópolis do Outro Lado do Espelho. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.
- VIEIRA, Jorge Luiz. Os Projetos Nova Próspera e Mina 4 na Configuração Espacial da Grande Próspera (Dissertação de Mestrado). Criciúma, Universidade de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2001.
- Vigil, Gustavo Munizaga. Macroarquitectura: Tipologias y Estratégias de Desarrollo Urbano. Chile: Impresos Universitaria S.A., 1999.

Documentos Eletrônicos:

Constituição da República Federativa do Brasil de 5/10/1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28/08/2010

Lei Federal nº 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/.../L10406.htm. Acesso em 28/08/2010

Lei Federal 6766/79 e Lei Federal 9785/99. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/6766.htm. Acesso em 28/08/2010

Lei Estadual 6063/98 e 10957/2002. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br>
Acesso em 19/10/2008

Lei Municipal nº 3901/99. Disponível em: <http://www.camara.virtualiza.net>

História de Criciúma. Disponível em: http://www.camara.virtualiza.net/historia_criciuma.php. acesso em: 19/10/2008